



IV Legislatura  
IV Sessão legislativa

Número: 76  
Horta, Quinta-Feira, 30 de Janeiro de 1992

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**DIÁRIO**  
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

**Presidente:** Deputado Madruga da Costa

**Secretários:** Deputados Manuel Goulart e Manuel Valadão

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 11.00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foi feita a leitura da correspondência entrada na Mesa, bem como a leitura de alguns requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados.

Posteriormente, procedeu-se à apresentação e votação de um voto de protesto, apresentado pelo Deputado Independente, Renato Moura, visando o facto do Governo Regional dos Açores não ter enviado ao Parlamento o estudo sobre as privatizações nos Açores, elaborado pelo BPI, constituindo assim, mais um acto de desrespeito do Executivo para com a Assembleia que viola o Estatuto Político-Administrativo.

Sobre este assunto, usaram da palavra os Srs. Deputados Renato Moura (Indep.), Dionísio de Sousa (PS), Paulo Valadão (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Carlos César (PS), Victor Evaristo (PSD), Jorge Cabral (PSD) e Gaspar da Silva (PSD).

O voto supra referido, foi aprovado por maioria.

Passou-se de imediato ao período reservado às **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Neste âmbito, usaram da palavra, a diverso título, os seguintes Srs. Deputados: Manuel

Goulart (PS), Fernando Faria (PSD), Lisete Silveira (PS), Paulo Valadão (PCP), Carlos Lima (PSD), Jorge Cabral (PSD), Henrique Aguiar (PSD), Fernando Fonte (PS) e Carlos Mendonça (PS).

Iniciou-se o **período da Ordem do Dia** com a leitura dos Relatórios das Comissões, ao abrigo do artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Usaram da palavra os Srs. Deputados António Gomes (PS), José Maria Bairos (PSD), Regina Cunha (PSD), Gaspar da Silva (PSD), Albano Pimentel (PS), Manuel Serpa (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), José Gabriel Lopes (PS), António Silveira (PSD), Paulo Valadão (PCP), Renato Moura (Indep.), Francisco José Silva (PSD), Borges de Carvalho (PSD), José Carlos Simas (PSD) e Victor Evaristo (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima e das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado.

Passou-se de seguida ao 2º ponto da ordem de trabalhos. Em apreciação, a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Alteração ao Decreto-Lei nº 35/88 de 4 de Fevereiro, que Regulamenta os Concursos para Pessoal Docente do Ensino Pré-primário e Primário".

Usaram da palavra, sobre este assunto, os Srs. Deputados Francisco Sousa (PS), Rui Meireles (CDS), Paulo Valadão (PCP) e Rui Melo (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, Aurélio da Fonseca.

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade na generalidade e na especialidade.

Em relação ao ponto 3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Regulamento Geral de Higiene e Segurança no Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais" - usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Francisco Sousa (PS) e Rui Melo (PSD) e ainda o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, Manuel Arruda.

A proposta acima referida, foi aprovada por unanimidade na especialidade e na generalidade.

Seguidamente, passou-se à apreciação e votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Requisição de Funcionários do Estado e Trabalhadores por Conta de Outrém para Participação em Actividades Associativas", a qual foi aprovada por unanimidade, na generalidade e por maioria na especialidade. Fizeram uso da palavra os seguintes Srs. Deputados: Paulo Valadão (PCP), Victor Ramos (PS), Renato Moura (Indep.) e Victor Cruz (PSD).

Posteriormente, apreciou-se e votou-se a Ante-Proposta de Lei sobre "Empréstimos Externos" que foi aprovada por maioria na generalidade e na especialidade.

Neste âmbito, intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Lisete Silveira (PS), Dionísio de Sousa (PS), Carlos Teixeira (PSD) e Alvarino Pinheiro (CDS), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado.

O ponto 7 da **Ordem do Dia** foi aprovado com 24 votos a favor do PSD e registou as abstenções do PS (21), CDS (2), PCP (1) e Deputado Independente. Tratava-se dum Proposta de Resolução sobre "Limite Máximo dos Avais a Conceder pela R.A.A.".

Finalmente, passou-se à discussão e votação dos seguintes Pedidos de Urgência:

- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "A Exoneração do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas" que foi rejeitado por maioria.

Intervieram sobre este assunto, os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Dionísio de Sousa (PS), Victor Evaristo (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS), Renato Moura (Indep.) e Carlos César (PS).

- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "A transmissão pela RTP/A do noticiário nacional da RTP".

Sobre este assunto, intervieram a Srª Deputada Lisete Silveira (PS) e o Sr. Deputado Victor Evaristo (PSD).

O pedido acima referido, foi aprovado por maioria.

- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que visa a "Constituição duma Comissão Eventual para análise de questões pendentes entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores", apresentada pelo PS, a qual foi aprovada por maioria.

Usou da palavra apenas o Sr. Deputado Dionísio de Sousa (PS).

Os trabalhos terminaram às 01.15 horas.

**Presidente:** Srs. Deputados, muito bom dia. Vai proceder-se à chamada.

(Eram 11.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Madrugada da Costa, Luís Bettencourt, Manuel Valadão, Regina Cunha, Carlos Lima, Rui Melo, Tomaz Duarte Jr., Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Carlos Pinto, Dionísio de Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Fátima Simas, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Jr., Manuel Goulart, Manuel Serpa, Dionísio Amaral Medeiros, João Sousa Braga, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa; **CDS** - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão; **Indep.** - Renato Moura).

**Presidente:** Estão presentes 50 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o período da antes da ordem do dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Recebi uma carta do Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira que faz referência a algumas declarações proferidas nesta Assembleia, pelo Sr. Deputado Martins Goulart.

Recebi, igualmente, uma carta do Sr. Presidente do Parlamento das Canárias, em resposta a uma carta da Assembleia Regional dos Açores, relativa à realização das II Jornadas Parlamentares dos arquipélagos de Canárias, Madeira e Açores. Terei, depois oportunidade de falar sobre este assunto com os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, conforme se tem feito anteriormente, sobre este assunto.

Os Srs. Secretários farão a leitura da restante correspondência.

**Secretário** (Manuel Valadão): Do Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Internacionais uma informação de que a Mesa

desta mesma Comissão ficou assim constituída:

**Presidente** - José Adriano Borges de Carvalho.

**Relator** - José Carlos Simas Raposo.

**Secretário** - Hélio João Magalhães Brandão Pombo.

- Um requerimento da Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira do Partido Socialista do seguinte teor:

"Tendo em atenção o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores que nas alíneas a) e b) do seu artigo 56º consagra, respectivamente, como competência do Governo Regional: "Conduzir a política da Região, defendendo a legalidade democrática" e "Dirigir os serviços e a actividade da administração regional e exercer o poder de tutela sobre as autarquias locais, nos termos da lei";

Considerando que num regime democrático qualquer cidadão tem o direito de se informar e de ser informado "sem impedimentos nem discriminações", conforme o estipulado no artigo 37º da Constituição da República;

Considerando competir à Secretaria Regional da Administração Interna a tutela sobre a administração local autárquica;

Considerando ser do domínio público a celeridade imprimida a acções de inspecção e sindicância a certas autarquias, de que é exemplo as que recaíam sobre a Câmara da Lagoa;

Sendo a Junta de Freguesia de Pedro Miguel, na Ilha do Faial, passível de inspecção e provável processo de sindicância, conforme participação feita por membros da respectiva Assembleia, baseada no incumprimento do preceituado nas leis que regulamentam a gestão autárquica;

Considerando ter sido dirigida essa Participação ao Sr. Secretário Regional da Administração Interna, em 14 de Janeiro de 1991;

Considerando a resposta dada aos signatários daquela Participação pelo Sr. Director Regional da Administração Local, em 25 de Fevereiro desse ano, através do ofício nº 1301 - Procº 86-66/09; onde se diz "informamos que estão a ser promovidas diligências no sentido de se obter um esclarecimento adequado da situação";

Considerando que, quatro meses depois, em 20 de Junho, por não terem tido conheci-

mento de quaisquer acções empreendidas para o apuramento das anomalias denunciadas, tornaram os signatários da referida Participação a escrever ao Sr. Secretário da Administração Interna a requererem uma informação "com a verdade e a celeridade a que temos direito" sobre as "diligências já promovidas à cerca dos incidentes";

Mais de um ano decorrido sobre a Participação dirigida àquele Sr. Secretário Regional, ultrapassados, portanto, longamente, todos os prazos que a lei prevê para estes casos, não houve conhecimento público de qualquer processo conducente ao esclarecimento dos factos, nem os signatários daquela tiveram outra resposta.

Atendendo ao exposto e ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, pergunto ao Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

1 - Que diligências foram encetadas pela Direcção Regional da Administração Local para o "esclarecimento adequado da situação"?

2 - Para quando se prevê a divulgação das conclusões de tais diligências?

Horta, Sala das Sessões, 30 de Janeiro de 1992.

A Deputada Regional do PS, Lisete Silveira".

**Presidente:** Srs. Deputados, concluída esta primeira parte do **Período de Antes da Ordem do Dia**, temos presente um Voto de Protesto apresentado pelo Sr. Deputado Independente Renato Moura, a quem dou a palavra para o apresentar.

**Deputado Renato Moura (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Do Programa do IV Governo Regional, aprovado por esta Assembleia, consta, no sector das Privatizações, que "Quanto ao âmbito de intervenção actualmente existente neste domínio, o Governo propõe-se reduzi-lo", afirma-se "...é chegada a hora das privatizações" e declara-se "As participações financeiras, detidas directamente pela Região, serão vendidas...".

Por proposta do Governo esta Assembleia criou o Instituto de Investimentos e Privatizações dos Açores, pelo Decreto Legislativo Regional nº 10/89/A, de 25 de Julho, em cujo preâmbulo se refere que "reduzir a intervenção da Região no sector empresarial, potenciando e acelerando o desenvolvimento económico, são grandes objectivos do Governo Regional para o quadriénio 1988-1992".

O Decreto antes referido que coloca

o Instituto sob tutela do Governo Regional, através do Secretário Regional da Economia, atribui-lhe competência para "Propor regras e acompanhar e gerir o processo regional das privatizações".

Existe uma consciência generalizada, apoiada na realidade concreta, de que não se cumpriu, em matéria de privatizações, o Programa do Governo e recentes declarações do Presidente do Governo, à Comunicação Social, fazem acreditar que a situação não se alterará.

Nos termos do Estatuto Político-Administrativo, compete à Assembleia Legislativa Regional vigiar pelo cumprimento das leis e apreciar os actos do Governo, e os deputados têm, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 20º, o poder de "Requerer e obter do Governo Regional ou dos órgãos de qualquer entidade pública regional os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato".

Há meses tornou-se público, pela Comunicação Social, a existência de um estudo sobre privatizações executadas pelo BPI - Banco Português de Investimentos, encomendado pelo Instituto de Investimentos e Privatizações dos Açores e em 16 de Outubro o Deputado Independente requereu que o mesmo fosse enviado à Assembleia Legislativa Regional. Volvidos quase quatro meses, o Governo Regional ainda não cumpriu com a obrigação de envio do referido estudo.

A avaliar pelo que tem sido divulgado, esse estudo parece que será decisivo para a definição do que deve ou não ser privatizado, como e quando e o seu conhecimento é um dos elementos essenciais para o julgamento da política governamental em matéria de privatizações.

O Governo Regional ao sonegar este estudo ao conhecimento da Assembleia, procura impedir que esta exerça o seu dever de fiscalização da actividade do Executivo e deliberadamente pratica um acto reprovável de tentativa de encobrimento da sua ineficácia governativa.

Nestes termos, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o deputado independente propõe a aprovação do seguinte voto de protesto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprova um veemente protesto pelo facto de o Governo Regional dos Açores não ter enviado ao Parlamento o estudo sobre as privatizações nos Açores, elaborado pelo Banco Português de Investimentos,

o que constitui mais um acto de desrespeito para com a Assembleia Legislativa e violação do Estatuto Político-Administrativo, particularmente grave pela frequência com que se vem repetindo.

A Assembleia delibera, complementarmente, que o texto do presente voto seja comunicado ao Governo Regional dos Açores".

**Presidente:** Está aberta a discussão sobre este voto de protesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nos termos regimentais e em nome do Grupo Parlamentar do PS, eu pedia a interrupção dos trabalhos por 30 minutos.

**Presidente:** Estão interrompidos os nossos trabalhos, nos termos regimentais, por 30 minutos.

*(Eram 11.20 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para prosseguirmos os nossos trabalhos.

*(Eram 11.40 horas)*

Está à discussão o Voto de Protesto apresentado pelo Sr. Deputado Independente Renato Moura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Está presente uma proposta de voto de protesto pelo facto de o Governo Regional não ter enviado, atempadamente, a este Parlamento, determinado documento.

Pela nossa parte - como já aqui o dissemos várias vezes - temos o direito e o dever de protestar sempre que o Governo Regional não tenha em atenção os deveres que tem para com a Assembleia que é o principal órgão de Governo próprio da Região. Aliás, ontem na discussão que aqui travámos, fizemos referência a estes aspectos, porque pensamos que têm todo o interesse para a nossa Região e para a dignificação da nossa autonomia. Para que possa haver, também, um cumprimento por parte dos diversos órgãos, das atribuições legalmente consignadas.

Todos conhecem a posição do PCP em relação às privatizações, bem como a nossa defesa da existência no Estado dum sector público, dum sector cooperativo e de um sector privado. Daí, não entrarmos nesta

matéria, até porque o voto não é propriamente a entrada nesta matéria, embora o documento diga respeito a um estudo sobre privatizações. Por isso, entendemos o voto como um meio de assinalar a falta do documento nesta Assembleia, por conseguinte iremos votá-lo favoravelmente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Lamentavelmente, mais uma vez a Assembleia Legislativa Regional confronta-se com uma matéria que revela o desrespeito do Governo Regional dos Açores por esta Casa.

Os termos em que está apresentado este voto são bem claros e bem objectivos. Pouco mais há a acrescentar ao que aqui está dito. Mas há que realçar que em face dum Governo que condiciona toda a sua definição de política de privatizações que correspondeu, no programa do Governo, ao grande objectivo inovador a que o Executivo se propunha levar por diante no seu mandato; que perante um requerimento feito por um deputado desta Casa, passados 4 meses, o Governo não se dignou satisfazer o que lá vinha requerido; e tendo presente que algumas informações relativas a esse documento já circulam na opinião pública, através do conhecido método de divulgação parcial por órgãos de informação com mais directo acesso às matérias. Em face disso, dizia, esta Assembleia não pode ficar insensível a essa postura incorrecta e inadmissível e logo, alvo de protesto do Parlamento Açoriano.

Ao votarmos favoravelmente este Voto de Protesto, queremos também, simultaneamente, apelar para que o Governo altere essa sua política de sonegar informações a esta Assembleia. Para que o Governo, de uma vez por todas, num espírito aberto de diálogo e de confiança neste Parlamento, possibilite os instrumentos indispensáveis a uma eficaz fiscalização da acção governativa e sobretudo, a uma avaliação das omissões e dos silêncios que têm caracterizado o Governo em relação ao processo das privatizações.

Com estas atitudes, o Governo Regional, cada vez mais deixa patente a sua incapacidade de tomar as resoluções que o povo dos Açores dele espera. E enquanto não entregar o documento em apreço, esta Casa tem o direito de protestar, sistematicamente e de criticar o Governo, pela

sua falta de actuação neste domínio.

São estas algumas das razões base por que vamos apoiar este voto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em Dezembro do ano passado, nesta Assembleia, eu tive oportunidade de apresentar um protesto de idêntica natureza, ao Sr. Secretário Regional da Economia, na medida em que sou subscritor dum requerimento (sensivelmente da mesma altura) feito ao Governo através do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional. E nessa altura, solicitava o seguinte:

"Venho requerer, através de V. Ex<sup>a</sup> - Presidente da Assembleia - que me seja entregue pelo Governo, com a máxima urgência, cópia integral do trabalho entregue pelo BPI ao IIPA sobre o processo de privatizações".

Sr. Presidente, vou confessar uma coisa:

É absolutamente lamentável que o Governo prossiga a sonegar estas informações e em particular esse relatório! Mas não me parece, também, de especial diligência, do ponto de vista da Presidência da Assembleia, o facto desta sendo intermediária na remessa deste pedido de informação, não ter solicitado e promovido igualmente diligências junto da Presidência do Governo Regional para uma resposta rápida a este assunto.

Temos que começar, nesta Assembleia, a enquadrar as dificuldades processuais com que por vezes nos confrontamos com todos os seus intervenientes.

Não podia - lamento - deixar de dizê-lo, nesta altura, ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional.

É lamentável que o Governo o faça!

É lamentável que o Sr. Secretário Regional da Economia, aqui, naquele dia em que estávamos a discutir o Orçamento do Governo, ousasse fazer ironia com a via mais ou menos expedita com que os CTT fariam chegar esse relatório às mãos dos Deputados!

É absolutamente lamentável que um Secretário que tão pouco fala sobre tão pouco, tivesse ainda a oportunidade - porque ela criou-se com a ambiência de relacionamento entre o Governo e a Assembleia - de aqui fazer chacota com os direitos parlamentares!

Gostaria ainda de dizer sobre esta matéria de privatizações, que o Partido Socialista

tem denunciado, **repetidamente**, que também nesse sector, o falhanço da política governamental é clamoroso, como o foi em termos económicos em geral. Toda a gente sabe que não há crescimento económico. Toda a gente sabe que as empresas estão, progressivamente, numa situação mais débil. Toda a gente sabe que o nosso tecido económico não teve qualquer diversificação produtiva. Toda a gente sabe que a aposta no sector nuclear - dito no Programa do Governo dentro do sector do turismo - falhou redondamente. Nem é aposta nem quase é sector.

Tudo isto é, portanto, o quadro geral em que este Governo está situado e agora guarda um relatório para si, que custou ao erário público - não sei quanto, mas deve ter custado bastante - e que afinal quer reduzir um relatório de interesse público flagrante - para todos aqueles que reflectem sobre a política económica na Região - e usurpá-lo do conhecimento geral, para cingi-lo, apenas, a uma pequena dimensão do seu programa eleitoral do Governo para 1992.

Não faz sentido! É lamentável! Revela muito pouco sentido do interesse regional que o Governo, através do IIPA, tenha promovido e pago um estudo que só servirá para fingir que o PSD tem um tal gabinete de estudos que fez um tal programa do Governo.

É absolutamente lamentável que nós estejamos a pagar as veleidades partidárias de alguns Srs. do PSD! É absolutamente lamentável, de igual modo, que eles tenham a ousadia de o dizer "sem papas na língua" nesta Assembleia. Por isso votamos favoravelmente este Voto de Protesto.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!  
(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tomei a devida nota das observações feitas pelo Sr. Deputado Carlos César no concernente à actuação do Presidente da Mesa, relativamente a esta questão dos requerimentos feitos ao Governo.

Tem-se seguido um estilo de actuação em tudo igual àquilo que vinha de trás. No entanto, não deixei de tomar em devida conta a observação que fez o Sr. Deputado Carlos César.

Dou de seguida a palavra ao Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não tinha intenção de fazer qualquer intervenção, uma vez que reservaria a

nossa posição para a declaração de voto.

Porém, obrigou-me a fazê-la a intervenção do Sr. Deputado Carlos César pois que as outras intervenções não foram mais do que as vacuidades que o próprio voto de protesto apresenta.

O Sr. Deputado Carlos César traz à colacção quatro ou cinco coisas que não posso deixar passar em claro.

A primeira, é que o Sr. Deputado, impunemente e impudentemente, chama frequentes vezes a atenção da Mesa da Assembleia, para aquilo que esta deveria ou não fazer. Parece-me que o Sr. Deputado não tem qualquer possibilidade de saber se o Sr. Presidente da Assembleia deu ou não cumprimento ao que o Sr. Deputado lhe solicitou. Mas nem por isso, deixou de ter o descaramento de afirmar publicamente que o Sr. Presidente da Assembleia não cumpriu, sem saber se ele o fez ou não atempadamente. Teria sido de melhor bom senso ter sabido disso, particularmente, e não ter trazido - como é seu hábito - a público essas demagogias. Mas o Sr. Deputado não se ficou por aí. O Sr. Deputado foi mais longe. E foi mais longe quando afirma que a Região gasta dinheiro a mais, que o Sr. Secretário Regional da Economia não lhe dá resposta e outras coisas parecidas. No entanto, eu devo dizê-lhe que se as privatizações - num país como o nosso que saíu duma revolução - fossem um problema fácil, já estaria resolvido há muito tempo, mesmo a nível nacional, onde elas se começaram a fazer há muitos anos. E como V. Ex<sup>a</sup> sabe, ou tem obrigação de saber, neste momento, existem ainda sectores nacionais que não estão privatizados nem sequer se vislumbra quando poderão vir a ser privatizados.

Eu recordarei alguns, como é o caso do próprio sector energético nacional; o caso de algumas seguradoras; certa banca que pelos vistos não é tão difícil de nacionalizar. E o que é certo é que estes sectores ainda não estão privatizados. E se o não estão, presume-se que embora haja vontade política para o fazer, tanto nos Açores como no Continente, existem também dificuldades de ordem técnica que obstaram a que este processo fosse mais rápido.

Portanto, Sr. Deputado, neste voto há uma manifesta confusão do Sr. Deputado protestante, porque ele começa por uma declaração de princípios do Governo contidos no Programa que está certo. Ou seja, uma coisa é qualquer programa de qualquer

governo manifestar a sua vontade de fazer e quando se diz aqui que "as participações financeiras directamente detidas pela Região serão vendidas" não quer dizer que têm que ser vendidas já, de qualquer maneira e a qualquer preço.

Portanto esta declaração de princípios contida no Programa do IV Governo não deve ser objecto de qualquer situação anómala em qualquer país que não seja normal. O que já não é normal é a "senha protestante"...

**Deputada Lisete Silveira (PS):** São testemunhas de Jeová!

**O Orador:** ...instalada nesta Câmara, em que se protesta por tudo e por nada...

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Quem sabe se em vez de senha é uma seita?!

**O Orador:** ...e então o que acontece é que, por vezes, sem se pensar se os fundamentos dos votos de protesto têm alguma razão de ser, têm algum carácter ético - que é uma coisa que se vai perdendo nesta Casa - protesta-se!

Os Srs. Deputados, uma vez que conseguiram uma maioria parlamentar - é preciso que isto seja dito muito claramente - querem, agora, fazer ao contrário. Antigamente, acusavam e denunciavam que havia uma governamentalização da Assembleia e agora estão a transformar isto numa parlamentarização do Governo!

*(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)*

**O Orador:** Os Srs. protestam a toda a hora, por tudo e por nada!

Mas, se o Sr. Deputado me permite, eu dir-lhe-ei que este voto de protesto - como o nosso povo costuma dizer - "não dá o pote pelo lote". Porque começa-se - e muito bem - por uma declaração de princípios, em que o Governo diz que quando puder, venderá as suas participações, e o Sr. Deputado vem aqui, muito aborrecido, dizer que há já 4 meses que pediu esse estudo e ele ainda não foi mandado.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** O Sr. Deputado fale para ali. Está só a falar para esta bancada!

**O Orador:** Oh, Sr. Deputado, não se preocupe que eu não tenho medo de encarar o Sr. Deputado Renato Moura. Se estou a referir-me ao voto, com certeza que é do Sr. Deputado Renato Moura.

Estava eu a dizer que o Sr. Deputado Renato Moura na senha protestante em que também anda agora envolvido, vem

aqui confundir as coisas. E vem protestar porquê?

Porque há 4 meses - imagine-se! - pediu este estudo e ele não lhe foi mandado.

Eu devo dizer-lhe - Sr. Deputado Renato Moura - que não foi mandado, e na minha óptica não lhe foi **muito bem** mandado! Nem devia mesmo ser mandado.

*(Protestos inaudíveis da oposição)*

**O Orador:** E explico-lhe porquê. É que o Sr. Deputado - que tem a mania de andar enfronzado aí pelas legislações e a meter o nariz no Diário da República - deve saber bem que há inclusivamente matérias que têm documentos que são catalogados como confidenciais...

*(Risos da bancada do PS)*

**O Orador:** ...e depende do próprio executivo classificá-los como tal.

O Sr. Deputado pode rir-se à vontade, porque o riso é seu e se quiser a ignorância é sua!

Mas a verdade é que, em qualquer país civilizado do mundo, existem documentos que são classificados como reservados.

Entretanto, se o estudo do BPI foi classificado como reservado pelo Governo, não era, portanto, para ser difundido enquanto não fosse levantada essa reserva de documento confidencial.

Se apareceu publicamente algum extracto deste estudo, não deveria ter aparecido porque houve, manifestamente, uma fuga.

*(À partes inaudíveis da Deputada Lisete Silveira)*

**O Orador:** Tenha calma, Sr<sup>a</sup> Deputada.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Estou calmissima.

**O Orador:** Eu gostaria de dizer ainda o seguinte:

O Sr. Deputado Renato Moura, como qualquer um dos Srs. Deputados, terá com certeza o seu estudo do BPI na mão, quando o documento deixar de ser reservado. Mas não o terá, de certeza absoluta, quando quer, porque quer e quando lhe apetecer! Isso não acontecerá de certeza!

Portanto, o Sr. Deputado terá o documento na altura em que ele deixar de ser reservado.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para uma interpelação à Mesa.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente:

Eu queria interpelar a Mesa, na sequência das declarações e dos remoques feitos há pouco pelo Sr. Deputado Carlos César à actuação do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Eu perguntaria muito simplesmente o seguinte:

- O Sr. Deputado Carlos César ainda faz parte da Mesa?

- O Sr. Deputado Carlos César ainda é Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores?

**Presidente:** Como é do conhecimento do Sr. Deputado Jorge Cabral, o Sr. Deputado Carlos César é Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e faz parte da Mesa. Há, no entanto, matérias que correm pela Presidência da Mesa.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Não parece!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

**Deputado Renato Moura (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois de algumas intervenções aqui feitas por alguns dos Srs. Deputados, considerava que nem tão pouco era necessário intervir neste debate. Aliás, percebo que o PSD se sentia tão pouco à vontade nesta matéria, que também não tencionava intervir.

Todavia, em face da intervenção do Sr. Deputado Carlos César, surgiu a motivação para intervir neste debate. E enervados como ficaram, porque já não se sentiam bem com o referido voto, os Srs. Deputados do PSD disseram... monstruosidades!

É espantoso o facto do Sr. Deputado Victor Evaristo, em nome da sua bancada, conseguir falar tanto tempo e nunca falar no assunto que está em discussão! Porque afinal de contas, Sr. Deputado, o que está em discussão é se o Governo deveria ou não mandar este documento. Não é sobre a incapacidade do Governo em matéria de privatizações, porque essa discussão far-se-á a seu tempo, quando esta Assembleia tiver meios para o fazer.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** O Sr. Deputado já cá não está!

**O Orador:** Eu sou imensamente paciente quando os Srs. dizem tudo quanto querem e fico sempre calmo. Se os Srs. tiverem a paciência de me ouvir, mesmo que isso seja desagradável, eu agradecia imenso.

Como eu ia dizendo, julgo que o Sr. Deputado Victor Evaristo, sendo como é um jurista - independentemente de saber se ele pertence ou não a alguma seita protes-



tante - parece-me uma monstruosidade (na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e como jurista) da sua parte, vir acusar-me de andar metido a ler as leis. FÁ-lo-ei sempre e o que faz falta é que o Sr., antes de ser Deputado, não tenha lido o Estatuto Político-Administrativo desta Região, porque esse impõe, efectivamente, que o Governo é responsável perante esta Assembleia. E foi isso que o Sr. não leu!

*(Aplausos da oposição)*

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Li! O Sr. é que leu mal!

**O Orador:** Está referido no Estatuto que os Deputados têm o direito de pedir todos os elementos necessários para fazer a fiscalização ao Governo!

Este é um direito que esta Assembleia tem e foi isso que o Sr. não leu! E isso é extremamente grave!

Falta de carácter ético, é haver Deputados nesta Casa que desrespeitam a sua função porque desrespeitam o povo dos Açores. Porque quem é Deputado nesta Casa e não exerce a sua função de fiscalização da actividade do Governo, não está exercendo a sua função!

E quando o Sr. Deputado Victor Evaristo diz, num aparte, que eu não conhecerei o estudo sobre as privatizações dos Açores porque ele não será entregue durante esta legislatura, o Sr. Deputado está dando cobertura ao Governo, para sonegar a informação a esta Assembleia! Isso é muito grave!

Isso é diminuir a função desta Assembleia, é diminuir a vossa própria posição!

*(Aparte inaudível do Deputado Victor Evaristo)*

**O Orador:** Os Srs. Deputados pelo facto de serem deputados eleitos pelo Partido Social Democrata, não têm o direito de levar a que a Assembleia se diminua nas suas funções.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados, eu agradecia que não interrompessem a intervenção do Sr. Deputado Renato Moura.

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que a matéria que está aqui em discussão, é se o Governo deveria ou não ter remetido a esta Assembleia um estudo, que como aqui ficou dito por várias vias, lhe foi solicitado.

Esse documento não tem nenhuma razão para ser um documento confidencial!

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** O Governo é que tem competência para dizer isso!

**O Orador:** Esse documento é um elemento de informação que é essencial para o conhecimento desta Assembleia. E esta há-de continuar a insistir para ter esse mesmo documento!

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** O Governo é que tem competência para julgar isso!

**Presidente:** Sr. Deputado Victor Evaristo, o Sr. já fez a sua intervenção. Terá oportunidade, ainda, para fazer uma declaração de voto. De modo que agradecia que deixasse o Sr. Deputado Renato Moura terminar a sua intervenção.

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu esperava que um dia o Grupo Parlamentar do PSD passasse a ter uma postura diferente para com o Governo. E para que, finalmente, exigisse alguma coisa a este Governo, porque afinal e se o Grupo Parlamentar do PSD exigisse alguma coisa a este Governo, aí sim, estaria a ser efectivamente Social Democrata!

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Protesto apresentado pelo Sr. Deputado Independente, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Voto de Protesto foi aprovado, registando a seguinte votação: 22 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do Dep. Indep. e registou 25 votos contra do PSD.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva para uma declaração de voto.

**Deputado Gaspar da Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou desfavoravelmente este Voto de Protesto, não só por ser mais um contributo banal aos votos de protesto, por tudo e por nada, a que já nos vamos habituando nesta Câmara.

O presente Voto de Protesto lavra um evidente equívoco, como outros aliás. Pois, se por um lado se afigura correcto o quadro geral definido pelo Governo Regional para as privatizações, expresso no texto do voto, já não se pode entender que o acto

meramente executivo que é o de exequir o próprio processo das privatizações em si mesmo, tenha que ser, passo a passo, objecto de informação pontual.

Assim, o estudo efectuado pelo BPI, atendendo ao complexo conteúdo de que se reveste, carece de ponderada análise e reflexão pelo que o Governo entendeu, no uso dos poderes próprios que ainda tem, considerá-lo reservado bem como todo o seu conhecimento.

Neste entendimento que, aliás, é de uso corrente e legal em todo e qualquer executivo de todo e qualquer país, só é permitida a sua divulgação após o mesmo deixar de revestir, ainda, o carácter reservado e confidencial.

E não se diga - porque não é verdade - que a remessa do estudo do BPI à Assembleia não feriria a confidencialidade do referido estudo, porquanto uma vez e logo após entregue a este órgão, qualquer cidadão poderia obter o seu conhecimento o que, obviamente, por via indirecta, lhe retiraria a confidencialidade ainda pretendida pelo Executivo.

Pelas expostas razões, não deveria o Sr. Deputado proponente afirmar que o Governo sonhou este estudo ao conhecimento da Assembleia, porquanto oportunamente, o mesmo ser-lhe-á remetido, logo que perca o carácter reservado ou confidencial o que, obviamente, nada tem a ver com o impedimento de que esta Assembleia fiscalize a actividade do Executivo, porque todos sabemos que esta é uma das suas atribuições.

Assim, por não vermos qualquer fundamento a não ser o carácter demagógico do voto, logo secundado por toda a oposição unida no frentismo a que já vamos ficando habituados e bem assim todo o povo desta Região, a bancada do Partido Social Democrata votou desfavoravelmente este voto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para salientar, perante esta Assembleia e sobretudo o governamentalizado, subordinado, menorizado e secundarizado Grupo Parlamentar do PSD em relação ao Governo, que para além do protesto contido neste voto, a Assembleia acabou de deliberar, complementarmente, que o texto do presente voto seja comunicado ao Governo Regional dos Açores.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para além da evidência das razões que assistem a esta Assembleia para ter deliberado aquilo que acabou de votar, e com a convicção de que o Governo vai manter a respeitabilidade que deve ter perante esta Assembleia, acatando as deliberações daqui emanadas, entendemos que o que pareceu ser o último reduto duma pretensa fundamentação para a atitude do Grupo Parlamentar do PSD - e que residuiu em considerar que o documento era confidencial ou reservado - nós chamaríamos a atenção para o facto de que o Governo já teve várias oportunidades, perante esta Assembleia, para declarar tal situação e nunca o fez.

O Governo teve três ou quatro meses para responder aos requerimentos apresentados por Deputados desta Assembleia e nem se dignou responder. E, pelos vistos, se o documento fosse confidencial ou reservado, no mínimo, tinha havido tempo bastante para o Governo comunicar aos representantes do povo dos Açores esse facto.

O Governo nunca fez isso!

O Governo nada fez. Daí a razão do protesto pelo desrespeito do Governo para com esta Assembleia.

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Além do mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados, todos ficámos a perceber que o PSD tinha que se agarrar a alguma coisa. Como não foi na base da intervenção do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, porque essa foi vazia de conteúdo face ao objectivo do voto, fica entendido por toda a gente que julgou algum iluminado que ao considerar o documento como reservado e confidencial, teriam uma maneira minimamente airosa (julgava o PSD) de poderem votar contra o referido voto.

Sinceramente, isto não foi convincente e daí a razão do nosso voto de apoio ao protesto.

**Presidente:** Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma vez demos o nosso contributo para que a maioria dos Deputados desta Assembleia digam claramente ao Governo Regional e ao povo dos Açores que há neces-

sidade e há que fazer um esforço para esta Assembleia mostrar as suas atribuições. E para dizermos, também, que chegou a hora de se fazer a desgovernamentalização desta Assembleia.

Infelizmente, isso ainda não foi compreendido nem pelo Governo Regional nem pelo Grupo Parlamentar que o apoia.

De qualquer modo, estamos convencidos que indo por este caminho, o povo dos Açores irá compreender a necessidade desta Casa sair cada vez mais respeitada.

Disse.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

**Deputado Renato Moura (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Demagogia, é quando o Programa do Governo que foi aprovado por esta Assembleia, diz: "É chegada a hora das privatizações" e o Grupo Parlamentar do PSD afirmar que afinal, há muito tempo para fazer as privatizações. Isto é que é demagogia e é desrespeito para com aquilo que o Srs. aprovaram.

Há muitos votos de protesto - dizem os Srs.. Pois há muitos e não-de aparecer todos aqueles que forem necessários que não-de ser aprovados quando tiverem razões para o ser, por esta Assembleia, porque há muitas razões para propor esses votos de protesto. É por isso que eles têm surgido em largo número.

Diz o Sr. Deputado Gaspar da Silva que o Governo ainda o é. E diz muito bem, porque ele tem consciência, como toda a gente aqui nesta Região a tem, que este Governo não o será por muito tempo.

Ainda é, mas há-de deixar de o ser!

Por outro lado, gostaria de dizer que se votou este voto, porque se entende que este Governo enquanto o for, deverá cumprir com as deliberações desta Assembleia, pois ela é legítima e representativa do povo dos Açores, não perdeu nada da sua legitimidade e como tal, deve ser respeitada.

O Governo se se respeitasse a si mesmo e ao povo dos Açores, teria que respeitar pura e simplesmente esta Assembleia porque ela é representativa do povo.

É este papel pedagógico que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata deveria ir começando a ter junto deste Governo.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Falou o Presidente da Região Autónoma das Flores!

**Presidente:** Srs. Deputados, terminámos

esta parte consagrada à emissão de votos.

Vamos passar ao período reservado às **intervenções de interesse político relevante para a Região**. Nesse sentido, dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Goulart.

**Deputado Manuel Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A qualidade de vida de qualquer comunidade não se afere, simplesmente, pelo maior ou menor poder económico dos seus elementos.

Se assim fosse, bastaria analisarmos as declarações do Sr. Ministro das Finanças, proferidas recentemente na televisão, para chegarmos à triste conclusão de que o nível de vida dos portugueses irá baixar. Que em 1992 será mais difícil adquirir os bens essenciais e mesmo indispensáveis para a vida, como os alimentos e medicamentos.

A eliminação da taxa zero do Imposto do Valor Acrescentado, passando os artigos, até aqui isentos - como muitos produtos alimentares, jornais, livros e medicamentos, entre outros - a serem tributados com a taxa de 5% de IVA, é um ataque descarado à bolsa dos consumidores e a falta de cumprimento das promessas eleitorais, a que o PSD já nos habituou.

A afirmação do Sr. Ministro de que o aumento da taxa não implicava, necessariamente, aumento de preços, é de pasmar!

Mas anedótica foi mesmo a declaração de que o agravamento do IVA nos medicamentos, não seria sentido pelos consumidores, já que o Estado os comparticipava.

Esqueceu-se o Sr. Ministro de que é cada vez - maior a lista dos medicamentos não comparticipados?

Talvez tenha sido o conhecimento antecipado de afirmações deste teor que desnortearam uma jornalista da nossa praça e a levaram a chamar-lhe Braza de Macedo.

Mas que grande braza esta para nos queimar a todos.

*(Risos da bancada do PS)*

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Dizia eu ao iniciar esta minha intervenção que a qualidade de vida das pessoas de qualquer localidade, não se pode avaliar, simplesmente, pelo seu maior ou menor poder de compra.

É que "não só de pão vive o homem", embora muitos tenham de suar as "estopas do Algarve" para o conseguir para si e para os filhos.

Vem isto a propósito da atitude irreflecti-

da do PSD do Faial, de inviabilizar a compra do Teatro Faialense, reprovando, na Assembleia Municipal da Horta, a proposta da respectiva Câmara para aquisição deste Teatro que é um marco importante na vida e história da Ilha do Faial.

Sem qualquer pejo e numa demonstração da mais completa irresponsabilidade, o PSD, com o propósito claro de boicotar o trabalho da Câmara Municipal da Horta e o cumprimento do seu programa, prestou um mau serviço à população e aos valores culturais da Ilha do Faial e dos Açores, e insultou a memória do Teatro nesta ilha.

A compra do Teatro Faialense tinha garantido um financiamento de 70% da CEE e a oferta do Governo Regional, através da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, do projecto de recuperação, o que comprova que foram colocados interesses partidários em detrimento dos interesses da comunidade, actuação que o PSD do Faial vem utilizando, ultimamente, a vários níveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como se pode dizer que "a compra do Teatro Faialense sempre foi um projecto do PSD" se a Câmara Municipal da Horta quando a responsabilidade maioritária deste partido, só pelo "desejo de deixar obra feita" como foi afirmado por um responsável local do partido, planeou a construção, em outro espaço, dum Centro Cultural orçamentado em mais de duas centenas de milhares de contos, tendo para o efeito mandado executar um projecto que custou 22 mil contos (para meter na gaveta) e que a actual Câmara está ainda a pagar?

A compra do Teatro Faialense não é um projecto deste ou daquele partido. É um projecto de todos os faialenses que a actual Câmara da Horta teve o mérito de resolver, mas que a irresponsabilidade dos membros do PSD na Assembleia Municipal da Horta - acolitados pelo único membro eleito pelo CDS, que embora sem a confiança política deste partido se mantém alheio à realidade como numa qualquer república das bananas - impediu de concretizar.

É triste, é lamentável e até vergonhoso que se sobreponham interesses meramente partidários aos interesses de todo um povo.

É triste, é lamentável e é vergonhoso que se afirme que "não se está contra a compra do Teatro Faialense" e se inviabilize a referida compra em condições vantajosas para o concelho.

É triste, é lamentável e é vergonhoso que se sublinhe que "a compra do Teatro

Faialense constitui um objectivo de há muito acalentado pelo PSD" e porque foram incapazes de o concretizar, votam contra essa compra só porque os autarcas do PS tiveram a arte e o engenho de o conseguir.

Tenham tino, meus senhores!

Curem-se da partidarite aguda de que vêm sofrendo.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS, CDS e PCP)

**Presidente:** O Sr. Deputado Fernando Faria pede a palavra com que efeito?

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Sr. Presidente, é para um protesto.

**Presidente:** Tem a palavra para o feito.

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O protesto é a figura regimental que tenho, neste momento, pois nada me move contra o Sr. Deputado interveniente ou outra pessoa aqui nesta Casa. Mas os termos usados pelo Sr. Deputado Manuel Goulart não correspondem ao que se passou.

Protesto, e embora não venha defender o representante do CDS na Assembleia Municipal, devo dizer que é uma pessoa que não está presente e até já foi do Partido Socialista. É um agricultor e cultiva bananas. E vir aqui dizer que ele não está ligado ao CDS e que pertence a uma "República das Bananas", penso que é de muito mau gosto, de infelicidade e de indelicadeza, para não chamar outra coisa. Mas isto é um aparte.

Eu protesto, principalmente, porque o Sr. Deputado vem dizer, aqui, que é triste, lamentável e vergonhoso, que o PSD do Faial não tenha feito nada. Porque a compra daquele Teatro - que está a cair - parece ter sido uma invenção ou uma criação do Partido Socialista na Câmara Municipal da Horta. Não é verdade!

Quem fez essa proposta, foram os três vereadores eleitos pelo PSD, mas foi para comprar o Teatro Faialense. Teatro que, por proposta aceite em reunião da Câmara Municipal, foi decidido pedir uma avaliação a técnicos competentes. Essa avaliação foi feita por três técnicos, engenheiros e arquitectos, incluindo o próprio engenheiro da Câmara Municipal da Horta, e propôs-se aos proprietários a compra por 32 mil contos. E eles não quiseram vender.

De repente, e sem mais avaliação, o Sr. Presidente da Câmara, em reunião

da mesma, propõe - para sofismar a compra do edifício do Teatro - que se compre mais um quintal e mais uma casa, que está a cair - e que por acaso (coincidência só) está a sede do PS aqui no Faial - e que se compre tudo isso por 50 mil contos.

A Câmara (claro!) com a maioria socialista, disse que sim ao Sr. Presidente. E ele até ia já assinar o contrato logo a seguir (isto é que é lamentável e vergonhoso!).

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Nós até pagamos só 2 contos de renda!

**O Orador:** Pois vocês só pagam 2 contos. Ainda por cima estão lá de borla.

(*À parte inaudível da Deputada Lisete Silveira*)

**O Orador:** Essa do compromisso sair, a gente já vai lá.

Aquela era a forma que se arranjava para ultrapassar uma avaliação feita por técnicos, que era só para comprar um Teatro que tinha sido avaliado em 32 mil contos, e passava-se para 50 mil. E isto é aprovado pela Câmara, com os votos contra do PSD. Mas na semana seguinte, a proposta sobe para 60 mil. E depois leva-se isto à Assembleia Municipal e a maioria desta, que é do PSD e como tal, deve ser respeitada como nós aqui temos que respeitar as vossas decisões frentistas como tem acontecido estes dias, porque a gente não tem feito outra coisa senão apreciar e votar estes votos do frentismo...

(*À parte inaudível da bancada do PS*)

(*Aplausos da bancada do PSD*)

**O Orador:** ...e não me tirem o tempo, senão o Sr. Presidente tira-me a palavra.

(*Risos da Câmara*)

**O Orador:** Já acabo, Sr. Presidente.

Portanto, como eu ia dizendo, surge esta proposta por 60 mil contos e que consta do Teatro, os anexos e a casa que está a cair, que é a sede do Partido Socialista que paga só 2 contos e que depois se comprometeu publicamente num jornal, a sair e deixar vaga essa casa.

Portanto, o Partido Socialista comprometeu-se a sair de lá se o Teatro fosse comprado.

No entanto, o que era para comprar era o Teatro Faialense cujas obras cifravam-se em duzentos e tal mil contos e não estão garantidos os tais financiamentos dos 70% mas isso é outra coisa.

Só que a Assembleia Municipal, com

maioria do PSD e com o vogal do CDS, decidiu e votou - muito bem - não comprar aquilo tudo. Porque a Câmara Municipal está ao serviço dos cidadãos e não está para fazer "fretes" a ninguém!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*Aplausos da bancada do PSD*)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart, naturalmente para um contraprotesto.

**Deputado Manuel Goulart (PS):** Sr. Presidente, se me permite, eu usarei da palavra para prestar esclarecimentos, visto que não vi razão - no protesto do Sr. Deputado Fernando Faria - para contraprotestar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de esclarecer alguns pontos focados pelo Sr. Deputado do PSD.

Eu disse que a compra do Teatro Faialense era um projecto dos faialenses e não deste ou daquele partido. Os faialenses é que não querem deixar cair aquele Teatro.

Portanto, o facto de ter sido proposto agora pelos vogais do PSD, não tem qualquer interesse para mim. O importante é viabilizar essa compra.

Quanto à questão de se ter aprovado, inicialmente, apenas o edifício do Teatro Faialense, e depois é que se propôs a compra do quintal e da casa, é verdade sim, Sr. Deputado. Isso foi aprovado na Câmara por maioria. Posteriormente, foi rejeitado na Assembleia Municipal, mas porquê?

Quais os argumentos apresentados?

Por causa de falta de avaliação?!

Por causa do valor apresentado?!

Fala-me que propôs-se os 50 mil contos e que depois o Sr. Presidente passou esse valor para 60 mil contos. Por acaso o Sr. Deputado desconhece os valores dados por prédios aqui na cidade da Horta?!

Penso que não!

Sabe, por exemplo, quanto é que foi dado por uma fábrica que era para ser transformada em matadouro que não se sabe há quantos anos anda no Plano e não foi construído?!

Sabe quanto se deu por essa casa - porque depois abandonou-se essa ideia de fazer o matadouro - onde funciona hoje a Delegação da Secretaria Regional da Economia?!

E sabe quanto se deu por essas outras casas compradas aí na cidade?!

Sr. Deputado Fernando Faria:

O Teatro tinha sido já avaliado em 32 mil contos.

Acha que este valor está certo?

A Câmara não explicou para que é que era necessário todo o outro valor?

Quanto ao facto da sede do PS estar a funcionar naquela casa, oh, Sr. Deputado, francamente!

Quanto ao representante do CDS, eu disse que ele não tinha a confiança política do seu partido. E é verdade! Isso é público!

O CDS já fez um comunicado formal, mais do que uma vez, a dizer isso.

Além disso, e em relação à "República das Bananas", eu não pretendi com isto ofendê-lo. Não o fiz pela sua profissão, mas sim porque é uma expressão usual.

**Presidente:** A Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira pretende usar da palavra com que finalidade?

**Deputada Lisete Silveira (PS):** É apenas para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Faria.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PSD tem continuamente reivindicado a autoria do projecto de compra do Teatro Faialense que já desde há muitos anos pretende adquirir.

No entanto, eu ainda estou para perceber como é que na mesma altura, ou pouco depois, se pretendeu construir um centro cultural por 22 mil contos cujo projecto ainda hoje se está a pagar?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Faria:

Pelo que percebi, o Sr. Deputado põe fundamentalmente em causa os preços em questão pelo Teatro, a casa e o terreno anexo.

O Sr. Deputado Manuel Goulart já referiu algumas compras e vendas adquiridas pela Região. Ainda recentemente (há dois anos?) a nossa Assembleia adquiriu uma casa aqui nas proximidades. E a pergunta que eu fazia é a seguinte:

Fazendo a comparação entre o preço que a Assembleia Legislativa Regional pagou por essa casa e o preço pelo Teatro Faialense com a outra cara e o terreno anexo, V. Ex<sup>a</sup> considera que essa aquisição foi casa para a Câmara Municipal?

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria para prestar esclarecimentos.

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Sr.

Presidente, Srs. Deputados:

Até parece que fui eu que fiz a intervenção, porque é que estou a ser questionado pelo Srs. Deputados.

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Talvez o Sr. Deputado Manuel Goulart não tenha sido suficientemente claro!...

Em primeiro lugar quero registar que o CDS retirou a confiança política ao seu vogal na Assembleia Municipal da Horta, porque ele passou a independente. E fez muito bem!

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Respondendo ao Sr. Deputado Paulo Valadão, a casa que foi comprada para residência oficial do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, custou exactamente o preço em que foi avaliada pelos peritos, o que é importante ter presente.

Quanto ao Teatro Faialense, eu devo dizer que gosto muito de teatro e de cinema, mas estou convencido que haveria soluções melhores para o desenvolvimento da cultura do Faial, do que comprar aquele edifício que alguém chamou - um escrito vindo da Terceira, daqueles escritos de encomenda - de... "joia arquitectónica"!

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Quem vê aquele mamarracho fica esclarecido. Mas eu não tenho nada a ver com isso, não tenho interesses nenhuns nem nunca fiz artigos de encomenda nem doutro género.

*(Aparte inaudível da Deputada Lisete Silveira)*

**O Orador:** Diga Sr<sup>a</sup> Deputada?

Aquilo para mim é um mamarracho. Tenho o direito de chamar-lhe o que quiser.

Mas o mais grave é que não era só a compra, mesmo que fosse 60 mil contos. O que estava avaliado era 32 mil contos. Se queriam comprar o quintal e a tal casa que também é a sede do PS, embora este tenha dito que sairia logo a seguir, pediam novamente aos mesmos peritos e aos mesmos técnicos uma avaliação. Por que é que evitaram isso?

Foi uma forma encontrada pelo Sr. Presidente da Câmara - habilidoso, demagogo e populista como é - para fugir.

Na Câmara foi decidido que a compra era 60 mil contos. Os custos da recuperação

de tudo aquilo seriam 200 ou 300 mil contos.

Simplesmente, quando se perguntou qual era a finalidade da tal casa e do tal quintal, diziam que ora seriam para fazer camarins, ora lavabos, etc..

*(Protestos inaudíveis da Deputada Lisete Silveira)*

**O Orador:** Oh Sr<sup>a</sup> Deputada! Ninguém sabe para que era!

Exalte-se à vontade e depois acalme-se.

A medida que iam sendo feitas perguntas, ia-se arranjando mais um camarim para um artista qualquer que iria aparecer por aí.

*(Risos da bancada do PSD)*

*(À parte inaudível da Deputada Lisete Silveira)*

**O Orador:** Sr<sup>a</sup> Deputada:

Existem aqui muitos interesses em jogo. Não vou dizer que são interesses da Sr<sup>a</sup> Deputada nem do Sr. Deputado Manuel Goulart. Mas também não são meus!

No entanto, devemos ir com calma. Acho que isto é vergonhoso e triste. Porque nós vimos falar aqui de contenções e rigor de despesas e ia-se esbanjar dinheiro sem critério, sem um fim definido?

Não podia ser, Srs. Deputados!

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

**Deputado Manuel Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Faria:

Acho que o Sr. pode ter as suas ideias e pode defender que o Teatro Faialense pode não ser a melhor solução para o Faial. Considero, porém, que depois de me ter criticado por eu ter aludido ao representante do CDS que não está presente aqui, venha chamar demagogo ao Presidente da Câmara Municipal da Horta sem ele estar também presente!

Francamente, Sr. Deputado!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Mas isso já a gente sabe que ele é!

**O Orador:** Quanto à falta de avaliação, o Sr. Deputado não venha com essa! Pois V. Ex<sup>a</sup> sabe que não é por aí.

O Sr. sabe perfeitamente em quanto é que ficou a avaliação daquele prédio.

Mas, e o prédio da Rua Walter Bensaúde que foi comprada pelo Governo? Esse nin-

guém sabe!

Quanto é que custou - diga-me porque o Sr. sabe - a Fábrica Primavera, ou seja, a antiga fábrica de refrigerantes que foi comprado pelo Governo e à qual eu já fiz referência? Fábrica essa, que era para o matadouro, quando toda a gente sabia que ele não seria feito ali?!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Era para fazer a sede do PS!

**O Orador:** Sr. Deputado Jorge Cabral, tenho o prazer de o contar entre os meus amigos, mas acho que deveria ter mais respeito por esta Câmara. Há muito tempo que anda com uns à partes fora do normal. Mantenha-se calmo, por favor!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Oh Sr. Deputado, nunca insultei pessoalmente ninguém, como o Sr. Deputado Dionísio de Sousa já fez!

**Presidente:** Agradecia que os Srs. Deputados não estabelecessem diálogo e que o Sr. Deputado Manuel Goulart fizesse o favor de continuar.

**O Orador:** A parte das casas compradas por entidades oficiais, o Sr. Deputado também sabe o preço das casas transaccionadas entre os particulares, nesta cidade. Portanto, tendo isso em atenção, não foi o preço que originou a não aprovação da compra do Teatro Faialense. Sabe tão bem quanto eu que foi por outras razões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria para prestar esclarecimentos.

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não era minha intenção prolongar e evitar que entrássemos no **Período da Ordem do Dia** ainda hoje, porque pelo ritmo que vai, penso que não chegamos lá.

Mas dizer que eu posso ter as minhas ideias, é um agradecimento que eu não posso deixar de fazer ao Sr. Deputado Manuel Goulart. Muito obrigado.

Quanto ao Sr. Presidente da Câmara, eu posso dizer que ele é uma figura pública. O Sr. é que trouxe esse assunto para aqui. O Sr. apenas mencionou o PSD na Assembleia Municipal da Horta.

**Deputado Manuel Goulart (PS):** Eu não mencionei o nome deles!

**O Orador:** Eu também não mencionei o nome do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Horta. Agora, que ele fez manobras populistas, de demagogia, para fugir à avaliação, lá isso fez.

Eu tenho as minhas razões e o PSD

também. Eu respeito as suas razões, aliás, o Sr. já as disse.

Quanto aos preços que o Sr. quer saber, se bem que eu não seja explicador, eu posso dizer-lhe. A casa "Bensaúde" foi adquirida por 40 mil contos. Lá adiante, como o Sr. sabe, foram 16 mil contos, isto é, a Fábrica Primavera. Portanto, esta parte também já está esclarecida. No entanto, e esta é a minha ideia, comprar para quê?

Como e com que dinheiro?

Depois, quanto é que custa reconstruir e adaptar?

São estas as razões. Não houve mais nenhuma por trás - não que eu saiba.

As pessoas tomam livremente uma opção. E na Câmara o PS deliberou por maioria comprar. Na Assembleia Municipal o PSD e o vogal do CDS deliberaram por maioria não comprar. Porque o Sr. Presidente da Câmara não convenceu a Assembleia Municipal das suas doutes razões.

Penso que encarar este assunto como sendo quase uma tragédia faialense e açoriana, é exagerado.

Para finalizar, gostaria de dizer que o Teatro Faialense pode ser uma solução. Porém, não façamos disso um caso de vida ou de morte. Se não for o Teatro Faialense, será talvez um anfiteatro ou outra estrutura que seja adaptada às necessidades dos tempos que correm e que não seja - como diz e muito bem a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira - um edifício que foi feito e concebido há 40 ou 50 anos atrás.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira para prestar esclarecimentos.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, é apenas para fazer uma observação.

Afinal o Sr. Deputado Fernando Faria não respondeu à minha pergunta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria para prestar esclarecimentos.

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As Câmaras Municipais mudam, passam. O que eu disse, foi que na vigência desta Câmara Municipal os vereadores eleitos pelo PSD, na primeira ou na segunda reunião, apresentaram uma série de propostas que constavam do seu programa eleitoral. Uma delas era a compra do Teatro Faialense. Outras foram feitas e parte delas aceites, outras não.

Estes membros da Câmara Municipal, eleitos pelo PSD, fizeram esta proposta que a Câmara votou e aceitou. É esta a

resposta para si. O que está para trás, foram visões de outras câmaras municipais. E eu é que vou ser responsável por isso?!

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Ah, a si, não!

**O Orador:** Aliás, eu se fosse membro desta Assembleia Municipal, não teria dúvidas nenhuma. A minha posição sobre o Teatro é claríssima, como aqui o disse e direi em qualquer parte. Não tenho nenhum interesse, nem pessoal nem de cidadão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra para uma intervenção, o Sr. Deputado Carlos Lima.

**Deputado Carlos Lima (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É por demais sabido que uma das questões de que mais se tem falado nos últimos meses, devido a todas as suas implicações, diz respeito ao processo ou intenção de despedimento colectivo de 95 trabalhadores da Base Americana das Lages.

Esta é uma questão que, embora localizada na Ilha Terceira, tem tido largo eco em toda a Região e mesmo a nível nacional.

E não será caso para menos.

De facto, quem é que ia esperar que, após dezenas de anos de um bom relacionamento, a entidade patronal norte-americana, começasse a desencadear um processo de legalidade mais do que duvidosa para muitos?

Quer no Governo, quer noutras instâncias, sempre assumimos as nossas responsabilidades. A nossa preocupação não é de hoje, nem de ontem - mas sim de longo tempo.

A Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, através do seu representante na Ilha Terceira, tem sido incansável na sua firmeza perante a entidade patronal americana, em todos os momentos em que os direitos de qualquer trabalhador português da Base tenham sido ameaçados.

E não se pode esquecer, claro, a dignidade com que a Região tem sido representada nas negociações que estão a decorrer entre o Governo português e o Governo norte-americano, com vista ao futuro acordo.

Parece importante destacar, que por exemplo, há alguns meses atrás, o Secretário Geral da UGT, Sr. Torres Couto, manifestasse algum desinteresse do processo, dada a sua forte conotação com a CGTP, que habitualmente se armava em porta estandarte do problema dos trabalhadores da Base das Lages.

Contudo é importante também realçar que este problema deve inserir-se rigorosa-



mente no interesse dos próprios trabalhadores, sem estar conotado com outros princípios, que não os reais e do interesse destes, sem que isso signifique que se possam desprezar todos os apoios vindos de diversos quadrantes.

Não se pode nunca esquecer que os verdadeiros parceiros negociais são o Estado Português e o Estado Norte-Americano. Logo, todas as responsabilidades terão que ser a esse nível.

Somos completamente solidários com os trabalhadores, não podendo menosprezar as questões de fundo, como seja o facto de os trabalhadores portugueses da Base das Lages, não poderem recorrer aos tribunais portugueses para fazerem valer os seus direitos.

A nível institucional há que de forma legítima, fazer todos os esforços para que as autoridades norte-americanas respeitem o Acordo Laboral e os nossos trabalhadores.

Também me solidarizo com a forma com que o representante da Região nessas negociações se pronunciou recentemente sobre esta questão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Finalmente e em relação ao Estado Norte-Americano, só digo o seguinte:

Numa altura em que a face do mundo está a ser mudada, não se podem admitir tais comportamentos.

Até porque, a importância geo-estratégica da Base das Lages em nada se encontra diminuída.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com a acostagem do navio "Miguel Corte Real", no porto das Flores, no dia 3 deste mês, sem dúvida que os habitantes da ilha poderão ter fecundadas esperanças de profundas alterações positivas no seu quotidiano; deixam de existir razões para o esgotamento dos produtos de primeira necessidade, deixam de existir incertezas em relação às exportações, deixa de ser necessário que o navio passe semanas e semanas à espera que o tempo permita carregar e descarregar mercadorias.

A aspiração de ter o seu porto acostável, existe muito viva em toda a população das Flores, desde há mais de um século.

Consideramos que é muito importante

que a obra do porto continue em ritmo acelerado, para que termine dentro dos prazos previstos - ou seja no fim do próximo Verão - mas é fundamental que o Governo Regional que infelizmente não está cá nenhum dos seus membros, embora já bastas vezes um dos Srs. Secretários tenha afirmado que procuram ter sempre um membro do Governo Regional, mas neste capítulo há uma alteração substancial. E nestes dias de Plenário as cadeiras têm estado vazias o que é um desrespeito total por esta Assembleia.

*(Aplausos da bancada do CDS)*

*(Aparte inaudível do Deputado Jorge Cabral)*

**O Orador:** Sr. Deputado, procure ocupar a cadeira da frente, pois seria bem ocupada em comparação com os outros.

**Presidente:** Srs. Deputados, um momento. A nossa Assembleia tem uma determinada postura que devemos respeitar. O local onde os Srs. Deputados devem estar, assistir e participar nos debates é sentados na bancada. Nós não podemos permitir de modo algum, que generalizemos este debate da Assembleia, pela forma que não é regimental, que não está condizente com a nossa tradição, nem com o respeito que nós devemos a esta Casa.

Agradezia aos Srs. Deputados que querem estar nos passos perdidos a conversar que o façam. Se querem fumar que o façam no corredor exterior à Câmara. Podem ocupar os lugares das bancadas e é possível trocar impressões. Não é possível, porém, participar nos debates e fazerem à parte numa situação que não está de acordo com o nosso Regimento.

Eu agradezia que os Srs. Deputados colaborassem com a Mesa a situar o nosso debate parlamentar, na dignidade que ele deve ter.

Desculpe a interrupção, Sr. Deputado Paulo Valadão. Pode continuar a sua intervenção.

**O Orador:** Continuando... desde já equacione todos os problemas que se relacionam com o apetrechamento do porto, o seu equipamento, e as infraestruturas que devem surgir, assim como com incentivos ao desenvolvimento industrial que obrigatória e naturalmente têm de ser implementados como consequência daquela importante infra-estrutura. Por outro lado, os florentinos têm de beneficiar em toda a sua extensão do facto do seu porto já poder receber

os barcos, não sendo prejudicados por razões que lhes são estranhas, como sucedeu durante toda a passada semana, em que o navio "Miguel Corte Real" esteve abrigado junto às Flores, tendo aproximadamente 200 bovinos a bordo, com as consequências negativas que isso implica, porque o tempo não permitiu que fizesse serviço no Corvo. Em nosso entender, esta ilha, o Corvo, não pode nem deve ser prejudicada, mas é necessário que com urgência o Governo Regional encontre solução para o problema dela continuar sem porto acostável, com todas as contingências que isso acarreta, sem que por isso as Flores, embora possuindo porto, também se veja a sofrer prejuízos, como se o não tivesse.

Agora que já podemos vislumbrar o término do porto, é necessário, em nosso entender, que o Governo Regional tenha projectos e concursos em condições de avançar no sentido de também serem melhorados os portos pesqueiros da ilha, assim como se terá de avançar com a construção da futura Marina, porque a ilha tem condições para ocupar um lugar de destaque no que se refere ao iatismo, dada a preferência que desde há muito lhe têm dados os iatistas.

Com o seu porto, as Flores, tem mais uma porta aberta ao exterior; esperamos e desejamos que esta porta efectivamente seja o início do desenvolvimento que a ilha necessita no sentido de se criarem melhores condições de vida para toda a população.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Um dos meios importantes para o desenvolvimento de qualquer local é, sem dúvida, a energia. É do conhecimento geral os problemas que têm existido nas Flores neste sector. No Plano para o corrente ano no Programa 31 - Apoio ao sector energético, ficou consignado o "Apoio à Federação dos Municípios da Ilha das Flores, que tem como principal objectivo realizar a obra de reforço dos caudais da central hidroelétrica de Além Fazenda", conforme vinha referido na proposta.

Em nosso entender, o reforço dos caudais necessariamente e em primeira instância pela **construção de uma barragem**, conforme já aqui referimos por diversas vezes, embora admitindo que além dessa, outras soluções possam e devem ser implementadas, no sentido da ilha poder ter a energia que necessita, utilizando, fundamentalmente água para a sua produção. Consideramos que com urgência têm de ser implementados

os projectos necessários que visem o abastecimento normal e eficaz da ilha em energia eléctrica o que, infelizmente, ainda não aconteceu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Trouxemos aqui estes aspectos das Flores que entendemos ser muito importantes. A sua concretização é imprescindível e, a urgência, também é fundamental, porque tivemos muitos atrasos, daí a necessidade que temos dum desenvolvimento rápido e eficaz.

Disse.

**Presidente:** O Sr. Deputado Jorge Cabral pretende usar da palavra com que finalidade?

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento à Câmara se me é permitido.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente eu gostaria de esclarecer o que se passou aqui há instantes, na sequência da intervenção feita pelo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional em relação aos apartes proferidos fora das bancadas parlamentares.

Eu queria esclarecer a Câmara de que eu não fiz aparte nenhum. Limitei-me apenas a fazer um gesto a indicar que me devia sentar numa das cadeiras da bancada do Governo e o Sr. Deputado Paulo Valadão, com a sua forma irónica de dizer as coisas, disse que eu podia ocupar as cadeiras todas porque estavam bem ocupadas.

Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Valadão.

De qualquer modo, queria dizer ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional que não entendo que tivessem sido dirigidas a mim as suas observações.

Muito obrigado.

**Presidente:** Embora não haja aqui, qualquer situação de incidente, queria referir que há pouco na minha observação não nomeei qualquer Sr. Deputado. Referi-me de um modo geral à necessidade que tínhamos de observar o que, regimentalmente, está consagrado no nosso debate parlamentar.

Posto isto, e uma vez que chegámos às 13.00 horas, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço e continuaremos este período de antes da ordem do dia às 15.00 horas.

Srs. Deputados, boa tarde e até logo.

(Eram 13.00 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para podermos dar seguimento aos nossos trabalhos.

*(Eram 15.00 horas)*

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Henrique Aguiar para uma intervenção.

**Deputado Henrique Aguiar (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Continuamos a ser confrontados com profundas alterações políticas a nível internacional, que ao surgirem num tão curto espaço de tempo nos parecem simultâneas e surpreendentes, embora nenhuma delas apareça por acaso.

De facto, se recuarmos umas décadas na história veremos que as mais relevantes, figuravam então como objectivos políticos.

A queda do império soviético, a reunificação da Alemanha e a integração europeia são o resultado da política global das alianças ocidentais e são testemunho do seu sucesso.

Sentimos que o Mundo está a mudar e que cabe à actual geração uma grande responsabilidade na formulação e na implementação do novo sistema de relações internacionais.

Os Açores não estão nem podem ficar alheios a esta realidade.

Atentos ao que se vai passando pelo mundo, onde, com a crescente globalização da actividade económica e a liberalização das economias planificadoras, cada vez mais se assiste a tentativas de integração a par de indesejáveis e aparentemente inesperadas tendências isolacionistas e de desacordos económicos entre blocos.

Atentos também e de uma forma muito especial ao que se vai passando na Europa onde Portugal se insere e onde o processo de integração foi antecipado pelo compromisso da criação de um vasto mercado único sem fronteiras.

Europa que caminha, apesar das dificuldades e de algumas ambiguidades, para uma União Política, cujo processo, acelerado pela reunificação alemã e já proclamados pelos conselhos que se reuniram durante o ano de 1990, deu um significativo passo em frente na recente reunião de Maastrich.

Embora ainda não assinado o novo Tratado e não podendo ser considerado o seu texto como definitivo, julgamos de interesse transcrever, desde já, algumas das suas disposições:

Assim no artigo 1º lê-se:

"Pelo presente Tratado, as altas partes

contratantes instituem entre elas uma União Europeia, denominada "União".

O presente Tratado marca uma nova etapa no processo criativo de uma União cada vez mais estreita entre os Povos da Europa, na qual as decisões são tomadas de uma forma tão próxima dos cidadãos quanto possível.

O artigo 2º refere os objectivos da União e de entre eles citamos:

"O de afirmar a sua identidade na cena internacional nomeadamente pelo implemento duma política comum de negócios estrangeiros e de segurança que leve à definição de uma política comum de defesa", e o "de reforçar a protecção dos direitos e dos interesses dos naturais dos Estados Membros, pela criação duma cidadania da União".

Para além do Novo Tratado da União a conferência de Maastrich aprovou alterações ao Tratado da Comunidade Económica Europeia.

Algumas destas alterações, e as novas medidas introduzidas, levarão os Estados Membros a um processo de adaptação que irá produzir alterações significativas na vida dos cidadãos e algumas exigirão mesmo alterações na ordem jurídica desses Estados.

Para nós Açorianos, tem um interesse especial o conteúdo do artigo 198º-A

"É instituído um comité com carácter consultivo, composto por representantes das colectividades regionais e locais e designado por Comité das Regiões".

A conferência reconhece que as Regiões ultra-periféricas sofrem de um atraso estrutural importante, agravado por vários fenómenos cuja permanência e acumulação prejudicam fortemente o seu desenvolvimento económico e social.

A Conferência considera que as disposições do Tratado que institui a Comunidade Europeia e o seu direito derivado se aplicam de pleno direito a essas regiões, é possível adoptar medidas específicas a seu favor, na medida - e durante o tempo em que lhes forem objectivamente necessárias ao desenvolvimento económico-social dessas regiões.

Essas medidas específicas juntamente com as estruturais criadas ao abrigo do quadro comunitário de apoio apresentadas no capítulo da coesão económica e social são fundamentais para o desenvolvimento da Região e para equilibrar os efeitos negativos que algumas normas vão exigir no período da adaptação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se tudo isto parece aliciante pela perspectiva que se abre ao desenvolvimento económico e social da Região, devemos estar conscientes de que "nem tudo o que luz é ouro" e da importância e das dificuldades do trabalho a realizar.

Nos Açores o desenvolvimento da autonomia e o novo sistema de organização política implementado com a constituição portuguesa de 1976, baseados na identidade do Povo Açoriano, conferem aos órgãos de Governo próprio da Região a necessidade de conciliarem os legítimos interesses deste Povo com a necessidade de acompanhar os grandes movimentos aglutinadores que caracterizam o nosso tempo.

Continuar o esforço de participação nas assembleias internacionais que estudam e defendem os direitos regionais, que reforçada por uma emigração de várias gerações para o Novo Mundo, nos confere uma inofismável atlanticidade.

Trata-se, no fundo, de harmonizar o interesse óbvio de Portugal e da Região Autónoma na integração na Europa, com a defesa e o aprofundamento das peculiares características que nos dão identidade própria.

Essa não será tarefa fácil, mas deve ser procurada com empenho e com criatividade.

Tenho dito.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Eu penso que cometi um lapso de ordenamento das inscrições. Efectivamente, quem devia ter usado da palavra em primeiro lugar era o Sr. Deputado Fernando Fonte seguido do Sr. Deputado Henrique Aguiar.

Peço desculpa e tem a palavra para uma intervenção.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em Novembro de 1990, ao debatermos nesta Assembleia a política de Saúde e Segurança Social, dediquei alguns parágrafos de uma longa intervenção, à gestão do Hospital de Angra do Heroísmo. Critiquei, na altura, a tutela pela solução encontrada para a nomeação do administrador-delegado, não tanto pelo facto de ele não ser da Região mas pelas condições verdadeiramente excepcionais oferecidas àquele senhor administrador e numeroso séquito que o acompanhou de Faro. E o mais grave é que estas condições não estavam nem estão previstas na lei.

Como era possível pagar àquele administrador um subsídio de fixação equivalente a 40% do vencimento, quando tal subsídio só está previsto para os técnicos que se desloquem para as ilhas das Flores e Corvo? Como era possível prometer viagens ao Continente de 15 em 15 dias? Como era possível o administrador ter direito a viatura oficial para seu uso pessoal? Como era possível pagar ajudas de custo nos Açores, como se se tratasse de deslocações ao estrangeiro?

Foram estas e só estas as questões que então trouxe à reflexão desta Assembleia. Lembre-se, a propósito, que na altura se discutia, com algum calor, a contenção das despesas públicas, em especial as despesas correntes da Administração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quando, então, terminaram os nossos trabalhos pensei, como aliás seria de esperar, que o Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social fosse fazer algumas diligências no sentido de serem corrigidas as ilegalidades apontadas já que as situações criadas não se conformavam com as leis e regulamentos em vigor.

Infelizmente tal não aconteceu! E, não fora o acaso de se terem verificado graves irregularidades na Administração do Hospital de Faro, e da comunicação social nacional e regional se ter feito eco de possíveis ligações com a Administração do Hospital de Angra - note-se que os protagonistas eram os mesmos Malaquias e Companhia - e, possivelmente, tudo teria continuado na mesma por muitos e longos anos. Mas, foi porque a imprensa de forma continuada foi dando notícias e levantando algumas suspeitas sobre este caso, que a tutela resolveu proceder a um inquérito administrativo.

Esta situação meus Srs. é bem pragmática da pouca atenção que o Sr. Secretário presta ao que os deputados dizem nesta Casa.

Iniciado o inquérito, tudo parecia decorrer normalmente e até já se começava a adivinhar qual o desfecho que o mesmo teria!... Iria certamente ficar no "segredo dos deuses". Só assim se compreende que o Secretário da Saúde e Segurança Social, tenha levado o Sr. Presidente do Governo Regional, Dr. Mota Amaral, a visitar duas vezes a unidade hospitalar de Angra do Heroísmo enquanto decorria o inquérito. O bom senso aconselhava a que o não fizesse, muito menos a pretexto de uma qualquer questão menor como seja a inauguração da informática do Hospital que, como se sabe, ainda

não funciona. Mas, a montagem do cenário era importante...

A contrariar toda esta encenação eis que surge no Semanário "Expresso", de 28 de Dezembro de 1991 a notícia que o Adjunto do Procurador-Geral da República em serviço no Ministério da Saúde havia proposto ao Ministério Público a instauração de processos crime envolvendo nove funcionários e ex-funcionários do Hospital de Faro, dos quais três se encontravam no Hospital de Angra. O administrador, o responsável pelas aquisições e o responsável pela contabilidade.

Imediatamente todo este processo entra novamente em ebulição. Apressa-se o relatório da inspecção administrativa que ao fim de 9 meses vem à luz do dia.

Entregue que foi à tutela apressei-me, através de requerimento entregue nesta Assembleia, a pedir que me fosse facultada cópia do relatório para, para além do mais, poder comprovar algumas notícias postas a circular nos jornais e que supostamente são dadas tendo por base o dito relatório que segundo foi afirmado ainda "vai dar pano para mangas".

Assim, em nome da transparência que todos defendemos, aproveito mais esta oportunidade para renovar o meu pedido.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:**

A história mais recente deste caso é de todos conhecida. Depois de muita hesitação e alguma cautela, quiçá exagerada e comprometedora, o Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social resolveu dar por finda a comissão de serviço do administrador do Hospital de Angra a partir do dia 1 de Fevereiro. Não deixa de ser uma forma curiosa de anunciar a demissão de uma pessoa, para já não falar na singularidade dos argumentos que são invocados. A referência ao estilo de gestão inadequado é a novidade de fim de século. Certamente merecerá um capítulo no livro que já se anuncia "A arte de bem cavalgar em toda a sela - A Saúde nos Açores", que como sabem vai ser da autoria do ex-administrador do Hospital de Angra.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:**

Com esta demissão este processo não fica encerrado. Contrariamente ao que alguma comunicação social faz crer, o caso do Hospital de Angra não está totalmente clarificado. Existem mesmo determinados aspectos em que não foi possível apurar completamente os factos. Por isso mesmo este processo transita para o Tribunal de

Contas, para o Ministério Público e Direcção-Geral de Contribuições e Impostos. Continua também por esclarecer a questão do inquérito do Hospital de Faro.

Pela nossa parte continuaremos a aguardar serenamente o resultado destas novas investigações que agora se seguirão.

A terminar Sr. Secretário Regional, peço-lhe que não interprete esta minha intervenção, como mais uma ingerência na vida interna do PSD da Terceira e muito menos como um frete à candidatura do Dr. Joaquim Ponte. É, que sabe Sr. Secretário?... Para lhe dizer a verdade a sua candidatura até é a minha preferida.

*(Aplausos e risos da bancada do PS)*

**O Orador:** Isto na medida em que é a candidatura que melhor serve os interesses do PS na Ilha Terceira.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para uma intervenção.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falar desta tribuna para um mero cumprimento de um dever regimental nunca esteve no nosso horizonte. Sempre que ousamos ocupar este espaço, trazemos algo subjacente a um mero acto físico que, em muito transcende o mero acto de aqui vir.

Regimentalmente, este período é destinado ao tratamento de assuntos de interesse relevante para a Região. Corolariamente ao falarmos de um ou outro aspecto do nosso círculo eleitoral, não estamos, nem de perto nem de longe, a reduzir o Parlamento Açoriano a uma mera Assembleia Municipal, pese embora todo o respeito que os órgãos autárquicos nos merecem, posto que cada parcela dos Açores faz parte de um todo que, estatutária e constitucionalmente, está consagrado como Região Autónoma dos Açores.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:**

Vem esta nota introdutória a propósito de um memorando que a secção do Partido Socialista da Graciosa entregou pessoalmente ao Sr. Presidente do Governo Regional, no mês de Julho de 1991, quando da visita oficial do Governo àquela ilha.

De salientar a aquiescência e o bom acolhimento do Sr. Presidente do Governo, naquela data, para com a delegação socialista graciosense recebida.

De salientar, também, mas com grande mágoa da nossa parte, que o equacionamento

e resolução das preocupações apresentadas ao Sr. Presidente do Governo, desde aquela data até hoje, em pouco, muito pouco mesmo, foram atendidas por parte do Governo. Será caso para se perguntar se tais aspectos caíram em saco roto ou se pura e simplesmente não tendo merecido atendimento por parte do Executivo, nem ao menos mereceram uma simples resposta, tal como em tal data se comprometeu o Sr. Presidente do Governo Regional a posteriormente fazer.

Aguardámos com a serenidade possível a abordagem deste problema, já que pensámos que o mesmo se debelaria quando da discussão do Plano para 1992, dando-nos o Governo resposta às tais questões, por acção ou justificação da omissão, como de resto seria lógico esperar, mas infelizmente, para nós, tal esperança safu gorada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Num prisma lógico não seria necessário reeditar nesta intervenção as nossas preocupações expressas em tal documento, mas por um lado o silêncio do Governo e por outro o estado real dos factos, obrigam-me a voltar a enumerar alguns dos assuntos então ventilados.

Penso que ninguém nesta Assembleia valorizará para mais ou para menos este ou aquele assunto, por pertencer a uma ilha maior ou menor. Daí que um problema de S. Miguel ou do Corvo deva merecer, de quem de direito, o mesmo atendimento e perspectivas de resolução.

O círculo eleitoral que nós aqui representamos é, em termos de área geográfica, o 2º de menor área. Tal menoridade territorial, não pode, nem deve, secundarizar os seus problemas.

Vamos então deixar aqui algumas preocupações no contexto do que já deixamos referido e que não deixam de ser preocupações dos habitantes do círculo que nós aqui representamos.

Disse-nos Sua Excelência o Sr. Presidente do Governo Regional, tal como já referimos que as nossas preocupações seriam equacionadas. Então vejamos qual o tratamento que as mesmas mereceram.

1. Construção de um molhe de protecção na Praia da Graciosa, que não vou perder tempo a explicitar as vantagens advenientes disso.

Para esta infra-estrutura foi-nos dado a resposta imediata de que seriam necessários 600 mil contos e que não havia verba para tal no Orçamento de 92. 600 mil contos

é dinheiro, não vamos aqui equacionar as vantagens ou desvantagens desta obra em analogia com outras e outras verbas para outras características e outras condições de obras, tão só perguntámos: Mas nem havia verba para um estudo prévio da mesma, o que significa dizer-se a feitura dum ante-projecto? Por certo, o que não houve foi vontade política, já que por diversas formas e vozes foi feito sentir ao Governo a necessidade de tal obra, naquela ilha.

2. E que resposta nos deu o Governo até hoje, da preocupação que apresentamos sobre a construção de um simples pontão, também na Praia, em madeira ou qualquer outro material mais adequado, por forma a fomentar o iatismo, também naquela parcela dos Açores? Seria uma obra que inviabilizaria o Orçamento Regional? E que nos diz hoje o Governo a tal respeito? Nada até hoje.

3. E quanto à rápida e urgente progressão dos caminhos de penetração, na Graciosa. Eu não levantei estas questões durante o debate do Plano e do Orçamento por falta de tempo. Mas não está descabida no tempo. E eu pergunto se essa preocupação permanece? E com 5.000 contos inscritos no Orçamento que se vai fazer a progressão para o desenvolvimento da agro-pecuária naquela ilha? Não é Srs. Deputados!

4. E que dizer da ausência de classificação do leite na ilha? Já por diversas vezes aqui falada e também por nós colocada no dito documento e que não mereceu qualquer resposta até hoje. Isto para não falar da falta de pagamento aos lavradores em matéria de tempo. Como sabem são de 5 e 6 meses. Mas este é um problema que possivelmente terá de ter um tratamento englobante e não isolado.

5. Quanto às questões por nós colocadas no que se refere à eficácia real dos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha, aguardamos o futuro próximo, já que o passado é passado.

Finalmente mostra-se resolvido o preço das passagens da SATA - muito embora pudesse ter sido mais cedo - nos percursos em que éramos altamente penalizados (exemp. GRW/HOR/GRW) que era de 31.400 \$00 e hoje faz-se esse mesmo percurso por 11.400 \$00 e que o Governo decidiu colocar também nos horários de Inverno o voo regular dos sábados. Só esperamos que neste último campo não leve tantos anos a estender essa regularidade também aos domingos quanto levou aos sábados,

porque merecemos o tratamento de igualdade de entre todos os açorianos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este não é, nem de perto nem de longe, um inventário dos problemas existentes numa parcela da Região.

Este é um grito de indignação (não é nenhum voto de protesto, estejam tranquilos) pela forma como este Governo dá resposta a questões de uma importância que, por certo, por serem colocadas pela oposição não só não as resolve como deixa a mesma oposição sem qualquer resposta, de resto temática já sobejamente abordada hoje e ontem nesta Casa.

Se é certo que toda a pergunta merece uma resposta, nos casos que acabamos de enunciar, é mais do que um dever, é uma obrigação no contexto do diálogo e da convivência democrática que se exige deste Governo para com a oposição. Infelizmente, pelos exemplos expostos, 7 meses decorridos, a maioria das questões colocadas directa e pessoalmente ao Sr. Presidente do Governo Regional e lamento que não só não tenhamos sido atendidos como muito menos tenhamos merecido, por parte da entidade que os colocou, qualquer resposta em termos de pergunta/resposta directa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estas questões não são uma retrospectiva nem uma mera invocação do passado, porquanto todas elas continuam no presente e se mostram de urgente necessidade.

E muito menos esgotam as preocupações que nos assistem.

Tão só, para finalizar, dois ou três exemplos.

E que dizer então da ausência de regularidade dos barcos da "Transmaçor", sobretudo quando o tempo está bom, nesta época, que grandes problemas causam ao abastecimento da ilha?

Sei que com esta intervenção não poderia, muito embora não esteja aqui o Governo mas acaso estivesse, ter uma resposta imediata às questões que coloquei.

No entanto, o meu desejo é que, mais não seja quando ela for transcrita nos Diários das Sessões haja alguém que reflecta sobre o conteúdo da mesma, sobre o sentido de serenidade e sobretudo, sobre o carácter honesto com que as questões foram aqui colocadas, para que, também na mesma perspectiva, possam ter o merecimento e tratamento que merecem.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS e de alguns Deputados do PSD)

**Presidente:** Srs. Deputados, chegámos ao termo da nossa hora e meia do período de antes da ordem do dia. Há ainda inscrições na Mesa, mas não me foi pedido nenhum prolongamento, de modo que passamos de imediato ao período da ordem do dia, com a leitura dos relatórios das Comissões a que se refere o artigo 123º do Regimento.

Daria a palavra ao Sr. Relator da Comissão de Organização e Legislação para proceder à leitura do respectivo relatório.

**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório a que se refere o artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

Ante-período de Janeiro de 1992

## Capítulo I

### Introdução

1. A Comissão Permanente de Organização e Legislação tem, nesta data, a seguinte composição:

a) Do **Partido Social Democrata (PSD)**

- Deputado Carlos Lima

- Deputado David Santos

- Deputado Francisco José Silva

- Deputado José Aguiar

b) Do **Partido Socialista (PS)**

- Deputado António Gomes

- Deputado Carlos Mendonça

- Deputado Manuel Carvão Jr.

c) O **Deputado Independente** - Renato Moura, nos termos do nº 3 do artigo 2º da Resolução da Assembleia Legislativa Regional dos Açores nº 4/91/A, de 11 de Julho.

## Capítulo II

### Generalidades

1. Durante o ante-período de Janeiro a Comissão reuniu, em Plenário, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos dias 15 e 16 de Janeiro, com a presença de todos os seus deputados.

## Capítulo III

**Exercício das competências previstas no artigo 55º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores**

1. Ao abrigo da competência estabelecida nos parágrafos do artigo acima referido a Comissão elegeu a respectiva Mesa, a qual ficou com a seguinte composição:

Presidente - Carlos Mendonça  
Relator - António Gomes  
Secretário - David Santos

#### Capítulo IV

Exercício das competências previstas no artigo 57º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

1. No exercício da competência estabelecida na alínea j) do artigo supra citado, a Comissão tem, para parecer, o Projecto de Decreto Legislativo Regional - Estrutura Orgânica da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, apresentado pelo Deputado Independente, Renato Moura.

Tratando-se de um diploma, com alguma complexidade, e após uma primeira abordagem ao mesmo, no anterior ante-período, a Comissão deliberou por unanimidade não apreciar, nesta data, o referido diploma, em virtude dos membros desta Comissão não se encontrarem preparados para o efeito, nomeadamente por não o terem discutido no seio dos seus grupos parlamentares.

#### Capítulo V

Trabalhos pendentes

A Comissão tem pendente o Projecto de Decreto Legislativo Regional - Estrutura Orgânica da Assembleia Legislativa Regional.

Horta, 16 de Janeiro de 1992.

O Relator, António das Neves Lopes Gomes.

Aprovado por unanimidade, em 16 de Janeiro de 1992.

O Presidente, Carlos Mendonça.

Presidente: Não havendo qualquer intervenção, daria a palavra ao Sr. Relator da Comissão de Política Geral.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Política Geral a que se refere o artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-período legislativo  
de Janeiro de 1992

#### Capítulo I

Generalidades

1. A Comissão Permanente de Política Geral reuniu nos dias 14, 15, 16 e 17 de Janeiro de 1992, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em S. Miguel, a fim de dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

- a) Eleição da Mesa da Comissão;
- b) Emissão de pareceres de diplomas pendentes;
- c) Programação de trabalhos.

2. A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados:

- a) Do Partido Social Democrata (PSD)
  - Deputado Artur Martins
  - Deputado José Maria Bairos
  - Deputado Jorge do Nascimento Cabral
  - Deputado Victor Cruz
- b) Do Partido Socialista (PS)
  - Deputado Carlos César
  - Deputado Victor Ramos
- c) Do Centro Democrático Social (CDS)
  - Deputado Alvarino Pinheiro
- d) Deputado Independente
  - Deputado Renato Moura.

3. O Deputado Carlos César do Partido Socialista faltou justificadamente nos dias 14 e 17.

4. O Deputado Alvarino Pinheiro faltou nos dias 14, 15, 16 e 17, por se encontrar em trabalhos de outra Comissão.

5. O Deputado Independente Renato Moura participou parcialmente nos trabalhos da Comissão nos dias 14 e 15 ausentando-se nos restantes dias a fim de participar na reunião da Comissão de Organização e Legislação (COL).

#### Capítulo II

Trabalhos realizados

1. A Comissão procedeu à eleição da Mesa da Comissão, a qual ficou assim constituída:

Presidente: Deputado Jorge do Nascimento Cabral (PSD)

Relator: Deputado José Maria Bairos (PSD)

Secretário: Deputado Victor Ramos (PS)

2. A Comissão apreciou e emitiu pareceres sobre as seguintes Propostas de Decreto Legislativo Regional:

- a) Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 14/91 - Estatuto das Casas do Povo;



b) Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 13/91 - Requisição de Funcionários do Estado e Trabalhadores por conta de outrém para participação em Actividades Associativas;

c) Ante-proposta de Lei - Critérios para a Criação de Novas Freguesias na Região Autónoma dos Açores.

3. Relativamente às Propostas de Decreto Legislativo Regional "Estatuto das Casas do Povo" e "Requisição de Funcionários do Estado e Trabalhadores por conta de outrém para participação em actividades associativas", a Comissão procedeu à audição dos Secretários Regionais da Saúde e Segurança Social e Juventude e Recursos Humanos.

### Capítulo III

#### Assuntos pendentes

1. Continua pendente para emissão de parecer o projecto do PS "Conjunto protegido de uma zona de Vila do Porto", o qual aguarda a conclusão do Plano de Salvaguarda de Vila do Porto.

2. Encontram-se pendentes na Comissão duas iniciativas legislativas, uma do PS "Subsídio de Insularidade para Funcionários" e outra do PCP "Acréscimo Salarial", as quais não foram apreciadas por esta entender solicitar pareceres dos Sindicatos do sector e Centrais Sindicais.

3. Atendendo que foi formado um grupo de trabalho no seio do Conselho Regional de Concertação Social, que estuda o custo de vida na Região, o qual se prevê que esteja concluído no fim do primeiro trimestre de 1992, a Comissão decidiu solicitar um parecer sobre as duas iniciativas em causa, ao referido Conselho.

### Capítulo IV

#### Programação de trabalhos

1. A Comissão programou uma visita à Ilha Graciosa para verificação da execução material do Plano e nas áreas da sua competência.

2. Emitir pareceres sobre os assuntos pendentes.

Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 1992.

O Relator, José Maria Bairos.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Jorge do Nascimento Cabral.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Relator

da Comissão de Juventude e Formação para ler o respectivo Relatório.

Deputada Regina Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Formação, nos termos do artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

Ante-período legislativo  
de Janeiro de 1992

### Capítulo I

#### Introdução

1. A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados:

a) **Partido Social Democrata (PSD)**

- Rui Carvalho e Melo - Presidente

- Regina Cunha - Relatora

- José Aguiar

- Carlos Lima.

b) **Partido Socialista (PS)**

- Francisco Sousa - Secretário

- José Manuel Bettencourt

c) **Partido Centro Democrático Social (CDS)**

- Rui Meireles.

d) **Partido Comunista Português (PCP)**

- Paulo Valadão.

2. A Comissão reuniu em plenário de 8 a 10 de Janeiro, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Angra do Heroísmo.

3. Uma Sub-Comissão reuniu no dia 15 de Janeiro, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada.

4. A Comissão reuniu em plenário no dia 24 de Janeiro, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional em Ponta Delgada.

5. A Deputada Regina Cunha fez-se substituir, nos termos regimentais, na reunião do dia 8 de Janeiro pelo Deputado António Silveira.

6. O Deputado Rui Meireles faltou justificadamente às reuniões da Comissão neste ante-período legislativo.

7. O Deputado José Manuel Bettencourt faltou com justificação à reunião da Comissão no dia 24.

### Capítulo II

#### Trabalhos realizados

1. A Comissão elegeu a Mesa por unanimidade, ficando assim constituída:

Presidente - Deputado Rui Carvalho e Melo (PSD)

Relatora - Deputada Regina Cunha (PSD)

Secretário - Deputado Francisco Sousa (PS).

2. A Comissão apreciou e deu parecer sobre os seguintes projectos e propostas:

- Prémio de Defesa do Património
- Regulamentação de Concursos para o Pessoal Docente do Ensino Primário e Pré-Primário.

- Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais.

2.1. Na apreciação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional - Prémio de Defesa do Património**, após discussão sob os diversos pareceres escritos, emanados das entidades consideradas intimamente responsáveis ou ligadas ao objectivo do projecto em causa, a Comissão concluiu que a aprovação deste diploma terá grande importância quanto à valorização e salvaguarda do nosso Património, impedindo, não só a sua deterioração, como também os desvios tipológicos contrários à sua origem arquitectónica. A Comissão na especialidade apresentou um texto de substituição deste projecto a fim de concretizar melhor os objectivos do citado prémio.

2.2. Sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional - Alterações às normas que regulamentam os concursos para pessoal docente do ensino pré-primário e primário**, a Comissão, ao analisar o projecto, achou que as propostas de alteração apresentadas viriam a melhorar certas situações existentes, conjugando, assim, os interesses dos docentes e da própria Administração. Era um facto a desactualização do Decreto-Lei nº 35/88 de 4 de Fevereiro, perante a legislação presente. Assim, ao propor na especialidade algumas alterações, tentou salvaguardar aspectos específicos numa melhor definição.

2.3. Quanto à **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 15/91 "Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais"**, a Comissão verificou que os objectivos visados são uma adaptação do Decreto-Lei nº 243/86, de 20 de Agosto, aos aspectos específicos estabelecidos pela Constituição tendo, na especialidade, apresentado algumas alterações apenas por concluir ficarem essas adaptações mais claras quanto à sua natureza institucional e orgânica.

### Capítulo III

#### Trabalhos pendentes

Encontram-se pendentes do parecer desta Comissão, os seguintes projectos:

1. Projecto de Decreto Legislativo Regional "Pretende proporcionar alojamento, alimentação e transportes gratuitos aos estudantes em ilhas onde os ensinamentos ou técnico profissional não sejam administrados".

**Justificação:** A Comissão continua a aguardar os elementos solicitados à Secretaria Regional da Educação e Cultura.

2. Proposta de Resolução "Constituição de grupos de trabalho e estudo nas áreas de História, Economia, Português, Biologia e outras, com vista à elaboração de um curriculum e programa de âmbito regional para aquelas áreas, criando as respectivas disciplinas como opção, a nível de Ensino Secundário".

**Justificação:** A Comissão decidiu solicitar uma reunião de trabalho com o Magnífico Reitor da Universidade dos Açores.

### Capítulo IV

#### Programação de trabalhos

1. A Comissão, no âmbito das suas competências regimentais, decidiu deslocar-se no próximo mês de Fevereiro à Ilha de S. Jorge e no de Março à Ilha Terceira, estando a ser preparado um programa de contactos, com as populações e forças vivas locais.

2. Emitir pareceres sobre os projectos referidos no Capítulo anterior.

Ponta Delgada, 24 de Janeiro de 1992.

**A Relatora, Regina Cunha.**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente, Rui Carvalho e Melo.**

**Presidente:** Não havendo qualquer observação, passamos ao Relatório da Comissão de Finanças e Planeamento.

Tem a palavra o Sr. Relator da referida Comissão.

**Deputado Gaspar da Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão de Finanças e Planeamento a que se refere o artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa**

**Regional dos Açores.**

Ante-período legislativo  
de Janeiro de 1992

**Capítulo I****Introdução**

A Comissão de Finanças e Planeamento, reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Ponta Delgada, no dia 22 de Janeiro de 1992, para elaborar o relatório a que se refere o artigo 123º do Regimento, referente ao ante-período legislativo de Janeiro de 1992, da IV Legislatura.

A Comissão é constituída pelos seguintes deputados:

**Partido Social Democrata (PSD)**

- Carlos Manuel Cabral Teixeira (Presidente)

- António José Gaspar da Silva (Relator)
- Victor Manuel Santos Guerreiro Evaristo
- Tomaz Garcia Duarte Jr.

**Partido Socialista (PS)**

- José Gabriel Lopes (Secretário)
- Ricardo Barros

De acordo com o Regimento e a ordem de trabalhos, a Comissão elegeu a Mesa que ficou assim constituída:

Presidente: Carlos Manuel Cabral Teixeira

Relator: António José Gaspar da Silva

Secretário: José Gabriel Martins Coelho

Lopes.

**Capítulo II****Generalidades**

Durante este ante-período, a Comissão reuniu nos dias 21 e 22 de Janeiro em Ponta Delgada.

Estas reuniões foram presididas pelo Deputado Carlos Teixeira, tendo como Relator o Deputado António Gaspar da Silva, ambos do PSD, e foram secretariadas pelo Deputado José Gabriel Lopes do PS.

**Capítulo III**

Exercício a que se refere a alínea a)  
do artigo 60º do Regimento

A Comissão possuía para emissão de parecer os seguintes documentos:

1 - Conta da Região Autónoma dos Açores de 1990.

2 - Ante-Proposta de Lei sobre "Participações Nacionais dos Programas Comunitários".

3 - Ante-Proposta de Lei sobre "Isenção

Fiscal de Lucros de Empresas sediadas nos Açores".

4 - Limite dos Avals a conceder pela RAA em 1992.

5 - Ante-Proposta de Lei sobre Empréstimos Externos.

No que respeita ao 1º documento, a Comissão, aguarda o parecer do Tribunal de Contas para emissão do parecer.

No que respeita ao 2º, 4º e 5º documentos a Comissão emitiu já os respectivos pareceres para serem submetidos a apreciação e discussão no Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Em relação ao 3º documento, a Comissão solicitou um parecer técnico para ter uma opinião mais actualizada, para a emissão do respectivo parecer.

**Capítulo IV****Trabalhos pendentes**

De acordo com o capítulo anterior, a Comissão tem pendentes para emissão de parecer:

- Conta da Região de 1990.

- Ante-Proposta de Lei sobre "Isenção Fiscal de Lucros de Empresas Sediadas nos Açores".

**Capítulo V****Futuros programas de trabalhos**

Os trabalhos da Comissão, irão ser programados após a presente sessão legislativa.

Ponta Delgada, 22 de Janeiro de 1992.

O Relator, António Gaspar da Silva.

O Relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Carlos Teixeira.

Presidente: Não havendo qualquer observação, tem a palavra o Sr. Relator da Comissão dos Assuntos Económicos.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão Permanente dos Assuntos Económicos previsto no artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores**

Ante-período legislativo  
de Janeiro de 1992

**Capítulo I****Generalidades**

1 - Compõem a Comissão os seguintes

deputados:

Pelo **Partido Social Democrata (PSD)**

- António Gaspar da Silva
- António Silveira
- Carlos Teixeira
- Tomaz Duarte Jr.

Pelo **Partido Socialista (PS)**

- Albano Pimentel
- Manuel Serpa

Pelo **Centro Democrático Social (CDS)**

- Rui Meireles

Pelo **Partido Comunista Português (PCP)**

- Paulo Valadão

2 - Reuniões realizadas:

A Comissão reuniu em Plenário nos dias 8, 9, 10, 13, 14, 22 e 23 do corrente mês de Janeiro, nas Ilhas de S. Miguel e Terceira.

O Sr. Deputado Paulo Valadão faltou, justificadamente, às reuniões dos dias 8, 9, 10, 13 e 14 de Janeiro.

3 - Na reunião do dia 10 de Janeiro foi eleita a mesa da Comissão que ficou assim constituída:

- Presidente - Manuel Serpa
- Relator - Albano Pimentel
- Secretário - António Silveira

### Capítulo II

#### Trabalhos realizados

1 - A Comissão, na sequência dos trabalhos encetados para uma avaliação do sector agro-pecuário da Região e em resposta a um requerimento do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, teve reuniões com as Associações de Agricultores e Jovens Agricultores da Ilha Terceira, com as Associações de Agricultores e Jovens Agricultores da Ilha de S. Miguel, com as Direcções da UNICOL e da UNILEITE, com a Direcção da ANIL (Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios - Delegação dos Açores) bem como com o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

A Comissão entende que os trabalhos devem prosseguir com a audição de outros agentes económicos, estendendo-se a outras ilhas da Região.

Dada a gravidade da situação encontrada na UNILEITE e na UNICOL, unidades do sector cooperativo, e a urgência de uma solução rápida, a Comissão entendeu elaborar um relatório específico sobre as mesmas que é parte integrante deste relatório previsto no artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional.

Foram ainda analisados e relatados os seguintes diplomas:

a) Proposta de Resolução "Adjudicação da empreitada de construção do Núcleo de Pesca do Porto da Praia da Vitória bem como ao desbloqueio do Processo de Autorização do Investimento Privado no Sistema de Armazenamento de Combustíveis daquele Porto".

b) Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 12/91 (Revisão do Regime Jurídico do Exercício da Caça).

### Capítulo III

#### Trabalhos pendentes

A Comissão tem pendentes para apreciação e emissão de parecer o requerimento do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro no qual solicita a recolha de elementos que permitam a apreciação dos actos do Governo no sector agro-pecuário da Região e uma proposta de Resolução do Deputado Regional do PCP Paulo Valadão que "Recomenda ao Governo que autorize e incentive os agricultores da Ponta da Fajã Grande a plantarem criptoméria.

### Capítulo IV

#### Programação de trabalhos

A Comissão vai continuar a analisar o sector Agro-Pecuário da Região visitando a Ilha de S. Jorge no dia 10 do próximo mês de Fevereiro.

O Relatório foi aprovado por unanimidade.

Ponta Delgada, 23 de Janeiro de 1992.

O Relator, Albano Pimentel.

O Presidente, Manuel Serpa.

### Relatório sobre a situação da UNILEITE e UNICOL

#### I

#### Generalidades

A Comissão de Assuntos Económicos elaborou este relatório ao abrigo do artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e com o objectivo de informar o Plenário da ALRA, da situação actual, causas e consequências da crise porque passam a União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Ilha de S. Miguel (UNILEITE) e a União de Cooperativas de Lacticínios Terceirense (UNICOL), neste relatório denominadas UNILEITE e UNICOL.

Sendo essas Uniões de Cooperativas, organizações de produtores de leite com um grande peso na vida económica e social das duas maiores ilhas do arquipélago,

S. Miguel e Terceira e ainda da Graciosa, a difícil situação que atravessam deverá ser analisada em profundidade e pormenor porque a sua inviabilização pura e simples acarretaria graves problemas económicos e sociais impossíveis de quantificar na sua totalidade.

Embora a actual situação da UNILEITE e UNICOL se possam inserir em certa medida na crise que afecta o sector em geral e que ultrapassa a Região, estendendo-se ao País e até à Comunidade, esta não fica a dever-se exclusiva nem principalmente à situação de crise generalizada, mas a muitos outros factores, alguns exógenos mas a maioria endógenos do próprio funcionamento e gestão dessas uniões de cooperativas.

## II

### Caracterização da situação da UNILEITE e UNICOL

#### 1 - UNILEITE

- A UNILEITE é uma União constituída por 11 cooperativas de produtores de leite da Ilha de S. Miguel.

- Recebe cerca de 42 milhões de litros de leite por ano, o que corresponde a cerca de 25% do leite produzido em S. Miguel.

- Desses 42 milhões, 32 milhões de litros de leite são vendidos à "Prolacto", sendo os restantes 10 milhões de litros transformados em leite UHT, manteiga e queijo.

- A UNILEITE é proprietária de 25% da "Prolacto".

- Os lavradores associados das cooperativas que compõem a UNILEITE são em número de 850.

- A UNILEITE tem 152 empregados.

#### a) Causas da crise

As causas são de dois tipos, exógenas e endógenas, das causas exógenas destacam-se as seguintes:

- O aumento dos juros bancários, que registaram subidas substanciais nos últimos 5 anos.

- Intervenção do Governo de 1977 até 1982, sem no entanto nomear um gestor nem definir políticas a seguir.

- Atrasos por parte do Governo no que respeita a apoios solicitados.

#### - A crise geral do sector

Mas não há dúvida que as principais causas da actual crise da UNILEITE têm de ser procuradas no interior da empresa

e arrastam-se já há muitos anos, a saber:

- Sistemática má gestão, que culminou com a situação catastrófica da contabilidade, que originou que a conceituada firma de auditorias "Ernest & Young", considerasse inviável qualquer auditoria em bases minimamente satisfatórias, devido à duvidosa fiabilidade da informação contabilística produzida.

- Frequentes mudanças de Direcções, com a conseqüente alteração de objectivos da empresa, na maior parte dos casos sem estudos justificativos ou suporte técnico.

- Investimentos de duvidosa utilidade, iniciados e sucessivamente abandonados com as alterações das Direcções.

- Ausência de investimentos em sectores rentáveis.

- Não modernização atempada de algum equipamento e maquinaria.

- Inexistência de um quadro técnico de qualidade e que prestasse serviço à empresa por um período de tempo que permitisse uma gestão coerente e com objectivos de médio prazo.

- Acordos comerciais mal negociados.

- Endividamento descontrolado, e por vezes em condições negativas (curto prazo).

- Incapacidade para beneficiar da totalidade dos apoios comunitários que estavam disponíveis.

#### b) Situação actual

A situação actual da UNILEITE é a de ruptura eminente e de possível paralisia por falta de alguns factores de produção, e impossibilidade de pagar fornecedores de determinados produtos essenciais para o funcionamento da empresa, tais como, papel, cartão para embalagem, fuel e outros combustíveis, transitórios, etc..

Neste momento os atrasos nos pagamentos aos produtores ronda os 4 meses e é no montante de cerca de 350 mil contos. A situação é extremamente grave porque a maioria esmagadora desses produtores vive exclusivamente do leite, e muitas vezes todo o agregado familiar depende da exploração pecuária.

- Os trabalhadores da UNILEITE têm também salários em atraso.

- A dívida da UNILEITE é de cerca de 1,6 milhões de contos.

- O serviço da dívida absorve neste momento 150 mil contos por ano.

- A UNILEITE é detentora também de um empréstimo de 380 mil contos com aval do Governo Regional.

### c) Consequências

A situação da UNILEITE é extremamente grave e insustentável de se manter a muito curto prazo.

O encerramento puro e simples da UNILEITE, para além dos inevitáveis custos sociais acarretaria uma grande instabilidade no sector, nomeadamente com a necessidade imediata de se arranjar solução para a colocação do leite não entregue directamente à "Prolacto", resolução da situação profissional dos 152 trabalhadores e a necessidade de assegurar o abastecimento público de leite UHT.

O património da UNILEITE, fazendo uma avaliação por cima é de cerca de 500 mil contos, totalmente comprometido, e em caso de declaração de falência haverá mais de 1.200 mil contos da dívida que ficariam por saldar, com as inevitáveis consequências daí advenientes.

### 2 - UNICOL

- A UNICOL é constituída por 22 cooperativas sediadas nas Ilhas Terceira e 1 na Graciosa.

- Recolhe cerca de 45 milhões de litros de leite por ano, o que representa 65% da produção de toda a Ilha Terceira, segundo dados de 1990.

- A UNICOL congrega 1.150 produtores de leite que representam 70% dos lavradores da Terceira.

- Trabalham para a UNICOL 223 pessoas, das quais 212 na Terceira e 11 na Graciosa.

- No espaço de 2 anos, 1989 e 1990, a quantidade de leite recebido e laborado na UNICOL aumentou 45%.

### a) Causas da crise.

Tal como na UNILEITE, há na UNICOL causas exógenas e endógenas que contribuíram para a actual situação. Em relação às primeiras salienta-se as seguintes:

- A subida dos juros bancários a partir de 1986.

- Atraso nas decisões do Governo em relação a apoios solicitados e nunca concretizados, originando situações de impasse e o arrastamento da indefinição quanto ao futuro da UNICOL.

- A crise geral do sector.

Assim como no que concerne à UNILEITE, as principais causas da situação difícil da UNICOL, prendem-se com situações internas de má gestão que se agravaram ao longo dos anos, tais como:

- Frequentes mudanças de Direcções com as consequentes alterações da política de investimentos da empresa.

- Investimentos realizados sem o devido critério de rentabilização.

- Sobreinvestimentos em algumas áreas, não se tendo em conta a situação económica da empresa.

- Um sector comercial excessivamente pesado e oneroso para as necessidades da UNICOL.

- Endividamento excessivo e sem critério.

- Fornecimento aos associados de factores de produção e de serviços a preços abaixo do custo.

### b) Situação actual

A situação da UNICOL é de grandes dificuldades, e neste momento o atraso no pagamento aos lavradores é de cerca de 6 meses, atingindo, o montante aproximado de 500 mil contos. Embora estes 6 meses de atraso, em alguns casos não sejam reais, porque os produtores fazem acordos com os factores de produção fornecidos pela UNICOL, esta situação agrava ainda mais a difícil situação económica dessa União, visto os factores de produção serem já por si deficitários.

Neste momento a UNICOL possui uma das unidades industriais de lacticínios mais modernas da Região e um sistema de recolha organizado com circuitos de refrigeração, que lhe permite laborar de forma eficaz e rentável todo o leite recebido, produzindo derivados do leite de qualidade e comercialmente competitivos.

Foi celebrado entre a UNICOL e uma União de Cooperativas do Continente, a "Proleite", um acordo para a comercialização dos produtos da UNICOL, que permitirá um importante desinvestimento no sector de comercialização no exterior da Região.

Toda a produção da UNICOL tem neste momento mercado assegurado e a qualidade competitiva necessária e suficiente para poder ocupar um importante sector do mercado continental, para além de abastecer o mercado local com produtos frescos.

- A Secretaria Regional da Agricultura e Pescas assumiu os compromissos financeiros de um empréstimo bancário no montante de 440 mil contos, que se traduz no pagamento de cerca de 38 mil contos de juros anuais.

- A produção da Graciosa, 2 milhões de litros (ano), é integralmente laborada pela cooperativa sediada nessa ilha e associada da União, mas cujo funcionamento é

altamente deficitário, embora preste um serviço imprescindível com alguma componente de função social, pelo facto de nessa ilha não haver outra alternativa para absorver a produção local de leite.

### c) Consequências

- A situação económica da UNICOL é muito grave, embora em termos de organização, estruturas físicas e equipamento, sejam muito melhores do que as da UNILEITE.

- O encerramento da UNICOL seria dramático para a lavoura da Ilha Terceira, até porque só existe nessa ilha, para além da UNICOL, uma outra unidade industrial privada, que poderá ter dificuldades para absorver e laborar mais 45 milhões de litros de leite, habitualmente recebidos pela UNICOL. Além disso acabaria a concorrência indispensável na fixação de preço à produção.

- A situação dos 223 trabalhadores da UNICOL, e o seu eventual despedimento, seria de difícil solução e criaria situações de desequilíbrio social com graves repercussões na Ilha Terceira.

### Soluções

A crise vivida na UNICOL e na UNILEITE tem origem idêntica, causas sem diferenças acentuadas, mas tem que ter soluções necessariamente com alguma diferenciação. Em comum existem as consequências que seriam gravíssimas para a lavoura em S. Miguel e na Terceira se não fosse possível encontrar soluções que possibilitem a sobrevivência em moldes estáveis dessas duas unidades industriais.

Seria o próprio sector cooperativo que estaria em causa, e a influência e o efeito regularizador que essas cooperativas podem imprimir às relações entre a lavoura e a indústria, deixaria de existir.

Para além dos aspectos económicos e sociais, que obviamente são importantes, há também que pesar atentamente o impacto que o encerramento traria para a credibilidade do sector cooperativo, que ficaria irremediavelmente comprometido.

Por tudo isso a Comissão de Assuntos Económicos é de parecer que todas as entidades envolvidas deviam congregar esforços no sentido de diligenciar a obtenção de soluções que possibilitem a manutenção dessas uniões de cooperativas garantindo uma gestão eficaz para o futuro.

### 1 - UNILEITE

A viabilização da UNILEITE passaria

pelo entendimento e corresponsabilização das várias entidades envolvidas a saber:

- a) Os cooperantes
- b) Prolacto
- c) Banca
- d) Governo

Em relação aos cooperantes, que são simultaneamente os principais interessados e responsáveis pela situação a que se chegou, estes teriam que transformar parte do dinheiro que lhe é devido, em capital social.

Tendo em atenção o interesse e as ligações que a "Prolacto" mantém com a UNILEITE seria também razoável que a "Prolacto" contribuisse para a imprescindível injeção de capital. A semelhança do que tem sido feito em outros sectores em crise, como por exemplo, o dos textéis, seria imprescindível que a Banca procurasse soluções alternativas que necessariamente passassem pela renegociação da dívida. Sem essa colaboração da Banca todo o processo de recuperação ficará comprometido e os créditos não teriam nenhuma possibilidade de serem recuperados pelo sector bancário.

Caberia também ao Governo, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas liderar todo o processo coordenando-o e criando as condições para a sua exequibilidade. Não bastará ao Governo apenas atribuir subsídios, mas teria que velar pela sua boa utilização, através de uma intervenção directa na gestão futura da UNILEITE, em moldes a definir, e assegurando sempre os interesses económicos e sociais regionais, apoiando tecnicamente e definindo muito claramente as regras com que a UNILEITE passaria a ser gerida, quais as áreas prioritárias de investimento e desinvestimento, e quais as opções, para rentabilizar o sector comercial.

### 2 - UNICOL

A semelhança da UNILEITE, também para a UNICOL seria necessária a cooperação dos vários sectores interessados na viabilização dessa unidade, e que seriam:

- a) Os cooperantes
- b) A Banca
- c) O Governo

Os lavradores associados da UNICOL teriam também que contribuir para a viabilização da empresa, transformando parte dos seus créditos em capital social, de forma a serem corresponsabilizados pelo imprescindível saneamento financeiro.

A semelhança do que foi preconizado

para a UNILEITE o sector bancário teria que encontrar uma solução do género da sugerida neste relatório para aquela União de Cooperativas.

O Governo Regional terá que participar de forma muito activa e com funções de coordenação, celebrando um protocolo de colaboração que lhe permita salvaguardar os interesses da Região, acompanhando de perto a gestão da empresa a fim de assegurar a boa utilização dos eventuais subsídios a conceder.

#### IV Conclusões

A Comissão de Assuntos Económicos ouviu os representantes da lavoura, da indústria privada, das Uniões Cooperativas em causa e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas e apercebeu-se que devido aos interesses contraditórios em questão, essas entidades não têm a mesma opinião, e que alguns dos argumentos aduzidos, apontando outras soluções que não a viabilização, terão subjacente alguma razão. Apesar de entendermos e termos a noção exacta das dificuldades que podem ser suscitadas na sequência da concretização das soluções de viabilização sugeridas neste relatório, a Comissão entende que confrontando as várias opções, a menos gravosa para a sociedade açoriana é a de viabilizar essas Uniões de Cooperativas, embora sendo necessário a conjugação cumulativa dos interesses das várias entidades mencionadas, na procura das melhores soluções, e um controlo cuidadoso eficaz por parte das entidades governamentais.

A Comissão, embora não disponha de todos os elementos que lhe permitam quantificar os custos que toda essa operação poderá originar e tendo a percepção de que serão elevados, considera que em caso de não viabilização, esses custos em termos meramente financeiros seriam eventualmente semelhantes, havendo a crescer ainda os custos sociais, impossíveis de quantificar.

Na opinião da Comissão, a viabilização dessas duas unidades industriais propriedade das Uniões de Cooperativas, UNILEITE e UNICOL, é a solução que minimizará os altos custos sociais que já se fazem sentir.

A Comissão entende que todo esse processo deverá ser assumido frontalmente pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, em tempo útil, porque a situação não se compadece com mais demoras e atrasos.

As actuais direcções, quer da UNILEITE

quer da UNICOL afiguram-se-nos bem intencionadas, preocupadas e empenhadas na procura das melhores soluções, até porque herdaram situações difíceis para as quais não contribuíram.

Embora pesando todos os prós e contras, tendo sempre em atenção que qualquer solução encontrada terá que ser colectivamente assumida e salvaguardando, de maneira eficaz, o erário regional, a Comissão dos Assuntos Económicos entende que a opção menos gravosa é a que passa por uma efectiva intervenção governamental.

Ponta Delgada, 23 de Janeiro de 1992.

O Relator, Albano Pimentel.

Aprovado por unanimidade.

O Presidente, Manuel Serpa.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A minha intervenção é no sentido de explicar uma situação, ou seja, a Comissão dos Assuntos Económicos recebeu para apreciação o requerimento do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que formulava algumas perguntas relativas ao sector agro-pecuário da nossa Região.

Como é um ritual em circunstâncias idênticas, a Comissão pediu parecer a várias entidades ligadas ao sector, bem como à Secretária Regional da Agricultura e Pescas.

Foram poucas as respostas e, por isso, a Comissão entendeu que embora não fossem inconclusivas, não davam uma resposta cabal a uma problemática tão complexa como é o caso.

Assim sendo, a Comissão procurou estender a sua acção ouvindo outras entidades e outras pessoas, para poder apresentar a esta Assembleia um relatório abrangente, eficaz e concreto, que contribuísse não só para as respostas em relação às perguntas formuladas, mas e sobretudo, para que se fizesse uma análise mais global de todo o sector agro-pecuário da Região Autónoma dos Açores.

É evidente que não é fácil fazer um relatório deste tipo. O Sr. requerente pedia que a resposta fosse dada no mais breve espaço possível.

A Comissão não terá sido tão célere, como era intenção do requerente, mas penso que ele entenderá que numa matéria complexa e difícil como esta, o tempo é necessário, porque somos muitas ilhas



e é preciso ouvir muita gente, em todos os Açores.

A Comissão ao analisar esta problemática, e ao contactar com alguns agentes económicos deparou-se com uma situação específica e especial. A Comissão encontrou graves dificuldades e graves problemas em duas unidades do sector cooperativo regional, ou seja, a UNILEITE e a UNICOL. Porque a solução destes dois casos é urgente e se exige uma solução rápida e eficaz, a Comissão entendeu que antes de apresentar a esta Assembleia um relatório global sobre o sector agro-pecuário da Região, deveria apresentar um relatório específico das duas unidades do sector cooperativo - a UNICOL e a UNILEITE.

Assim, a Comissão procurou acentuar e aprofundar a sua análise em relação a estas duas unidades cooperativas, ouvindo todos os intervenientes no processo e também o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Este é um campo onde, como sabem, surgem interesses antagónicos e onde as opiniões são divergentes. E se fosse para fazer uma análise histórica das duas unidades, nós encontraríamos um percurso verdadeiramente sinuoso.

A Comissão dos Assuntos Económicos - como todos compreenderão - não é uma Comissão de Inquérito.

Nós procurámos analisar, ouvir, averiguar e procurámos dar, com toda a sinceridade e com toda a honestidade, a colaboração possível para aquilo que encontramos. E isto é que é fundamental. Mas mais:

Nós sabemos que este sector é tão difícil porque há a nível global da Região variadíssimas diferenças. Basta ver apenas alguns exemplos.

O caso do Pico/Faial, onde no Pico há apenas uma unidade do sector privado que - como ontem aqui foi dito e muito bem - não paga há seis meses. No Faial há uma cooperativa e uma unidade do sector privado e os pagamentos estão em dia. Vamos a S. Jorge, onde o sector cooperativo tem o peso que todos conhecem, e sabemos bem que quer em S. Miguel quer na Terceira, onde há unidades industriais do sector privado de bom nível e com grande produção, será necessário ter ao lado delas as unidades do sector cooperativo que mais não seja para equilibrar preços, etc., etc..

Portanto, a nossa intenção foi a de tentar colaborar numa solução que viabilizasse, de facto, as cooperativas, porque há

incidências sociais graves que são importantes.

Eu creio que, no fundo, todos nós temos como meta esse homem que é agricultor. Que tem problemas mas que pode ter responsabilidades, porque não é fácil participar no sector cooperativo. Se nós fizéssemos a história do sector cooperativo da Região dos Açores, encontraríamos tanta coisa, que não interessa trazer agora à colação, porque para se ser cooperativista é preciso ter cultura, capacidade, compreensão, humildade e outras coisas mais. E acenou-se com o cooperativismo aos nossos lavradores, aos nossos homens, eles alinharam, no entanto não é fácil assumir todas as responsabilidades. Eu digo muitas vezes aqui que o nosso povo gosta de ter um "dono". Gosta de ter alguém que fale por eles, que se responsabilize por eles e muitas vezes, depois, entregam-se nas mãos de alguém que não sabe, de facto, zelar pelos seus interesses.

Eu creio que nesta hora algo de diferente se passa nesta Região, em relação a esse assunto.

Através dos contactos que fizemos - e isso está patente no relatório - verificámos que existe gente nas associações e nas direcções que manifesta interesse e empenho. Há mais cultura, há mais capacidade e, por isso, é necessário entregar a eles, lavradores, aquilo que é deles, para que lutem por isso. Muita gente poderá não ter entendido, por questões de especulação, por questões de desvirtuamento, por questões de antecipação à leitura deste relatório, aquilo que nós quisemos dizer. Mas nós quisemos dizer, frontalmente, que os cooperantes estão em primeiro lugar e não são eles que vão resolver sozinhos esta situação.

A nós, foi-nos dito frontalmente, por uma direcção, que os lavradores da UNILEITE (a Direcção da UNILEITE) estariam na disposição de "deixar dentro" (linguagem popular) um mês a que tinham direito. Isso é positivo, é sintomático. Isso é fantástico, porque pode obrigar o Governo a entrar - porque vê que eles colaboram - e até pode receber um certo perdão das unidades industriais privadas, porque vêem que os lavradores querem colaborar e querem fazer algo por si próprios e algo pela solução deste problema.

Portanto, que fique bem esclarecido, aqui, que não são os lavradores que vão pagar esta crise sozinhos. Não!

Mas têm que estar em primeiro lugar como participantes, como colaboradores, com empenho, porque isto é deles! É preciso perceber isto numa vez por todas. Porque se for para modificar, tem que ser de vez.

A Comissão concorda que deve ser injectado dinheiro, não é esta pequena quantia que os lavradores, simbolicamente poderão dar às cooperativas. Mas é importante que simbolicamente, eles dêem alguma coisa do que é seu.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Não é só simbolicamente!

**O Orador:** Eu digo simbolicamente, no sentido de ser um símbolo de boa vontade e de desejo de colaborar na solução e na viabilização face a este problema.

Eu não quero alongar mais esta minha intervenção. O relatório está aqui, foi aprovado por unanimidade e - digo mais uma vez - foi um esforço que esta Comissão fez para viabilizar estas duas situações.

Esperamos, de facto, que tenha sido um contributo que "force" uma solução que, na nossa maneira de ver, vai beneficiar toda a Região Autónoma dos Açores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

**Deputado Gaspar da Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em nome da bancada do Partido Social Democrata e também como elemento integrante da Comissão dos Assuntos Económicos, por ter participado activamente em todas as reuniões que se desenvolveram ao longo destes dias em que a Comissão auscultou diversas entidades, gostaria de manifestar alguns aspectos de pormenor relacionados, não só com o relatório como também relacionados com todos os aspectos aqui referidos e que o Sr. Presidente da Comissão já referiu, os quais nós em parte subscrevemos porque no nosso programa damos, também, bastante ênfase ao apoio ao sector cooperativo.

Efectivamente, todos sabem o que é este sector aqui na nossa Região, nomeadamente o sector de lacticínios. Ou seja, a maneira como ele é visto e praticado nas diversas ilhas por um lado, e a sensibilidade e o espírito que os nossos cooperantes colocam nesse sector, por outro.

Concretamente em relação à análise das duas cooperativas em questão - a UNILEITE e a UNICOL - eu devo dizer que o tratamento desta questão tem tido, em alguma Comunicação Social, um carácter especulativo. E também criou-se um estado

de espírito, subentendendo-se que a Comissão dos Assuntos Económicos é que iria resolver o problema dessas duas cooperativas, quando isso não é verdade. Por outro lado, os elementos do PSD que fazem parte da Comissão estranharam, de alguma forma, que o relatório tivesse sido aprovado no dia 23 de Janeiro, porém, já na véspera (22/1/92) um órgão da Comunicação Social já apontava para as conclusões do relatório da Comissão. Isto é só para se ver até que ponto é que esta matéria foi trabalhada, isto é, com alguma especulação à volta, quando tínhamos por missão - que foi exaustiva - habilitar este Plenário, dando o maior número possível de informações, para que se fizesse uma análise consciente sobre a crise dessas duas cooperativas.

Realmente assim se fez. Colheram-se mais de uma centena de documentos que fazem parte de todo este processo. Há muita informação de todas as entidades envolvidas nesse processo e é óbvio que não é um processo fácil. É bastante complexo, sobretudo se tivermos em conta que as próprias conclusões da Comissão apontavam para algumas vias, em termos condicionais, como é óbvio, porque a parte de "leão" nesse processo cabe ao Governo. E isto também já foi objecto de alguns posicionamentos como se a lavoura - e as cooperativas em concreto - não tivesse nenhuma responsabilidade nesse processo.

Com efeito, esta situação não se deve ao Governo, nem aquilo que se possa chamar de crise do sector, pois esta é de natureza conjuntural e estrutural. Esta situação deve-se, sim, a uma série de erros acumulados ao longo de vários anos, conforme comprova toda a documentação que aqui está.

Obviamente que nem a Comissão nem ninguém poderia ter soluções milagrosas para esse processo. A Comissão limitou-se, tão só, a apontar algumas opções mais viáveis, mas para as quais os próprios cooperantes também têm uma certa parte de responsabilidades, não só em relação ao que chegou o processo, mas também na procura dessas soluções.

Certamente o próprio Governo terá que assumir uma parte desse processo, bem como a própria banca e até a própria "Prolacto" poderá assumir uma parte desse processo. Mas, primeiro que tudo, torna-se essencial, aqui, conseguir o diálogo entre todas essas partes e sentá-las à mesa para dialogar. O que não é muito fácil se atendermos a que há dois dias atrás,

uma representação do sector agrícola da nossa Região já se manifestava em termos de não querer assumir a sua quota parte nesse processo. É certo que com toda uma conjuntura estrutural que se altera constantemente, e aliás, como eu referi na intervenção que fiz no período de antes da ordem do dia, em termos da evolução do próprio processo da Política Agrícola Comum, nada disto é fácil, pois o mercado impõe cada vez mais as suas regras e logo o mercado impõe que o próprio sector cooperativo tenha muita responsabilidade no que diz respeito à vertente comercial. Não se pode produzir produtos abaixo do preço de custo e lançar esses produtos no mercado fazendo concorrência ao sector privado e é claro que se vai acumulando prejuízos ao longo dos anos e vem-se bater à porta do Governo a solicitar ajudas.

Por conseguinte, todo esse processo é muito complexo, é um processo que não pode ser assumido de ânimo leve e sem uma análise ponderada e criteriosa, por parte do Governo. E parece-nos que o Governo já terá algumas ideias sobre essa matéria.

De qualquer modo, ainda bem que a Comissão fez um trabalho profundo sobre isso para que se elimine alguns fantasmas que por vezes surgem na nossa discussão política do dia-a-dia como se o Governo fosse o culpado de todos os males que existem, sobretudo os do sector cooperativo.

Estamos todos conscientes de que o sector cooperativo tem uma importância preponderante aqui na Região, pelo que ele representa e pelos interesses que o próprio sector tem não só para os cooperantes mas também para manter um certo equilíbrio em toda a produção, sobretudo na indústria, e para o equilíbrio dos preços. Mas há que ter a consciência de que a partir do momento em que esse sector cooperativo transforma produtos, estes são lançados no mercado e têm que ter condições e capacidade para estar lá.

Sr. Presidente e Srs. Deputados é óbvio que eu não pretendo com esta minha intervenção fazer uma descrição pormenorizada de uma série de documentos que aqui temos. Com certeza os grupos parlamentares são possuidores deles. No entanto, é conveniente que não só nesta como outras situações que surjam no futuro e também por parte desta Câmara, se traduza uma imagem correcta para a opinião pública de quais são as competências das comissões parlamentares, porque a ideia que ficou no exterior

é que era a Assembleia e a Comissão dos Assuntos Económicos que deviam resolver a situação da UNILEITE e da UNICOL, quando isso é absolutamente falso.

Para além disto, gostaria de solicitar um pequeno esclarecimento ao Sr. Relator da Comissão para um pormenor que está mencionado na página 2 do Relatório, ou seja, quando ele refere o seguinte:

"- Intervenção do Governo de 1977 até 1982, sem no entanto nomear um gestor nem definir políticas a seguir".

Com efeito este Relatório está aprovado por unanimidade, mas também quer o Sr. Relator quer o Sr. Presidente, sabem que houve necessidade de discutir, longamente, este assunto até altas horas da noite, para que se conseguisse a aprovação por unanimidade. E esta foi uma questão que eu levantei no seio da própria Comissão, porque de todas as notas que eu tomei - e eu tenho aqui dezenas de notas de todas as entidades que nós contactámos - e de todos os documentos que eu li, e que fazem parte deste dossier, eu não vi nem ouvi da boca de nenhum dos responsáveis, nomeadamente, da UNILEITE, nenhuma informação desse tipo.

E quando coloquei a questão ao Sr. Relator, ele informou-se que tinha obtido essa informação por outras vias e depois confirmar-me-ia, em pormenor no dia seguinte, esta questão. Aliás, à partida isto levou-me a pensar que se tinha colocado aqui uma questão em relação à qual não se tinha a certeza e depois é que o Sr. Relator a foi confirmar. Certamente que confirmou; foi procurar a documentação, mas não teve o cuidado de a fazer chegar aos elementos que compõem a Comissão. Poder-se-á dizer que tínhamos acesso a esses documentos, mas a questão foi levantada lá na Comissão e por conseguinte, todos os documentos deveriam ser distribuídos lá.

O que nos parece ser importante neste caso concreto - apesar do Sr. Relator invocar os despachos e toda a legislação que nós sabemos que existe - e uma vez que o Sr. Relator refere uma coisa que não corresponde, rigorosamente, à verdade, penso, dizia, que ele deveria ter dito que a UNILEITE esteve intervencionada para efeitos de fiscalização e houve, inclusivamente, uma sindicância cujo resultado foi entregue em 1982 na Secretaria Regional do Comércio e Indústria. Portanto, este ponto ficaria muito mais completo, em vez de se dizer que a culpa foi do Governo ou porque não

havia nenhum gestor quando, afinal, esta empresa esteve com uma fiscalização do Governo. E se não houve a nomeação de nenhum gestor, V. Ex<sup>a</sup> sabe Sr. Deputado que se isso não se concretizou noutros moldes foi porque isso obrigaria à nomeação de falência da própria UNILEITE. E nessa altura os ânimos estavam muito exaltados e a própria lavoura não desejava que esta situação ocorresse. Esta questão é de pormenor, mas tem uma sequência de esclarecimentos que deveriam estar melhor explicitados no Relatório, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> só se limitou a ir ver o que é que existia em termos de despachos, etc., e não quis pormenorizar isso. Aliás, isso foi sintomático quando eu lhe perguntei precisamente isso e o Sr. Deputado Albano Pimentel disse que tinha obtido essa informação por outras vias e por outros contactos. Ora, a Comissão trabalhou no seu todo e isso, na altura, foi um pouco estranho.

Finalmente, na página 9 do Relatório, quando se diz que "A Secretaria Regional da Agricultura e Pescas deve assumir, frontalmente, a liderança do processo", a Comissão não está a dizer que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas deve assumir isso "de armas na mão", porque todos sabem as limitações do Governo em relação ao sector privado em geral, e ao sector cooperativo, em particular. Logo, essa questão não pode ser encarada como se só o Governo é que tenha as soluções na manga. E, como aqui está mencionado, facilmente se poderá depreender que o Governo será aquele que poderá entrar ali dentro porque aquilo é dele, quando não é verdade.

Como conclusão, quero apenas dizer que este processo da UNILEITE e da UNICOL é demasiado complexo, até porque em todo esse processo da crise, essas duas unidades industriais também têm planos de investimento. E no caso concreto da UNICOL, esta foi a própria a dizer que para a componente de investimentos não precisava de apoios do Governo, pois os seus problemas eram resultantes das dificuldades financeiras do momento e no caso da UNILEITE isso já não era bem assim, porque esta tinha necessidade de apoios financeiros também com uma vertente de investimentos, sobretudo na componente UHT e queijo. Esta é uma questão que não pode ser escamoteada, porque uma coisa é resolver os problemas financeiros que estas duas unidades industriais têm

já a curto prazo, e outra coisa é o processo de investimentos que elas têm noutras áreas. E se atendermos ao facto de que no caso da UNILEITE a parte do seu património está bastante degradada e tem poucas ou nenhuma condições técnicas, em relação ao futuro, daí que a componente de investimentos seja muito mais complexa, comparada com a UNICOL que tem uma unidade industrial bastante moderna e tem também um dos melhores conjuntos de condições higio-sanitárias da Região.

Por conseguinte, toda essa problemática é demasiado complexa, isto para referir que o próprio Governo está consciente disso. Certamente que ninguém melhor do que ele responderá a esta questão e informará a Câmara sobre esta matéria. Mas é preciso - e este é ponto que o PSD reputa de maior importância - que não haja um tratamento de processos que levem a que se especule sobre a possibilidade da Comissão dos Assuntos Económicos resolver esses problemas, quando todos nós sabemos quais são as nossas limitações e as responsabilidades que nos cabem nesse processo e que são mais de natureza política bem como fiscalizar os actos do Governo. No entanto, não podemos interferir na componente que diz respeito ao Executivo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Podíamos começar a nossa intervenção pegando nas palavras finais do Sr. Deputado do PSD, no sentido de que o Governo poderá informar esta Câmara, da sua posição sobre esta matéria. E irá certamente fazê-lo. Estas eram as palavras finais de esperança do Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Julgo que isto talvez venha permitir que reflectamos um pouco por que razão estamos hoje a abordar aqui esta matéria.

Já lá vão mais de 6 ou 7 meses desde que este assunto foi colocado na Assembleia Legislativa Regional, na base das grandes preocupações que vários Srs. Deputados também trouxeram a esta Câmara e que se relacionavam com duas das importantes unidades cooperativas da Região no que se refere à indústria de lacticínios e que, como já era do domínio público, além duma má situação económica, se caracterizava por repercussões sociais preocupantes que, de resto, estavam no centro das preocupações

da própria Comunicação Social da Região e dos mais directamente interessados.

Depois de várias trocas de impressões e duma tentativa de sensibilização do Governo para dar alguns passos no sentido de começar a enfrentar o problema, naquilo que ele tinha de grande interesse regional sob o ponto de vista económico e sob o ponto de vista social, ficou patente que da parte do Governo não havia ainda a disposição clara de se envolver no referido processo.

É na sequência da ausência de resposta do Governo Regional, nesse "mini-debate" ocorrido nesta Câmara, que surge o requerimento por nós apresentado a 26 de Junho em que, tendo presente os considerandos há pouco apontados, solicitávamos à Comissão dos Assuntos Económicos desta Assembleia, que habilitasse o Plenário com o maior número de elementos que lhe permitisse apreciar os actos do Governo nessa área, enumerando-se nomeadamente o caso das uniões cooperativas e acabando por solicitar, também, que fossem fornecidas informações sobre as medidas de política que o Governo Regional estaria a executar para ultrapassar a crise estrutural do sector, bem como obviar, eventualmente, os inconvenientes dos desequilíbrios conjunturais que são patentes. E era neste particular que, como proponente e em nome do Grupo Parlamentar do CDS, gostaria de responder afirmativamente à questão posta inicialmente pelo Sr. Presidente da Comissão e considerar que nós - proponentes do requerimento - encontramos-nos satisfeitos com o trabalho produzido pela Comissão; queríamos também concordar, genericamente, com esse trabalho e manifestar perante a Assembleia que, na nossa modesta opinião, "dossiers" e contributos como o que a Comissão acaba agora de facultar à Câmara, deveriam ser exemplos para que outras Comissões - e esta mesma - nalguns domínios e nalgumas questões de grande impacto sócio-económico e de grande relevo para esta Região, pudessem ser objecto de tratamento desenvolvido e de contributo válido ao nível das Comissões Parlamentares.

O dossier que a Comissão traz a este Parlamento, e que infelizmente o tempo não permitiu à maior parte de nós ver em toda a sua dimensão, irá possibilitar ainda o acesso a informações úteis para perceber, o mais extensamente possível, a situação que nos leva a reflectir.

No entanto, e apesar do reconhecimento

positivo feito na pessoa do Sr. Presidente da Comissão e do Sr. Relator, bem como a todos os elementos que nele participaram, entendemos que mesmo correndo o risco, e compreendemos as palavras do Sr. Deputado Gaspar da Silva, cuja parte inicial da sua intervenção nós subscrevemos, reconhecendo que possa haver más interpretações por parte de certa opinião pública, quanto ao papel e à função desta Assembleia bem como ao destino e finalidade que um relatório desta natureza tem no quadro parlamentar regional, queríamos dizer que pese esse risco - que nalguns casos será por ignorância e desconhecimento do papel dos órgãos de governo próprio da Região, noutros será por maldade e terá intuitos menos claros e esses com certeza que serão objecto do maior desprezo - valeu a pena esse trabalho da Comissão. E isto, essencialmente porque em todo esse processo, não podemos deixar de registar um vazio que se prende, principalmente, com a falta de esclarecimento (mais uma vez) do Governo Regional relativamente à sua disponibilidade, relativamente à política que o Governo estava e continuava a preparar para essa matéria.

E uma das vantagens que este relatório poderá ter é a de que, a partir de agora, o Governo não pode continuar a fugir ao debate nesta Assembleia.

**Deputado António Silveira (PSD):** O Governo não foge!

**O Orador:** Diz o Sr. Deputado António Silveira que o Governo não foge. Ora vejamos:

Esta matéria foi levantada nesta Casa há 7 ou 8 meses, Sr. Deputado! O Governo Regional nunca deu uma satisfação a esta Assembleia sobre este preocupante problema estrutural e conjuntural do sector agro-industrial. Nunca deu nenhum esclarecimento!

O Governo sabia que a Comissão estava incumbida de preparar um "dossier" e esquivou-se, no debate do Plano e do Orçamento, a dar informações claras sobre as suas intenções!

E temos aqui esse "dossier". E veremos se desta vez e hoje, o Governo assume perante nós, não diria um compromisso porque não se trata disso, mas sim a sua política. Porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se há questão que não chegou a ser contemplada aqui no próprio relatório - e concordamos com o Sr. Presidente da Comissão quando diz que foi preferível entregar hoje aqui o que já existia sem

prejuízo da continuação dos trabalhos e do seu aprofundamento - foi a de saber da política do Governo que, pelos vistos, ainda não foi possível à Comissão informar o Plenário da Assembleia sobre isso. E das duas uma: ou foi falha da Comissão, e pedia desde já um esclarecimento, ou efectivamente, o Governo não deu à Comissão dados suficientes, para que possamos avaliar qual é a sua política.

Dá o grande mérito e a coragem da Comissão, e queria aqui felicitar toda ela. Eu não estou a felicitar apenas o Sr. Presidente da Comissão e os Srs. Deputados do Partido Socialista.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** É que dá-me a ideia que a bancada do PSD não está a gostar de eu ter felicitado, por duas vezes, o Sr. Deputado Manuel Serpa. Eu quero felicitar toda a Comissão, incluindo o Sr. Deputado Rui Meireles. Portanto, eu estou muito à vontade quanto a isso.

Mas estava eu a dizer que a Comissão também teve coragem de apontar, publicamente, caminhos. São caminhos que nós consideramos de bom senso. De resto, ainda há pouco, a intervenção do Sr. Deputado Gaspar da Silva apontava nesse sentido, ou seja, do reconhecimento de que o importante é sentar à mesa as partes interessadas e as partes **responsabilizáveis** pela situação a que chegámos. Porque o Sr. Deputado Gaspar da Silva salientou, e muito bem, que há responsabilidade por parte dos gestores das cooperativas e dos cooperantes; responsabilidades da banca que também há; e há responsabilidades do Governo, é preciso que se diga. Aliás, a Comissão diz - e é bom lembrar - quanto às causas da crise e no que se refere a uma das cooperativas, o seguinte:

"Atrasos nas decisões do Governo em relação a apoios solicitados e nunca concretizados, originando situações de impasse e o arrastamento de indefinição quanto ao futuro".

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD e de alguns membros do Governo)*

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o relatório que o diz. E eu posso referir novamente algumas partes do relatório. Nós subscrevemo-las porque temos conhecimento directo dessa situação. Por exemplo em relação à UNICOL, a Comissão limita-se - e felizmente que o faz - a constatar

uma afirmação que já foi feita nesta Casa, e por vários Deputados, que o Governo não apoiou, em determinadas alturas do processo, convenientemente, fases importantes da acção e do desenvolvimento dessas unidades cooperativas - isso está constatado aqui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para nós é indiferente, e até compreendemos, que todos os aspectos deste relatório "belisquem" o Governo, ou seja, que apontem alguma responsabilidade ao Governo, mas claro que têm a oposição do Grupo Parlamentar do PSD.

O PSD, se calhar em coerência, devia ter votado contra este relatório. Mas talvez não teve a coragem para isso, porque a leitura deste relatório deixa transparecer responsabilidades do Governo Regional nessa matéria. O Governo é corresponsável!

Como na óptica do Grupo Parlamentar do PSD o Governo tem que ter uma imunidade absoluta em todos esses processos, o relatório já é mau.

No princípio, percebi pela boca do Sr. Deputado Gaspar da Silva, que o relatório seria aceitável. A medida que vai citando aspectos do relatório, este não corresponde à leitura do PSD. Mas o que nos interessa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é a opinião do PSD sobre essa matéria.

O que nos interessa é, sobretudo, na sequência desse relatório, apurar qual a opinião do Governo...

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** A opinião do CDS não interessa!

**O Orador:** A opinião do CDS interessa, Sr. Deputado! Porque se não fosse a iniciativa do CDS, os Srs. estavam satisfeitos, porque esta matéria não estava hoje aqui!

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** ...e no fundo é isso!

Na altura, quando nós apresentámos aqui o requerimento, com certeza que os Srs. Deputados, tal como dizem hoje, devem ter estranhado e deve ter sido uma grande massada o facto de se ter apresentado mais um requerimento. Como foi uma massada os votos de protesto que esta Câmara aprovou. Como é sempre uma massada quando esta Câmara toma iniciativas que põem a claro as incapacidades do Governo - é sempre aborrecido. Só que os Srs. agora estão sujeitos a que as iniciativas levantadas pela oposição avancem. E felizmente elas têm avançado!

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Com

a ajuda do Sr. Deputado!

**O Orador:** E felizmente estamos aqui perante a iniciativa dum grupo parlamentar da oposição que foi exemplarmente desenvolvida por uma Comissão desta Assembleia!

É que os Srs. participaram e eu já os felicitei em geral. Mas quase que tiro essa felicitação se os Srs. continuam, sistematicamente, a pôr em causa o relatório.

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

**O Orador:** Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, o Grupo Parlamentar do CDS tem consciência, e disse-o no primeiro dia em que esta matéria foi aqui debatida, de que o assunto é complexo, o assunto é sério, o assunto tem que ser resolvido duma forma o mais consensual possível.

Também sempre afirmámos que, e apesar disso, o assunto não pode ser protelado, porque as consequências são inaceitáveis sob o ponto de vista económico, financeiro e social.

Dá que a solução genericamente apontada pela Comissão, parece-nos que à falta de depoimento do Governo, é um desafio para que este, rapidamente, nessa linha, faça aquilo que está aqui patente, ou seja, assumia a sua quota de responsabilidade em conjunto com os outros sectores envolvidos como sejam a banca e as próprias cooperativas, para que se encontre, com rapidez, uma solução capaz para esse problema. E esperamos sinceramente que o Governo aproveite este debate para esclarecer, de uma forma clara e objectiva, a Assembleia e o povo dos Açores, de que passos vai dar no sentido da solução desse problema.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

**Deputado José Gabriel Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um trabalho bastante exaustivo com o qual estamos de acordo e que vem, de certa forma, ao encontro de algumas pretensões já demonstradas por mim nesta Assembleia.

Já em 22 de Março de 1990 eu afirmei, aqui, que algumas cooperativas dos Açores estavam em dificuldades financeiras, concretamente a UNICOL da Terceira que é nem mais nem menos a maior cooperativa da Região.

Em 27 de Junho de 1991 afirmava que, e cito "o sector cooperativo e associativo, cada vez será mais importante para o futuro.

E só com um cooperativismo forte os agricultores estarão aptos a enfrentar os seus problemas. Urge, pois, analisar a actual situação do sector cooperativo e ao Governo Regional competirá equacionar os mecanismos mais adequados à sua sobrevivência económica. Porque com um cooperativismo forte, todos ficaremos a ganhar. E não será atribuindo responsabilidades aos seus dirigentes, evitando discutir a realidade, que se resolve o problema.

Todos têm de assumir as suas próprias responsabilidades e sobretudo, o Governo que não tem cumprido com as suas.

Os problemas do atraso do pagamento do leite à produção, só serão ultrapassados com uma análise exaustiva sobre a actual situação das cooperativas".

Ora bem, parte desse trabalho está feito. A outra parte irá continuar. Felizmente que este trabalho é feito nesta altura, para que o Governo possa desenvolver o processo da sua solução com a maior brevidade.

Este problema só se colocou desta forma e passou a ter grande impacto junto da opinião pública, porque começaram a aparecer os atrasos do pagamento do leite à produção. São mais ou menos 2.000 produtores com o leite em atraso e são 375 trabalhadores, cujos postos de trabalho estão em causa.

Há pouco reparei que alguns membros do Governo, inclusivamente o Sr. Secretário Regional das Finanças, diziam que não havia dinheiro. Eu perguntava-lhe quanto é que tem gasto o Governo, ao longo dos anos, com algumas empresas públicas desta Região?

Quantos milhões de contos?

No caso concreto da UNICOL, eu gostaria de dizer o seguinte:

Não há alternativa sem o saneamento financeiro, isto é, o apoio do Governo é imprescindível. É que a maior empresa da Terceira está, pela primeira vez, dependente do apoio do Governo. A UNICOL sempre ultrapassou as suas dificuldades com os seus próprios meios. Não se trata, portanto, de mais um apoio.

Trata-se dum apoio a uma empresa com 45 anos de existência e a importância social que bem merece. Oxalá todas as empresas importantes desta Região dependessem de tão pouco para a sua viabilização.

E para terminar, eu pegaria nas últimas palavras do Sr. Deputado Gaspar da Silva, ou seja, quando ele afirmava que "o Governo

responderá". Mas quando?

É que, quanto a nós, este problema tem que ser resolvido rapidamente. Terá que haver um empenhamento de todas as partes envolvidas no processo, para que a solução mais adequada possa ser encontrada com a maior rapidez possível.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que salvo algumas divergências existentes, este relatório trata com seriedade por todas as partes, no caso concreto da UNICOL e da UNILEITE.

Acho que não se trata de o Governo ser ou não "beliscado". O Governo tem de assumir a sua quota de responsabilidade, só neste caso a quota do Governo é a mais pequena. Mas não inviabiliza e não invalida que o Governo tenha também alguma responsabilidade neste processo.

Deve-se ter em conta - e acho que isso é unânime nesta Casa - que esta questão é vista não só numa perspectiva económica, mas também numa perspectiva social. Porque se assim não fosse, eu julgo que teríamos de responsabilizar muito mais, quem geriu essas uniões de cooperativas.

Temos que entender, também, que tem sido o Governo que, por toda a Região, tem ajudado as cooperativas e, portanto, esse tem de ser o entendimento em relação a estas duas unidades.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro afirma que há falta de esclarecimento por parte do Governo mas eu julgo que não.

Eu julgo que o Governo, no que toca à Comissão, nos deu os esclarecimentos que nós solicitámos. É que este problema é complexo, porque se não o fosse, esta Comissão não levaria todo este tempo para produzir este documento nem para ouvir todas as entidades que ouviu e, por conseguinte, não traria aqui, como o fez, parte do relatório.

Porque, pretendemos trazer, aqui, o relatório global sobre a agricultura nos Açores e aí é que vamos ver se o Governo tem ou não tem uma política. Julgo que vamos provar que a tem. Mas não é isto que está em causa agora.

Quanto ao que disse o Sr. Deputado José Gabriel Lopes, eu gostaria de referir que a sua preocupação é comum. Ainda ontem, numa intervenção sua o Sr. afirma que depois de 1989, quando chegou a esta

Casa, sempre falou na agricultura.

Eu gostaria de dizer-lhe que o tema "agricultura" sempre foi tratado nesta Casa por todas as bancadas.

Para terminar eu diria que este é um assunto delicado, com alguma complexidade e os agricultores devem colaborar neste processo que, aliás, é o mesmo que outros agricultores já têm feito noutras ilhas desta Região. Desde as Flores, o Pico com atraso do pagamento do leite, nesses casos, eles já colaboraram indirectamente. Quando se fez cooperativas em algumas ilhas, nesses anos, os agricultores receberam pouco, e logo, aí também deram a sua colaboração.

Portanto, vamos tentar encontrar uma solução para este problema, mas tem que ser colectiva onde todos participem e aí estaremos todos de acordo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

**Deputado Albano Pimentel (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência das diversas intervenções que aqui foram feitas, e estando de acordo na generalidade com a maioria, gostava de esclarecer e fazer algumas ressalvas em relação a algumas dúvidas suscitadas pelo Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Em primeiro lugar é preciso que fique claro que este relatório foi aprovado por unanimidade. O relatório não foi alterado depois de ter sido aprovado. A única ressalva que há é em relação ao ponto de intervenção. E o que eu tinha dito é que tinha conhecimento verbal prévio de que se tinha insistido e que ia confirmar, documentalmente; caso não conseguisse a confirmação isso seria retirado do relatório. Como eu obtive a confirmação - que passarei a ler-vos - mantive no relatório.

Portanto, cumpri integralmente o que se tinha combinado.

Tenho documentação comprovativa daquilo que disse - da intervenção e não concretização da nomeação do gestor - e portanto mantive isso no relatório.

Passo a citar, nessa primeira fase, o seguinte:

A Resolução 7/78, do Governo Regional publicada no dia 23 de Fevereiro de 1978 - e aqui há uma precisão a fazer porque não é 1977 mas sim 78 - diz entre outras coisas: "A gestão até agora em funções parece não ter tido a preocupação de salvar os interesses públicos ali existentes,



através dos créditos da J.C.I. e da J.N.P.P. (Junta Nacional dos Produtos Pecuários).

A desorganização contabilística é evidente, e bem assim todas as estruturas existentes.

A falta de um responsável capaz pela gestão, que responda perante os órgãos directivos, tem levado a uma situação anarquizante que urge pôr cobro.

A matéria prima não aproveitada é mais um elemento a ter em conta, até pelos reflexos que isso representa à situação económico-financeira da Unileite.

A recolha rápida dos elementos indispensáveis a uma análise da situação, é dificultada pela anarquia reinante nos serviços.

O prejuízo que uma situação deste género traz para a lavoura associada e para a economia em geral impõem por parte do Governo Regional medidas que conduzem ao imediato saneamento global da Unileite.

Assim, encontrando-se a Unileite nas condições previstas na alínea d) do nº 3 do artigo 2º do Decreto-Lei 422/76, o Governo Regional resolve proceder à intervenção da Unileite, mediante a nomeação de um gestor, a realizar por despacho conjunto da Secretaria Regional das Finanças e da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, de acordo com o nº 1 do artigo 4º do já citado Decreto-Lei, sem que tal nomeação implique a suspensão dos órgãos sociais.

Presidência do Governo Regional, em 23 de Fevereiro de 1979. - O Presidente do Governo Regional, João Bosco Mota Amaral".

Já em 1978 o Governo Regional reconhecia aquilo que a Comissão disse, 14 anos depois. E nunca nomeou.

**Deputado António Silveira (PSD):** O que é que não nomeou?!

**O Orador:** Sr. Deputado António Silveira e Srs. Deputados do PSD:

A minha preocupação naquele relatório não era atribuir culpas. Era resolver o problema da UNILEITE e da UNICOL.

A preocupação dos Srs. é safar as costas do Governo!

Há aqui uma diferença óbvia.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** O Sr. representa aqui a indústria privada e não tem grande possibilidade de ser imparcial.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Com muita honra!

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia

que não estabelecessem o diálogo.

**O Orador:** A Resolução nº 16/79, publicada no dia 4 de Abril de 1979, ainda em relação à UNILEITE, e depois de vários considerandos que me abstenho de ler para não me tornar fastidioso, diz o seguinte:

"A UNILEITE é sem dúvida uma empresa de relevância tanto no plano de emprego como no equilíbrio regional, pelas significativas inter-relações sectoriais da sua actividade - basta lembrar que é uma "união de cooperativas" - sendo igualmente importante a sua contribuição para a balança de pagamentos regional, porquanto da cessação da sua actividade resultariam não apenas reduções nas exportações como também possível aumento de outros encargos.

Impõe-se, portanto, que o Governo Regional reative medidas que possam conduzir ao rápido e geral saneamento desta empresa.

Assim, encontrando-se a UNILEITE em condições previstas no artigo 2º do Decreto-Lei nº 422/76, de 29 de Maio.

O Governo Regional dos Açores, reunido em Plenário, resolve:

1º - Reactivar a Sindicância em curso, nomeando desde já como sindicante, a crescer e para colaborar com os dois anteriormente nomeados, o Sr. Eugénio Inácio de Medeiros.

2º - Prorrogar a intervenção na empresa UNILEITE, mediante a nomeação de um delegado a efectivar por despacho conjunto do Secretário Regional das Finanças e do Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Presidência do Governo Regional, 4 de Abril de 1979. - O Presidente do Governo Regional, João Bosco Mota Amaral".

Torna-se a afirmar a intenção de, através de intervenção que era reconhecida como necessária na altura, nomear os tais delegados do Governo que parece que nunca se nomeou. E isto é com o objectivo de chamar a atenção para o problema da UNILEITE que é reconhecido pelo Governo, há 14 anos pelo menos, nos termos quase iguais aos que esta Comissão reconheceu agora. Nós não descobrimos nada.

Aliás, digo-o com todo o prazer, até estou de acordo com aquilo que o Governo fez há muitos anos. Aquilo que aqui está reconhecido é o que nós sabemos e que esta Comissão, exaustivamente, tentou aprofundar e melhorar. Subscrevo inteiramente o teor desse despacho da altura.

Continuando, a Resolução, nº 99/80

sobre a UNILEITE, ainda, diz (não interessa os considerandos):

"Resolveu prorrogar, ao abrigo do disposto no nº 3 do artº 6º do Decreto-Lei nº 422/76, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 370/77, de 5 de Setembro, a intervenção da UNILEITE, até 31 de Dezembro do corrente ano de 1980".

O que se estranha aqui, é que só se ouve falar de prorrogar a intervenção. Mas nunca se concretiza essa intervenção. É uma crónica duma intervenção anunciada.

Não me venham dizer que o Governo não tem nenhuma responsabilidade nisto. Não é o principal responsável, mas não se deve escamotear as responsabilidades e quem as teve.

Está dito no relatório - e eu subscrevo inteiramente - que os principais responsáveis são os cooperantes.

No entanto, o Governo tem graves culpas, nomeadamente em relação à UNILEITE, porque desde 1978 reconhece a situação, anuncia que é preciso intervir, propõe a intervenção e nunca chega a nomear, deixando aquilo numa situação de absoluta indefinição.

De quem é a culpa, não me compete julgar. Não conheço bem a situação. Sei que havia pressões dos lavradores.

Mas que Governo é este que só realiza no papel e não sabe passar à prática?

*Vozes do PS e CDS: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Continuando, a Resolução nº 1/81, diz o seguinte:

"Considerando que a intervenção do Governo na UNILEITE, continua a mostrar-se necessária para completo reequipamento e reestruturação daquela unidade, de modo a que a sua função não seja apenas a de intermediário e a que depois se possa exigir o empenhamento e comprometimento material dos associados na manutenção da viabilidade económico-financeira da mesma.

O Governo Regional dos Açores, reunido em Conselho resolveu:

1º - Prorrogar a intervenção na UNILEITE por mais 30 dias".

Aqui já começa a ser uma coisa mensal, uma coisa periódica.

*(Risos da bancada do PS)*

2º - Manter em funções os órgãos sociais das empresas.

3º - Todos os actos de gestão ficam sujeitos à aprovação do Secretário Regional

do Comércio e Indústria".

Agora é ainda mais grave. Não só a intervenção mas também qualquer acto de gestão tem a mão do Governo.

Nada disso foi feito ou então se foi feito piorou a situação pelos vistos.

"4º - No prazo de 15 dias será apresentado aos associados da UNILEITE, ou seus delegados, um plano sucinto donde conste a situação da empresa e as medidas necessárias para a sua recuperação".

Não tenho conhecimento desse plano, não sei se chegou a ser apresentado.

"5º - Em todo o mais será observado o que dispõe o Decreto-Lei nº 422/76, de 29 de Maio, a legislação complementar".

Continuando, a Resolução nº 46/81 diz:

"Considerando que a UNILEITE se encontra intervencionada, mas que ainda não foi possível terminar a sua remodelação, devido a dificuldades de ordem vária" e isto é umacoisa espectacular, esta justificação do Governo, até parece aquela desculpa esfarrapada que eu dava quando tinha 15 anos e quando chegava tarde a casa e dizia - "Por razões de vária ordem, não consigo chegar mais cedo"! O que me custava sempre uns "cascudos" porque isso não é resposta que se dê.

*(Risos das bancadas do PS, CDS e PCP)*

**O Orador:** "Considerando que se continuam a manter as razões que levaram a reconhecer a relevância da empresa, quer no equilíbrio regional, quer no plano de emprego;

Considerando, outrossim, as significativas inter-relações sectoriais da respectiva actividade.

O Governo Regional dos Açores, reunido em Conselho, resolveu prorrogar por mais seis meses a intervenção da UNILEITE", ao abrigo da tal legislação que me dispenso de ler, 5 de Março de 81.

Depois há um decreto nacional, que é o Decreto-Lei nº 90/81, que termina com todas as intervenções.

Na sequência disso, a Secretaria Regional do Comércio e Indústria tem um despacho normativo - o 117/83 - que diz:

"Por despacho de 28 de Outubro de 1977" - e aqui há mais uma rectificação a fazer ao relatório, porque a intervenção vai de Março de 78 a 31 de Dezembro de 81 e não em 82 - "foi ordenada uma sindicância à UNILEITE - União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e Produtores de

Leite da Ilha de S. Miguel - S.C.R.L. e nomeada a respectiva Comissão dela encarregada.

2 - Entretanto, tendo-se concluído do relatório preliminar apresentado pela dita Comissão que a empresa se encontrava, na verdade, em situação grave, pela Resolução nº 7/78 de 23 de Fevereiro foi tomada a medida de intervir a empresa, nomeando um gestor, mas sem que isso implicasse a suspensão dos órgãos sociais.

3 - Mais tarde, pela Resolução nº 16/79, de 8 de Maio, foi determinada a reactivação da sindicância e a prorrogação da intervenção, agora mediante a nomeação de um delegado do Govrno".

Houve aqui uma mudança de nomenclatura. Era um estudo e passou a um delegado do Governo.

Eu estou historiando isso exaustivamente para que o Sr. Deputado Gaspar da Silva não pensar...

**Deputado Gaspar da Silva (PSD):** Eu já li isso, Sr. Deputado!

**O Orador:** Então é pena ter feito a pergunta da maneira que fez. Mas o resto do Plenário talvez não tenha conhecimento e assim fica informado.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** É um exercício de dicção!

**O Orador:** Passemos ao ponto 4:

"4 - Sucessivamente prorrogada pelas Resoluções nºs. 99/80 de 16 de Agosto, 1/81 de 27 de Janeiro e 46/81 de 2 de Junho, a intervenção extinguiu-se em 2 de Dezembro de 1981, por força do disposto no Decreto-Lei nº 90/81, de 28 de Abril.

5 - A intervenção, se por si só, não obsteu pelo menos concorreu de forma significativa para obstar não só a insolvência da UNILEITE mas também de parte importante da Lavoura Micaelense, evitando todo o estendal de consequências que adviriam para a economia da ilha pelo que não pode deixar de considerar-se como tendo sido pertinente e proffua.

6 - A sindicância seguiu paralelamente à intervenção e devido à complexidade da escrita e ao estado em que se encontrava, foi necessário muito tempo para produzir o relatório preliminar.

7 - Seja como for, através dela, não foi possível conseguir concretização de dados que levassem à prova de factos que revelassem no foro criminal mas apenas de irregularidades que melhor compete à administração..."

Termina dizendo:

"Determino o arquivamento do processo da Sindicância à UNILEITE e a dissolução da respectiva Comissão.

Comunique-se à empresa e aos membros da Comissão".

Portanto, em função do decreto nacional, terminou a intervenção que nunca chegou a ser concretizada.

O que é importante ressaltar daqui, é que já nessa altura, ou seja, há 14 anos, o Governo Regional reconhecia tudo aquilo que esta Comissão reconheceu que a situação da UNILEITE é grave, que é preciso resolver e que não se chega a nenhuma solução sem uma intervenção governamental. Ela foi tentada e falhada há 14 anos. Este é o aspecto que diz respeito às culpas do Governo - que as tem - que não são nem as principais, nem as únicas - eu disse isso publicamente e di-lo-ei sempre mas são também importantes. E é preciso que esta Câmara reconheça que há 14 anos este Governo chegou à conclusão que nós chegámos agora. Houve 14 anos de sobrevivência periclitante da UNILEITE. Há 14 anos não se resolveu, agora espero que se resolva.

Em relação às responsabilidades do Governo, na actualidade, essas também existem. E existem, porque segundo as informações que nós recebemos há 3 ou 4 anos a esta parte, quer a UNILEITE quer a UNICOL, tem havido contactos com o Governo; algumas soluções foram propostas por essas cooperativas e o Governo - muito bem ou muito mal, agora é convosco - não tomou nenhuma resolução, mas também não inviabilizou. Foi adiando de semana para semana, de mês para mês, tendo conhecimento dos problemas da UNICOL e da UNILEITE.

*(Aparte inaudível da bancada do PSD)*

**O Orador:** Impunha-se que o Governo tivesse intervido mais atempadamente. Não o fez.

Não estamos aqui para julgar o Governo. Isto não é nem uma comissão de inquérito, nem uma interpelação parlamentar. Agora, há que chamar as coisas pelos seus nomes e o Governo também tem culpas.

O mais grave ainda, há um mês - e estou autorizado a dizer isto - numa reunião havida com a Direcção da UNILEITE, onde estava presente o Sr. Secretário Regional da Economia - que lamento não estar aqui agora para poder esclarecer isso - e o Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas, ao serem interrogados sobre se estava

prevista em S. Miguel alguma nova fábrica de leite UHT, foi negado, peremptoriamente, que tal fosse possível ou que tivessem conhecimento. E o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, consultando os seus papéis, disse que não havia nenhuma autorização, porque havia a preocupação da parte dos dirigentes da UNILEITE - isso é importante que se saiba - porque se houvesse mais uma fábrica de UHT inviabilizaria de certo modo as duas já existentes na Região. O UHT, neste momento, é laborável em cerca de 6 milhões de litros de leite, quer em S. Miguel, quer na Terceira (ELA).

Segundo os técnicos, a solução ideal será a laboração de 10 milhões de litros de leite para aquilo ser altamente rentável.

Na Região, mais uma fábrica de lacticínios, mais uma fábrica de leite UHT, poderá inviabilizar as três, até porque o leite UHT não é rentável em termos da sua exportação. Terá que ser para consumo local.

*(Aparte inaudível da bancada do PSD)*

**O Orador:** Não é rentável, não Sr.! E digo-lhe porquê.

- Por causa dos transportes. Só é rentável para a Madeira, mas há graves problemas de transporte.

Não é rentável para o Continente, porque 1 kg. corresponde a 1 litro de leite. E o preço dos transportes encarece de tal maneira o produto que não é competitivo.

Ao contrário do queijo - como sabe o Sr. Deputado Gaspar da Silva - 10 litros de leite dá para fazer 1 kg. de queijo, e aí já é competitivo.

**Deputado Gaspar da Silva (PSD):** E a densidade do leite?

**O Orador:** Deixe estar. Eu estou preocupado é com a densidade da sua inteligência! A do leite não me preocupa!

*(Risos da bancada do PS)*

**O Orador:** No entanto, depois dessa informação (um mês depois) aparece uma notícia num jornal, onde se diz: "Nova fábrica de preparação do leite UHT em S. Miguel, com o apoio de 250 mil contos do SIBR", o que me suscita a seguinte dúvida:

Será que o Sr. Secretário Regional da Economia estava de boa-fé?

Será que o IIPA está tutelada pelo Secretaria da Economia ou vice-versa?

Porque, um mês depois da informação de que não haveria mais nenhuma fábrica de UHT em S. Miguel, aparece esta notícia

pública, ou seja, de que vai ser construída a fábrica e que até receberá um apoio do SIBR de 250 mil contos.

O que eu pergunto é já em termos futuros e é o seguinte:

Há preocupação de viabilizar, de facto, a UNILEITE e a UNICOL?

Ou há a preocupação de inviabilizá-las definitivamente, dando e subsidiando novas unidades que poderão competir, inviabilizando de vez a possibilidade de sobreviverem economicamente?

Relativamente ao Sr. Deputado Gaspar da Silva ter manifestado a preocupação de estar dito no relatório "assumir frontalmente por parte do Governo", é uma questão semântica. A minha interpretação de "assumir frontalmente" não é entrar de "armas pela porta dentro". Isto tem várias maneiras de se chamar. Por exemplo na Guerra do Golfo chamava-se "acção de policiamento", depende da perspectiva que se tem.

Ao escrever isso, e os Srs. Deputados aprovaram, e era no sentido de assumir frontalmente, é porque o Governo precisava de liderar o processo para viabilizar estas hipóteses. O Governo precisa de assumir frontalmente aquilo que tem assumido, por vezes, com alguma tibieza. Aquilo que tem tido alguns "cuidados". Aquilo que tem acontecido dentro do Governo Regional, ou seja, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas nem sempre faz passar, perante os seus colegas, a sua opinião, o que é natural, há discordâncias.

Estou a ver o Sr. Secretário das Finanças que é um discordante, porque é ele que tem que arranjar o dinheiro para essas coisas.

*(Apartes inaudíveis do Governo e do PSD)*

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que se pretende dizer com "assumir frontalmente", é que a solução não pode ser indefinidamente, nem protelada, porque terá que tomar uma decisão, por razões óbvias. E a decisão poderá ser a de fechar!

E essa decisão competirá ao Governo.

A opinião da Comissão e a minha, pessoalmente, é que não, pelas razões que foram aqui aduzidas, pelos custos económicos, pelos custos sociais, pela importância que têm as cooperativas e o sector.

Também estou de acordo - e isso está dito no relatório - que não se pode ir no "balão" de seis meses. Não se pode injectar mais dinheiro para seis meses, sem saber

em que ele é gasto a seguir.

Dalí, a sugestão da Comissão, que vai mais longe do que é costume, correndo alguns riscos, no entanto, entendemos que valia a pena arriscar, até para dar alguma força a essas posições, e assim, apontámos que é preciso corresponsabilizar todos os interessados; a banca (especialista em dar o guarda-chuva quando está sol e buscá-lo quando está chovendo) também não pode ser assim; os cooperantes que são os principais responsáveis; o Governo que tem responsabilidades inerentes ao facto de ser Governo que não é de hoje nem de ontem que sabe desta situação, no caso concreto da UNLEITE; a própria "Prolacto" que tem lá interesses.

Da conjugação destes esforços sairá uma solução, mas alguém tem que liderá-la.

Nós achamos - e eu acho - que o Governo deve liderar e deve assumir frontalmente esse risco de tentar resolver esta situação com a cooperação e corresponsabilização de toda a gente e pela minha parte e pela parte da Comissão, penso que também nos corresponsabilizámos ao fazer um relatório deste tipo.

Seria muito mais fácil fazer um daqueles relatórios que deixa tudo em aberto. Não foi essa a opinião da Comissão, que quis assumir a sua quota parte de responsabilização desse problema, apontando algumas soluções que podiam ter sido mais ou menos, mas foi a medida que nós achámos ideal.

Por outro lado, queria deixar bem claro que independentemente das divergências que agora apareceram em relação a pormenores do relatório, pelo Sr. Deputado Gaspar da Silva, foi um trabalho profícuo que deu algum prazer e que nos permitiu ter a sensação de que esta Assembleia não serve só para fazer um "dêcor" para o Governo Regional vir cá de vez em quando. Serve também para procurar soluções...

*(Aparte inaudível da bancada do PSD)*

**O Orador:** Isso é o que os Srs. fazem. Porque há bom e mau "dêcor".

**Presidente:** Tem a palavra para uma intervenção, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente:

Pode informar-me de quanto tempo é que disponho?

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, nós estamos a utilizar a disciplina que

é própria dos debates dos períodos da Ordem do Dia. Portanto, tem 20 minutos para a primeira intervenção.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É óbvio que não podia deixar passar esta circunstância sem vos dirigir algumas palavras sobre esta matéria difícil, complexa e que me tem ocupado nos últimos longos meses muitíssimo tempo.

Em primeiro lugar eu penso que o relatório da Comissão, obviamente e sendo esta composta por diferentes entidades políticas, é o resultado dum consenso político no seio dela própria.

Pessoalmente, e na pessoa do Presidente desta Comissão, não posso deixar de dirigir as minhas felicitações pelo trabalho executado, embora possa discordar num ou noutra aspecto de conclusão desse relatório que, como disse há pouco, é fruto dum consenso político.

O trabalho é profundo, sério e felicito todos os Deputados que estiveram envolvidos nesse mesmo trabalho.

Por mim, e percebo que a altura é propícia para isso, entendo que todas as brechas neste processo devam ser utilizadas pela oposição para colocar o Governo no "banco dos réus" e o acusar pelas mais variadas circunstâncias e consequências de todo este processo. É também compreensível, politicamente, que assim se faça, não fosse esta uma Assembleia política por excelência.

Queria dizer-vos que em relação à minha defesa pessoal nesta matéria, estou envolvido neste processo há longuíssimos meses. E tenho utilizado neste processo um comportamento que se caracteriza pelo máximo sigilo nesta matéria e apenas tenho dialogado, em exclusividade, com os responsáveis das diferentes entidades em presença.

Aliás, não há nenhum lavrador desta Região que possa ter ouvido da minha boca, em qualquer circunstância, uma frase mais ou menos como esta: "- O assunto está a ser analisado por mim, estou debruçando-me profundamente sobre o assunto" e mais nada!

Não especulei, não fiz política de corredor sobre esta matéria. Limitei-me a obter informações das entidades directamente envolvidas nesta matéria.

Uma outra questão que penso que vem em minha defesa pessoal - e agradecia que se houvesse algum deputado da Comissão que não concorde comigo que o diga - é

que quando me dirigi à Comissão fui transparente na minha exposição e aquilo que disse aproximava-se, claramente, daquilo que vem no relatório final.

Se algum deputado entende que não foi isto que eu disse na Comissão, faça o favor de o dizer agora aqui!

Aliás, quando fui interrogado directamente pelo Sr. Relator da Comissão sobre uma situação muito concreta ("O Sr. é para matar ou para salvar?!"), eu disse-lhe que, economicamente, sem mais nenhum argumento social, a solução era a falência.

Posta na balança uma série de circunstâncias, com a qual todos nós concordámos unanimemente, a solução seria a de tentar um projecto global para salvarmos isso.

Penso que foi isto que vos disse e a minha intervenção na Comissão foi transparente, foi clara e penso que não me furtei a nenhuma das perguntas que me foram feitas.

Se posso, portanto, invocar estas duas situações em minha defesa, acho que o devo fazer.

Obviamente a situação da UNICOL e a da UNILEITE são diferentes.

O processo da UNILEITE é um processo completamente distinto, onde se vê o conjunto e o envolvimento de posições nessa matéria, pelas circunstâncias aqui relatadas pelo Sr. Deputado.

A situação da UNICOL é, no tempo, diferente.

A minha primeira chamada de atenção "oficial" - chamemos-lhe assim - para este caso da UNILEITE é feita pelo Sr. José Franco, na altura o Presidente daquela Cooperativa, e com ele encetei um longo diálogo sobre esta matéria, que passou pela direcção anterior da UNILEITE e que continuou com esta. Aliás, os actuais elementos que estão na direcção da UNILEITE foram incentivados, por mim, a assumir a responsabilidade daquela Cooperativa. O Sr. Relator tem conhecimento desta matéria porque eu falei-lhe disso na Comissão.

O caso da UNICOL é mais recente, pois é com a entrada da actual Direcção, presidida pelo Sr. Dr. Laudalino, e logo a seguir à sua tomada de posse, eu sou chamado a pronunciar-me e a analisar a situação da UNICOL.

Porque esta situação é complexa e delicada, eu tenho-me cingido - volto a referir - estruturalmente aos factos que me são relatados em documentos que recebi

e às conversas com as direcções.

Por outro lado, este caminho percorrido na vigência da anterior administração da UNILEITE e na vigência da actual administração da UNICOL, levou a que eu propusesse duas soluções "transitórias" que foram os empréstimos que V. Ex<sup>a</sup> refere no relatório: um de 444 mil contos cujos juros o Governo assume e outro de 380 mil.

Devo dizer que tudo o que se possa afirmar, numa forma genérica, em relação a estas matérias (e quem queira analisar isto por aquilo que vem na comunicação social terá uma visão distorcida dos factos, porque a comunicação social tem uma dificuldade tremenda em tratar dessas matérias, até porque não tem especialistas que se debrucem sobre isto) será sempre com sérias dificuldades, porque eu fui mandado pelo Governo, tive que me debruçar sobre outras propostas de trabalho envolvendo o sector privado da Região. Sobre esta matéria encontrei-me face a seríssimas dificuldades. Porque não é fácil tomar certas decisões.

Isto é difícil e como eu vinha dizendo há pouco, tudo o que se possa dizer, neste momento, em relação à análise concreta da gestão destas duas unidades, ficará apenas perto da realidade. Porque os erros acumulados são, de facto, tremendos, dramáticos e graves.

É claro que se foram sucedendo as diferentes etapas, uma delas passou por contactos com o sector privado sobre esta matéria que teve uma posição completamente antagónica em relação a qualquer posição que o Governo pudesse assumir nessa situação, aliás, eu relatei isto no seio da Comissão. Ao fim e ao cabo, o Governo chegou a uma proposta de solução, ou seja, assumindo a liderança e um papel activo nesta situação, a solução encaminhar-se-á, claramente, para aquilo que nós discutimos no seio da Comissão.

A solução, sim, mas não numa forma mitigada no sentido de que não vale a pena dar um escudo, porque assim não chegaremos lá, mas uma solução global que implique os lavradores, o Governo Regional e a banca. Aí, estaremos todos em consenso, relativamente a esta situação.

Obviamente e repesco uma frase que disse ao actual Presidente da UNILEITE há meses - a minha primeira preocupação em todo este processo, foi salvar os lavradores e não as instituições.

Se para salvar os lavradores é preciso

salvar as instituições, pois que se faça isso. Aliás, também o disse no seio da Comissão. Isto é mais para o caso da UNILEITE, porque no caso da UNICOL era um pouco diferente. E é para essa solução que nos vamos todos encaminhando. E é esta solução que o Governo tem que pôr em prática.

No entanto, e para terminar, gostaria de referir que isto é tão complexo e provavelmente, a decisão que vamos todos tomar e parece-me que é por consenso geral desta Câmara, encontra no sector da Associação Nacional de Lacticínios dos Açores uma posição frontalmente oposta. E passo a ler um documento que foi entregue na Comissão que diz o seguinte:

"Nesta ordem de ideias, se subsídios às cooperativas, para pôr os pagamentos em dia, forem concedidos, a indústria privada reivindica os montantes proporcionais às suas litragens, visto que teve que recorrer à banca para os poder manter actualizados. Por outro lado, se forem dados novos subsídios a fundo perdido às cooperativas, a indústria privada exige igual tratamento.

Se estas nossas pretensões não forem atendidas, a indústria tomará as medidas já pensadas, de forma a ressarcir-se dos prejuízos decorrentes do tratamento diferenciado em relação ao sector cooperativo".

Isto, meus Srs., veim colocar no final de todo este processo, a delicadeza do assunto com o qual estamos envolvidos.

Temo, seriamente, que tomada a decisão que me parece a mais correcta, tenhamos, amanhã, que defrontar uma outra batalha que julgo estar subjacente ao que eu acabei de ler e que está no espírito de todos os Srs. Deputados.

Gostaria de terminar a minha intervenção dizendo que, infelizmente, os verdadeiros autores desta situação, nunca serão condenados.

Muito obrigado.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (Gualter Furtado): E alguns deles a gente conhece!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Procurarei ser rápido, pois apenas queria dizer algumas palavras em relação ao assunto que estamos a tratar, que nós reputamos de muito importante pelos montantes que

envolve e pelo seu peso social. E por isso, para nós o fundamental é encarar os problemas no sentido de resolvê-los. É esse o passo fundamental.

Por outro lado, temos que ter em atenção que o relatório ora presente, diz respeito a duas uniões das duas maiores ilhas dos Açores, com o peso económico que todos nós reconhecemos e com o peso social que já foi aqui referido.

Por outro lado, ainda, é importante ter em atenção que tal como o sector privado tem significativo peso na nossa economia, essencialmente nos lacticínios, também o sector cooperativo, através destas duas uniões cooperativas e de muitas outras espalhadas pela Região, tem neste capítulo um peso muito importante que não pode ser escamoteado.

No entanto, eu queria chamar a atenção para dois aspectos que vêm no relatório.

1º - Em relação à situação da UNILEITE diz-se claramente, e isso foi aceite por todos, que a situação é de rotura eminente.

2º - Em relação à UNICOL diz-se que são grandes as dificuldades.

Portanto, perante esta situação, é impossível continuar-se a adiar este problema e encará-lo de frente e encontrar a sua resolução. Porque, efectivamente, quanto mais tempo mediar entre o encarar do problema e a sua resolução, maiores serão as dificuldades encontradas. E isso é provado por toda a abordagem deste problema.

Por isso, nós consideramos que é fundamental que este problema tenha a acuidade que merece.

A conclusão a que se chega e que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas aceita e que ele encara como sendo uma possibilidade, é a de que o Governo, os cooperantes e a banca, terão que se comprometer. Aliás, como é dito no relatório, compete ao Governo Regional liderar este processo.

Aqui há pouco, foram levantados alguns problemas quando se falou dum intervenção anterior e que se falou da possibilidade da nomeação dum gestor, e da possibilidade disso ter sido mal encarado, na altura, pela União de Cooperativas. Nós pensamos que a participação governamental, como está no relatório, deve respeitar o modo como é usado o capital do Estado.

É evidente que vão surgir dinheiros públicos, dinheiros que são de todos nós, que vão ter de entrar nestas empresas. No entanto, é necessário que esses dinheiros

sejam bem geridos, com consciência e que não sirvam, pura e simplesmente, para resolver uma situação transitória mas, pelo contrário, que contribuam para a resolução definitiva deste problema.

Dizia há pouco o Sr. Secretário Regional que o sector privado não estaria de acordo com a atribuição de subsídios a estas cooperativas. No entanto, eu quero lembrar, aqui, que a Região tem possibilidades de poder entrar com capitais nestas empresas, sem ser através de subsídios.

Recorde-se que estamos perante empresas do sector cooperativo, com capital social, em que nada impede que a Região participe nesse capital social.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

**Deputado Renato Moura (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**Deputado Renato Moura (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou fazer a abordagem deste assunto, mas vou fazê-la numa forma um pouco diferente daquela que aqui foi feita, exactamente no sentido de complementar alguns dos aspectos que aqui têm sido referidos, evitando, por isso, não repetir muito do que aqui foi dito e com o que estou de acordo.

Julgo que ao analisar este problema não se pode deixar de ter em conta que a crise deste sector não é uma crise de hoje, nem uma crise de ontem. A crise do sector cooperativo não aparece agora, tendo nascido rapidamente. Ela pertence ao passado, foi-se agravando ao longo do tempo e terão existido razões para isso.

Antes de mais, gostaria de dizer que julgo ser absolutamente salutar que este assunto esteja a ser discutido no âmbito desta Assembleia. E parece-me que até é interessante verificar que a opinião pública na Região, através dos órgãos de comunicação social, tem colocado expectativa na discussão deste assunto no âmbito do Parlamento. Isso é positivo para esta Assembleia e é um bom sintoma e um bom sinal de que, efectivamente, na Região se olha para esta Casa quando aqui se discutem assuntos e matérias importantes. E embora possa parecer que estas discussões aqui feitas, e que no fim não têm nenhuma votação, podem ser assuntos de pouca produtividade e por vezes os órgãos de comunicação social assim o pensam porque só se votaram

votos de protesto ou porque está-se a fazer uma discussão para a qual não se vota, eu gostaria de dizer que assim não é e a opinião pública há-de ter ocasião de verificar que destas discussões há-de resultar uma produtividade, porque os assuntos depois de discutidos, aqui, encontram o seu encaminhamento e não-de encontrar uma resposta por parte do Governo que, através desta discussão que aqui se faz, também é pressionado para a resolução destes problemas.

Por isso, não vale a pena ter medo de discutir esse assunto aqui, porque o Governo não fica "ensombrado" por isso. O Governo vai ter possibilidade de agir no sector, com as responsabilidades e as competências que tem e porque conhece o assunto, como se teve oportunidade de ver através da intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Se a opinião pública interpretou que este assunto ia ter andamento, porque a Assembleia estava a fazer uma discussão sobre ele, então não vale a pena ficarmos preocupados com isso pois julgo que isso é um bom sinal. Significa que a Assembleia tem lugar e que os representantes da população dos Açores têm bom senso ao discutir esta questão despontada por um requerimento do Sr. Deputado do CDS e que depois teve um envolvimento de toda a Assembleia, através de uma das suas Comissões. É um bom sinal e um bom caminho que também deve ser seguido por outras Comissões da Assembleia, relativamente a outras matérias que necessitam de ser aprofundadas, para que não se analise, aqui, apenas execuções financeiras e se saiba quanto se gastou de subsídio nesta ou naquela unidade e depois não se tem ideia dos resultados efectivos e daquilo que aqui se produziu e aqui se fez.

Mas como disse, para abordar este problema, vou ter de citar novamente a lei. É evidente que isso pode provocar desagrado por parte de alguém que prefira que ela tenha um tratamento elástico e que aqui não se recorde. Todavia, parece-me indispensável que se o faça.

Recordaria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que no relatório que agora nos é presente, algumas das razões apontadas são: sistemática má gestão, situação catastrófica da contabilidade, falta de estudos justificativos do suporte técnico, investimentos duvidosos de utilidade iniciados e sucessivamente abandonados, inexistência dum quadro



técnico de qualidade. Digamos que são problemas, todos eles na minha perspectiva, directamente relacionados com a área da gestão e que têm fundamentalmente a ver com a capacidade técnica de gestão, em alguns casos por parte das pessoas que estiveram à frente dessas unidades e não só destas como de outras da Região, e talvez nas unidades das ilhas mais pequenas a situação possa ser ainda mais grave, porque a escolha entre os cooperantes tem um campo muito mais reduzido em relação às duas maiores ilhas da Região. Portanto, os problemas têm a ver com a gestão e agravaram-se ao longo dos anos por conta desta. E julgo que tem muito a ver com um decreto regional que se aprovou nesta Assembleia, em 1978, que é o Decreto Regional 8/78/A que criou na Região Autónoma dos Açores o Instituto Regional de Apoio ao Sector Cooperativo, vulgarmente conhecido pelo IRASC. Nessa altura dizia-se logo no preâmbulo que "não pode a Região Autónoma dos Açores alhear-se do seu fomento e apoio, por via da criação dum instituto regional". E dizia-se também "para que o movimento cooperativo possa conhecer na Região um incremento apreciável com as consequências económicas, sociais e políticas daí decorrentes".

Ao IRASC atribuíram-se competências. E as principais atribuições eram fomentar a expansão qualitativa e quantitativa do sector cooperativo, nomeadamente nos domínios da produção, comercialização e consumo, zelar pela observância dos princípios cooperativistas, contribuir para a coordenação das respectivas actividades com vista a melhorar as condições sócio-económicas da Região.

E depois, ao nível das competências, eu apenas leria algumas, pois elas são muito específicas. Mas posso referir, por exemplo, as de difundir trabalhos efectuados, que têm um interesse para a formação, desenvolvimento e funcionamento das cooperativas; promover a formação dos dirigentes e quadros técnicos do sector (esta era uma atribuição especialmente importante do IRASC); propor as medidas e a legislação adequadas relativas ao financiamento, crédito, assistência ao sector e emitir pareceres sobre contratos de desenvolvimento e contratos-programa para os diferentes ramos cooperativos, promovendo a sua interligação; prestar assistência técnica e jurídica ao sector; exercer funções consultivas; colaborar com os diversos serviços no apoio aos vários

ramos do sector. Estas eram atribuições do IRASC que, rigorosamente, temos de ver que afinal nunca funcionaram. E é preciso não esquecer que o Instituto Regional de Apoio ao Sector Cooperativo é um órgão, que tem órgãos designados pelo Governo Regional dos Açores.

Na altura em que o decreto foi criado, a direcção era composta por membros que eram designados por despacho dos Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas e do Comércio e Indústria de então.

Mais tarde, pela constatação de que este Instituto não funcionava - repare-se que este Instituto tem cerca de 13 para 14 anos de vida - foi feita uma alteração, que foi feita pelo Decreto Regional 16/81/A, portanto estamos neste caso com uns 10 para 11 anos. E o que é que se alterou nessa altura?

Como isto não funcionava, porque a dependência deste sector era das Secretarias Regionais do Comércio e Indústria e da Agricultura e Pescas, então arranjou-se uma solução que, na altura, parecia milagrosa. Alterou-se o seu artigo 1º dizendo que o IRASC passava para a dependência da Presidência do Governo Regional. E fez-se ainda mais alguma coisa, ou seja, a direcção continuou composta por três membros que passaram a ser nomeados por despacho do Presidente do Governo Regional e o conselho coordenador, obviamente que continuou a existir em termos e moldes que envolviam diversas Secretarias do Governo Regional dos Açores. E mais: criou-se nessa também um novo artigo, ou uma nova alínea no artigo 3º, que dava a possibilidade - repare-se que foi há 10, 11 anos atrás - de requerer junto do Tribunal Territorial competente, a dissolução das cooperativas que não respeitassem no seu funcionamento os princípios cooperativos que "se desviem do objectivo expresso no acto da constituição nos estatutos, que utilizem meios ilícitos para a prossecução do seu objecto ou que procurem através de forma cooperativa alcançar benefícios que de outra maneira não teriam direito". Ou seja, criou-se esta lei, alterou-se a mesma, tudo isto tem para cima de uma dezena de anos e agora, olhando para o sector cooperativo, vêmo-lo neste estado caótico. E depois constatamos que muito disto tem a ver com a falta de formação dos cooperantes.

Temos, pois, de concluir, perante o

incômodo de quem não gosta de ver falar muito na lei e esta minha insistência à volta dela - que é uma coisa que eu respeito porque habituei-me a isso e esperava que toda a gente o fizesse, particularmente aqueles que têm especiais obrigações nessa matéria - mas como ia dizendo, fico preocupado porque concluo que enquanto tivermos lei de papel e enquanto mudarmos as competências de um lado para o outro fazendo-as subir, acabamos indo ter ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores que ficou com esta competência para uma dinamização mais de cúpula e, na prática, foi outra matéria que acabou não sendo tratada, nem pelos de baixo, nem pelos que estavam mais acima.

Lamento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que todas as discussões vão dar ao mesmo sítio, mas na prática eu não vejo maneira de evitar isso. Porque afinal a responsabilidade vem sempre do mesmo sítio. Assumir cada vez mais competência, depois em termos de exercê-la, rigorosamente nada!

É uma pena que o IRASC não tenha funcionado, efectivamente, pois se tivesse talvez hoje a situação nos Açores fosse diferente.

Além disso, não é apenas a situação da UNILEITE e da UNICOL que receio. E desde já gostaria de dizer que é preciso encontrar uma solução, entendo que vamos no caminho e na preocupação que existe de procurar resolver e esse caminho há-de ser encontrado. Mas da maneira que as coisas estão receio que, amanhã, não possam haver muitas mais UNICOL ou UNILEITE. E então, nessa altura, a nossa preocupação será maior.

Deixaria, portanto, nesta matéria, um alerta, isto é, para que se faça alguma coisa enquanto é tempo, para que outras não cheguem ao estado que esta chegou, se é que algumas já não estão nessa situação.

Gostaria de congratular-me pelo facto de o Governo ter ajudado as cooperativas. Eu não tenho dúvida que o Governo tem procurado subsidiá-las, que tem procurado ajudá-las nas suas situações difíceis; que lhes procura construir até fábricas, etc.. Mas receio que nesta matéria possa acontecer uma coisa que vulgarmente se transforme no seguinte:

"Se calhar, está-se dando um peixe, mas não se está ensinando a pescar". De modo que gostaria de deixar esta preocupação aqui. Talvez seja bem mais útil, em vez de dar dinheiro às cooperativas, ensinar

os cooperantes a gerirem as suas cooperativas. E este assunto talvez possa ser aplicado a muitas das coisas que nesta Região se estão apoiando e fazendo.

Quando vejo fechar alguma padaria; quando vejo fechar algum restaurante, ou algum hotel; quando vejo apoiar estas e muitas outras coisas, frequentemente tenho uma preocupação que cada vez é mais comum, ou seja, talvez se esteja apoiando investimentos que depois se traduzem em construções de natureza física, mas talvez não estamos construindo nessas empresas, nessas cooperativas, uma estrutura humana capaz de suportar a estrutura física e de fazer com que ela renda e seja realmente uma unidade de desenvolvimento. Porque o desenvolvimento não é apenas construir os edifícios, e depois não haver massa ao nível da gestão e ao nível técnico capaz de dar vida e de rentabilizar esses investimentos que afinal envolveram muitos recursos, que nalguns casos são da Europa, mas que também são nossos e que também são dos próprios investidores. E por vezes, esses investidores não têm consciências da sua falta de formação para poderem gerir, realmente, esses investimentos.

Queria deixar, aqui, esta reflexão, porque veio a propósito desta outra matéria e julgo que é aplicável a muitas áreas. Vamos fazer, em termos de futuro, um esforço grande para duas coisas: por um lado, para que a lei não seja apenas de papel, que se cumpra, para que os instrumentos que criámos venha a funcionar e não sejam apenas para colocar pessoas a quem se atribui, posteriormente, um título e, por outro lado, nos locais atribuídos, tenha-se em conta que eles têm de ser dados e é preciso colaborar para que eles sejam rentabilizados, não se tornando apenas injeções de capital que vão umas atrás das outras, não resolvendo nada porque não foram criadas as raízes e as bases para o desenvolvimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

**Deputado Francisco José Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar por onde acabou o Sr. Deputado Renato Moura. Ou seja, tudo o que hoje aqui foi feito no sentido de resolver os problemas das cooperativas, no caso concreto a UNICOL e a UNILEITE - porque há muitas mais nesta Região em situações

também difíceis - provém da situação da gestão das próprias empresas.

A pessoa é nomeada para presidir a uma cooperativa, não tem a dimensão da sua própria capacidade e "arma-se" em gestor. Resultado: é o que aconteceu à UNICOL e o que acontecerá aos outros. Mas isso, e neste caso concreto, não aconteceria se os seus sócios e os seus agricultores contratassem alguém capaz de a gerir. Os agricultores podem dizer: "Bem, e os nossos dinheiros? Entregá-lo a gente estranha"? Se alguém desconfia, há auditorias.

No entanto, eu punha desde já o aviso de que o saneamento de empresas dessas deve começar pela própria gestão das mesmas.

Eu julgo que muita gente, ao ouvir as explicações do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, sentiu algum "alívio". Para quem conhece o sector isto é só "pôr um adesivo". Porque há que ver o problema das cooperativas, ver como é que elas estão, porque está a montante e a juzante delas. Amanhã não sei se as cooperativas virão aqui dizer que é preciso mais mil e não sei quantos contos, porque o produto que recebem para depois fazer os seus próprios, não tem a qualidade pretendida para poder competir seja onde for e com quem for. E todos nós também sabemos que as mesmas cooperativas - e ao longo do tempo isso é notório - têm um problema muito grave em relação aos ditos industriais. Ou seja, o problema comercial; a capacidade de penetrar no mercado que, normalmente, esses industriais têm a possibilidade de o fazer.

Portanto, eu penso que não se trata só de resolver o problema das cooperativas dando-lhes para isso o dinheiro. É pensar em lhes arranjar um sistema de comercialização para que, pelo menos nesta área, o assunto fique resolvido.

Em relação ao que vem antes, esta Câmara tem graves culpas - e todos devem bater muitas vezes com a mão no peito, mesmo que não sejam católicos - porque ao longo destes anos, pouco ou nada fizeram para que se modificasse a questão. Eu ontem já dizia que era Deputado, mas antes era agricultor e vou voltar a sê-lo! E tenho observado este processo ao longo dos anos e dos "réus" apontados pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, faltaram dois: esta Assembleia que nunca se empenhou muito para que fossem dadas algumas verbas à agricultura - teve essa possibilidade há pouco tempo,

porque teve o Plano na mão e não o fez - por um lado e os agricultores, por outro, que também nunca fomos capazes de encontrar uma unidade que faça parar isto, como há poucos dias foi feito em Bruxelas. Foram para lá aqueles senhores todos e disseram: "Vamos acabar com isto"! E os agricultores foram lá e provaram que não se podia acabar com isto. E a prova disso, aqui na Região, é que há alguns que conseguiram montar cá dentro alguns "lobbies", que têm tido sempre as maiores regalias regionais e vão continuar a tê-las!

Por outro lado, eu sei que existe uma certa boa vontade desta Câmara em resolver este assunto, mas noto que no meio disto tudo ainda houve uma série de "tricas" políticas do género "Quem é o melhor?", "Eu é que apostei mais alto", e isso não diz nada para os agricultores. O que eles querem é que resolvam os problemas concretos e julgo que não são só eles. Também o povo dos Açores em geral.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva

**Deputado Gaspar da Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, gostaria de intervir pela segunda vez, para e sobretudo, prestar alguns esclarecimentos, em face de algumas questões levantadas na sequência da minha primeira intervenção.

Para já é preciso que se diga que ficou bem patente nesta Câmara que todos nós - a Comissão e os Deputados desta Câmara - estamos interessados em resolver todas as questões que são colocadas, desde que devidamente ponderadas, estudadas, não obstante todas as consequências políticas que daí possam advir, temos estado interessados em resolvê-las.

Para além disso, e no que se refere ainda a alguns aspectos do relatório e que de alguma forma foram levantados pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu gostaria de dizer que se, efectivamente, este relatório tem os documentos que os Srs. têm em seu poder em anexo, deve-se em parte a diligências que eu fiz ontem, porque inicialmente, o relatório quando foi distribuído, não tinha esses documentos. E penso que aqui, inclusivamente, o Sr. Presidente da Comissão poderá comprovar que ainda ontem fui ter com ele, alertá-lo para o interesse que teria estar anexo ao relatório todos esses documentos que aí estão.

Portanto, esta não foi uma questão da Comissão. Fui eu que diligenciei isso e por isso, é que hoje os Srs. os têm - que isto fique muito claro. O que é uma prova evidente que nós - Partido Social Democrata - sempre estivemos e estaremos interessados a que o Plenário fique o mais habilitado possível, a poder discutir e a poder dar todas as respostas políticas às questões que se levantam. Além disso, também é importante que se diga que ninguém nesta Câmara é inocente, e que não tivesse feito uma antevisão da situação da UNICOL e da UNILEITE.

E eu pegaria exactamente na última parte da intervenção do meu colega de bancada Francisco José Silva, e diria que o importante é a resolução dos problemas. E para os agricultores o que é secundário são as muitas questões que nós aqui abordamos, em termos políticos, quando ao fim e ao cabo o que eles querem é a resolução dos seus problemas.

Mas é preciso que se diga, também, que ficou claro nesta Câmara, que houve alguma intenção de dar tratamento político menos correcto a outras questões. E que se diga que, ao longo da minha intervenção inicial, eu não referi nenhum aspecto que denotasse o voto contra do PSD. Este relatório foi aprovado por unanimidade e eu frisei isso aqui. Unica e simplesmente levantei uma questão, concretamente, ao Sr. Relator da Comissão - e ele sabe bem por que é que eu a levantei - e ele divagou nas suas explicações, mas compreendo que ele o fizesse pois deveria ter pouco para dizer e então arranjou todo aquele "rosário" de legislação que nós todos sabemos que existe. Porque o Sr. Deputado Albano Pimentel bem sabe que quando eu levantei essa questão em sede da Comissão, mais concretamente na noite de 23 de Janeiro na delegação da Assembleia em Ponta Delgada, a resposta que o Sr. Deputado me deu foi que esta matéria não tinha sido informada à Comissão e que a tinha obtido através do seu compadre Oliveira que era gerente da UNILEITE. Claro que se esqueceu de dizer que ele era seu camarada.

**Deputado Albano Pimentel (PS):** Eu não disse nada disso!

**O Orador:** Disse, sim Sr. E, aliás, estão aqui outros elementos da Comissão que o poderão comprovar.

*(Aparte inaudível do Deputado Albano Pimentel)*

**O Orador:** Ah! O Sr. estava cansado!

Portanto, esta é uma prova evidente que, realmente, o Sr. Deputado por outras vias, obteve uma série de informações.

Com certeza que está no seu direito de as obter. Mas também tem o direito - e uma vez que no dia a seguir ficou de fazer algumas diligências no sentido de confirmar expressamente esse ponto - e no seu dever de fotocopiar toda essa documentação e fazê-la chegar aos outros elementos da Comissão, assim como eu, ontem, achei-me no dever de alertar o Presidente da Comissão para o interesse que teria que todos esses documentos que aqui estão fizessem parte integrante desse mesmo relatório.

Foi esta a questão essencial que eu aqui levantei e, como é óbvio, paralelamente, levantei outros aspectos relacionados com os próprios resultados da sindicância.

Que fique aqui muito claro que foi isso e nada mais do que isso levantado por mim nesta Câmara, porque achei que seria interessante e relevante, uma vez que nós já sabíamos de antemão que outras questões de natureza político-partidária surgiriam e, essas, sim, é que não têm interesse nenhum para o problema em si nem para a resolução dos problemas dos lavradores.

Finalmente e em jeito de ponta final, eu gostaria de referir um outro pormenor em relação à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

E para dizer-lhe que nós já sabemos que quanto menos coisas o CDS tem para dizer, mais o Sr. Deputado gosta de falar. Porque a maneira como o Sr. Deputado pôs todas as questões, com certeza e com a sua "manha" que já é habitual, traduz todo o tratamento político que V. Ex<sup>a</sup> coloca em toda a matéria que traz à colação, por vezes com uma certa ironia e até com alguma graça, contrariamente ao Sr. Deputado Albano Pimentel - reconheça-se isso.

Portanto, nós já sabemos que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro iria levantar uma série de questões mais de natureza política. E obviamente que, ao sabermos dos problemas que no dia-a-dia o CDS enfrenta, é evidente que terá de tratar uma série de questões incidindo essencialmente sobre aspectos do tipo "comando de esquadra", do que o interesse político que as mesmas possam ter.

Esta é uma questão importante que eu não poderia deixar de referir e penso que seria importante referi-la, uma vez

que o Sr. Deputado do CDS enfatizou as questões do Governo, tornou a levantá-las como se o Executivo é que tivesse todas as culpas.

E sobre isso eu não vou acrescentar mais nada, pois a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas foi suficientemente clara para poder esclarecer toda a Câmara sobre essa matéria.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar um pequeno esclarecimento, nomeadamente quando o Sr. Deputado Renato Moura coloca aqui a preocupação da formação profissional e para dizer-lhe que o IRASC já fez algumas acções de formação profissional e o movimento cooperativo está preocupado com esse aspecto - já o demonstrou no último Congresso.

Há, no entanto, algumas dificuldades em arranjar alguns técnicos na área económica para colaborarem com algumas cooperativas, mas também gostaria que o Sr. Deputado compreendesse que da parte do sector há preocupações e, embora as pessoas não tenham essa formação profissional, que é um facto, há pelo menos a preocupação de resolver essa questão, que pode ser uma das grandes queixas do movimento cooperativo.

Quanto ao Sr. Deputado Albano Pimentel, julgo que estamos entendidos. Este assunto que está a ser discutido aqui é sério e todos nós devemos reflectir sobre uma questão referida pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas e também pela Comissão, ou seja, a questão de um documento que a ANIL nos fez chegar. Parece-me que sobre ele a nossa ponderação foi evidente e é claro que o sector industrial tem outras metas e tem outros objectivos que não o sector cooperativo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel para uma segunda intervenção.

**Deputado Albano Pimentel (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Muito rapidamente porque a conversa já vai longa, mas há alguns pontos que eu gostava de precisar. E começando pela última intervenção do Sr. Deputado Gaspar

da Silva, eu gostaria de reafirmar que o que ficou combinado na Comissão foi que eu ia confirmar se existiam ou não os documentos em relação às informações que eu transmiti oralmente. Não ficou combinado, nem era necessário, eu facultar esses documentos aos Srs. Deputados, até porque pelos vistos, o Sr. Deputado Gaspar da Silva arranhou os documentos através do Governo e também não fez nenhum esforço para nos dar. Portanto, Sr. Deputado, se eu tivesse combinado isso eu teria cumprido.

Naqueles dias estávamos todos muito cansados, mas lembro-me do Sr. Deputado Gaspar da Silva queixar-se que estava muito cansado e estava efectivamente, porque entendeu mal ou baralhou, pois a afirmação que eu fiz em relação a informações paralelas não era em relação a este caso concreto. E, aliás, foi deselegante da sua parte, estar aqui a citar nomes, mas isso não é importante para o assunto em questão.

De qualquer maneira gostava de responder com a minha pouca graça, em relação ao que disse o Sr. Deputado, ou seja, que uns Deputados têm mais graça e outros menos.

Eu acho que os Deputados valem não pela graça que têm, mas por aquilo que dizem. E eu estou a falar muito a sério desde o início desta discussão, porque às vezes é mais fácil dizer coisas sérias brincando, do que dizer coisas a brincar falando duma maneira séria, como o Sr. Deputado fala. É o meu estilo. Não estou brincando; quando brinco sei brincar, tem graça, e não falo em "comandos de esquadra" que são coisas deselegantes e que não têm piada nenhuma e portanto deixava para os restantes membros do Plenário, essas considerações sobre quem é que é mais engraçado. Não se trata de nenhum concurso de graças.

Vamos à parte que interessa, concretamente em relação à intervenção do Sr. Secretário.

Eu gostava de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não foi minha intenção culpabilizar o Governo de tudo quanto está mal, aliás, já tive oportunidade de dizê-lo publicamente.

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Gaspar da Silva, é que eu tive que chamar a atenção para essa documentação e a série de resoluções que intervencionava a UNILEITE, não só no sentido de dizer que o Governo tinha alguma culpa, como também e principalmente, dar informação à Câmara - lendo e transcrevendo parte do que estava lá escrito - de que

as preocupações que nós trazemos agora, existiam já há 14 anos por parte do Governo. Há 14 anos que sabiam e tinham as preocupações, nomeadamente em relação à UNILEITE, à respectiva situação económica bem como a sua gestão. Não era nenhuma novidade e foi nesse sentido, também, que eu li parte das resoluções que foram feitas ao longo do tempo sobre a UNILEITE.

Que o problema é complexo, nós sabemos e julgo que o Sr. Secretário sabe melhor que nós. Mas, ao longo do tempo que estivemos a trabalhar nisso, ficámos com a noção da complexidade do problema; da impossibilidade de haver saídas milagrosas ou de rápida solução, das dificuldades que qualquer pessoa enfrentaria - sem tentar fazer agora todo o historial - para resolver o problema; das dificuldades que o Sr. Secretário, obviamente tem, dentro do seu Governo, para fazer passar determinadas ideias, porque é natural que isso aconteça, não é criticável.

O Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento ainda há pouco dizia-me que eu sendo funcionário das Finanças devia querer "apertar" e não dar mais dinheiro. É claro que foi um gracejo, mas percebo que a sua função é, de facto, mandar dinheiro. E a dos outros Secretários é tentar obtê-lo. Espero que, desta dialéctica, as cooperativas não saiam prejudicadas.

Em relação ao documento da ANIL que o Sr. Secretário citou, nós tivemos-lo em conta. Foi um documento que nos preocupou a todos, mas também acho que qualquer Governo que se preze, não pode estar sujeito a chantagens, sejam elas da ANIL, dos lavradores ou das uniões de cooperativas, porque senão abdica da sua função de Governo.

Deve olhar atentamente para o documento, deve pesá-lo, considerá-lo, analisando os riscos, mas não deve ser determinante para as posições a tomar, qualquer tipo de chantagem venha ela donde vier. Portanto, julgo que este é também um entendimento do Sr. Secretário, não faria sentido se fosse noutra altura, porque se algo que eu reconheço ao Sr. Secretário como qualidades dele, elas são a habilidade e a coragem; quanto à primeira, já a demonstrou aqui muitas vezes e a coragem é aturar a agricultura e ocupar esse lugar há tanto tempo - que é difícil.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

O Orador: Para terminar, eu gostava de precisar que penso que o Sr. Secretário

respondeu duma maneira muito vaga; gostava que nos dissesse, se for possível (e se não for possível que nos diga também) quando é que o problema vai ser resolvido. Como é que o Sr. Secretário acha que ele vai ser resolvido? Se a sua posição coincide com a dos resto do Governo?

E gostaria que desse a esta Assembleia uma determinada perspectiva de prazos. Porque, como nós, o Sr. Secretário também reconhece a urgência, logo isto é um assunto que, frequentemente, deve ter sido abordado em plenários do Governo.

Quando é que o Sr. Secretário prevê que isto seja resolvido? Acha que esta situação se pode protelar mais? Até quando?

Gostava que nos desse uma informação mais concreta, embora reconheça a sua habilidade, acho que neste caso não é questão para se utilizar a habilidade, mas sim de honestidade e de sinceridade. Acho que o Sr. Secretário tem de dizer-nos qualquer coisa sobre isso, não pode ficar-se pela matéria vaga.

Em relação a outra pergunta que ficou por responder, e lamento que não estejam aqui presentes os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Obras Públicas e da Economia, é em relação ao apoio do Governo e eu posso ler um pequeno excerto da notícia: "O custo do novo empreendimento de lacticínios da Covoada estará orçado em 560 mil contos, tendo sido participado pelo SIBR em 250 mil contos".

Gostaria de saber se isto é verdade e se tem conhecimento que os seus colegas de Governo, há cerca dum mês, negaram esta evidência e disseram que estavam em desacordo. E se isto radica nessa dúbia situação de não se saber onde é que começa o IPA e a Secretaria Regional da Economia.

Quem é que manda em quem?

Era só isto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Espero que a minha resposta não seja classificada ou adjectivada de "habilidosa" pelo Sr. Relator da Comissão.

Em primeiro lugar queria rabuscar a intervenção de Sua Ex<sup>a</sup> o Sr. Presidente da Comissão, para comentar o seguinte:

Quando V. Ex<sup>a</sup> refere a participação da lavoura neste processo, e até refere

"nem que fosse simbólica" (estou a citá-lo) eu queria dizer que no caso da lavoura de S. Miguel, ela já não é só simbólica. Há um compromisso assumido claro, por escrito, de que a lavoura daquela ilha implicada no processo da UNILEITE, cede um mês de leite. Estaremos a falar em cerca de 100 mil contos. Portanto, no caso concreto de S. Miguel, a lavoura afecta à UNILEITE, tomou no terreno concreto das coisas esta posição.

Por outro lado, também queria esclarecer o Sr. Deputado Paulo Valadão de que a indústria privada não é só contra a concessão de subsídios a fundo perdido do Governo Regional. É também contra a entrada de qualquer dinheiro fresco para o capital social. Portanto, a sua sugestão, que é uma habilidade contabilística, chamemos-lhe assim, não é colhida pela indústria privada.

Obviamente, Sr. Deputado Albano Pimentel, V. Ex<sup>ª</sup> compreenderá que eu não cedo a chantagens desse tipo.

Por último e em relação à posição do Governo que, aliás, esteve reunido recentemente e debruçou-se sobre esta matéria, concretamente e o mais rapidamente possível - perdoe-me se não lhe digo o dia exacto - o Governo entrará com dinheiro, no sentido de resolver parte dos atrasos do pagamento à produção e paralelamente fará funcionar, em conjunto com as unidades - UNICOL e UNILEITE - e com dois representantes, sendo um da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e outro da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, o contacto imediato, liderando este processo com os credores para renegociar tudo aquilo que, objectivamente, está contido na vossa resolução. Esta é a questão concreta.

A outra pergunta concreta e em relação ao leite UHT, tanto quanto sei, trata-se dum projecto apresentado ao IIPA, para efeitos de financiamento no SIBR - que eu saiba. Deixo aqui a ressalva e que me perdoem se por acaso estou errado. Mas que eu saiba esse projecto não foi aprovado. Pessoalmente entendo que seria muito difícil justificar economicamente esse investimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

**Deputado José Gabriel Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas das questões que eu pretendia

colocar já foram postas pelo meu colega de bancada. No entanto, eu queria dizer que isto é um problema que já se arrasta há bastante tempo e em Santa Maria, aquando do Congresso da Agricultura, o Sr. Secretário afirmou publicamente que, e cito: "estaria para breve a resolução de alguns problemas mais graves com que se debate o sector cooperativo".

Logo a seguir, era um dirigente associativo da Terceira que afirmava perante a televisão, e cito novamente: "em contactos com o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, este afirmou que vai resolver em breve o problema da UNICOL".

Ora, o problema - por aquilo que se tem estado aqui a debater e pela conclusão a que chegou o próprio relatório da Comissão - não se resolve assim "do pé para a mão", segundo já se concluiu aqui.

Penso que afirmações desta natureza (vagas) confundem as pessoas.

Na altura, toda a gente se interrogava e dizia-se: "Ah, então agora vai-se resolver, vão pagar dois meses de leite. Como é que vai ser"? Enfim, aqueles que puderem imaginem-se na situação das pessoas que têm os pagamentos do leite em atraso, que estão aflitos, que estão à espera duma solução e depois, de certa forma, são enganadas com afirmações do género. E em relação a essas afirmações não se viu da parte do Sr. Secretário um desmentido, no sentido de dizer que isso não era um problema tão fácil de resolver e que teria de ser objecto dum outro tratamento.

Quando, ao terminar, o Sr. Secretário afirma que o Governo entrará com dinheiro para resolver os problemas do atraso à produção e que se irá desencadear o processo de renegociação da dívida das cooperativas, simultaneamente, eu diria que é uma solução que tem de ser efectuada rapidamente, para que as pessoas possam resolver alguns compromissos da sua vida.

Quanto ao que disse o Sr. Deputado António Silveira, eu gostaria de dizer-lhe que o que eu afirmei aqui, ontem, foi que me congratulava com a intervenção proferida pelo Sr. Deputado Francisco José Silva que, aliás, vem na sequência daquilo que eu aqui venho afirmando, desde 1989. E foi o próprio Sr. Deputado que eu acabei de referir que há pouco dizia que, infelizmente, esta Assembleia interessou-se pouco pelos problemas da agricultura. Isso dá-me razão.

Era só.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para reafirmar o que o meu colega da Agricultura e Pescas disse, ou seja, que existe da parte do Governo todo o interesse em participar activamente na resolução deste processo, que é uma questão complexa.

O Governo tem plena consciência e sabe avaliar o peso estrutural de todas as variáveis que estão em jogo, nomeadamente nesse sector de actividade, e nesse sentido, vai dar o melhor de si.

Quero, porém, que fique aqui bem claro que o Governo Regional não é nem pode ser uma espécie de seguro contra todos os riscos da actividade económica. O Governo Regional é um parceiro, tem a sua quota de responsabilidade, quer participar, mas não é um seguro contra todos os riscos da actividade económica. Por conseguinte, que isso fique aqui bem claro e é nesse espírito que nós vamos trabalhar e cooperar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que não parem dúvidas nesta Câmara, eu tenho de dizer que o trabalho desta Comissão é um trabalho de todos os Deputados. Foi feito com consciência e motivou-me sempre a preocupação de haver um relatório aprovado por unanimidade, porque a força desse mesmo relatório, é com certeza muito mais importante do que o relatório não aprovado por unanimidade, onde as facções começariam a degladiar-se. Felizmente, e eu tenho que agradecer a todos os Deputados que fazem parte da Comissão - embora existam problemas - limaram-se as arestas de tal modo que foi possível a uma comissão que tem 4 deputados do PSD, 2 do PS, 1 do CDS e outro do PCP, apresentar um relatório por consenso, o que de facto é importante, atendendo à problemática que envolve o sector.

Gostaria de dizer que quando me referi ao simbolismo, não era sob o ponto de vista quantitativo. Eu sei que em S. Miguel 100 mil contos não é apenas simbólico, mas para o lavrador, homem - no fundo, a preocupação e causa fundamental do que nós estamos aqui a falar - o facto de ele colabo-

rar com 1.000 ou 100 mil é importante, porque é simbólico. Simboliza a sua força, o seu empenhamento e a sua presença e até pode simbolizar o seu triunfo e o futuro - isso é que é importante.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**Deputado Borges de Carvalho (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas questões, isto é, uma suscitada pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas e outra suscitada pelo Relatório da Comissão e já muito falada por alguns Deputados.

Em primeiro lugar, devo referir que estou de acordo com aquilo que diz o Sr. Secretário, na generalidade. Mas a questão que eu gostaria de referir aqui é relativamente à última preocupação que o Sr. Secretário levanta, quanto à intervenção da iniciativa privada no sentido de levantar algumas dificuldades quanto à solução que está gizada aqui nesta Assembleia e pelo próprio Governo. Eu penso que só têm razão, aparentemente. E por quê?

Todos nós sabemos que, constitucionalmente, temos os sectores privado, público e cooperativo. São sectores perfeitamente independentes; mas enquanto no sector privado, o sector público não tem qualquer responsabilidade porque essa é exclusiva do privado, no sector cooperativo já não se passa assim. E ao longo deste debate, nós verificámos, perfeitamente, que todos os que estão aqui - Governo e Assembleia - têm responsabilidades neste processo. Porque responsabilidade não é só por acção: é também por omissão. E ficou amplamente provado, aqui, que o sector público tem responsabilidades por omissão.

Em determinado momento deste processo, e relativamente a uma empresa (a UNILEITE) tem responsabilidades por acção, porque, inclusivamente, chegou a tomar medidas normativas, não as concretizou. E aí, tem responsabilidades por acção. Mas nos restantes processos tem graves responsabilidades por omissão. E aqui, insere-se, talvez, o serviço prestado por esta Assembleia, neste momento, só que peca por ser tardio. E aí também nós somos responsáveis. E esta não podemos, face a esta responsabilidade, estar a assumir e a pensar nela com o Governo A, B ou C. Isto é uma responsabilidade da Região que apenas e tão só, este Governo vai ter que executá-la neste momento. Mas é uma responsabilidade que a Região



assumiu, ao longo destes anos e agora é impulsionada e obrigada a solucioná-la.

E é nesta perspectiva que me parece que pelo facto de haver responsabilidade pública, é que há que intervir. E a privada não tem que encarar esta intervenção como concorrencial. A iniciativa privada devia ter assumido essa atitude quando os verdadeiros responsáveis por esta situação - muito bem referido aqui pelo Sr. Secretário - não estão a ser responsabilizados. E isso é muito mau.

Mas em minha opinião, nesta Assembleia também não se relevou devidamente, os verdadeiros responsáveis por esta situação. Os verdadeiros responsáveis não são os cooperantes, não são os lavradores. São quem geriu esta situação ao longo destes 14 ou 15 anos...

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** ...e que muitas vezes utilizaram métodos menos correctos para atingirem a referida gestão. E toda a gente sabe disso e por isso mesmo me parece que o documento que veio aqui à colação nesta discussão, não nos deve preocupar excessivamente. Deve constituir uma preocupação porque, amanhã, pode a Região estar confrontada com alguma situação dessas que levará à defesa da mesma, mas em nossa opinião, adiantamos desde já, que a Região terá defesa nessa matéria.

Por outro lado, e é a última questão, parece-me que está relevada, excessivamente, quer no relatório quer neste debate, a responsabilidade dos lavradores e dos cooperantes.

Não concordo de modo algum com isto, porque eles têm alguma responsabilidade e, sabem qual é? E confiarem excessivamente nos outros, que leva a esta situação. E confia, excessivamente, quem é sério e quem é honesto. E a maior parte desses homens é séria e honesta e por confiarem de mais é que agora são as grandes vítimas.

O contributo que eles deram, e no caso da Ilha Terceira, não foi só de 100 mil contos.

Façam as contas, ao longo de meses e meses meio milhão de contos está fora do respectivo bolso de quem tem direito a eles e irem buscar à banca e o que é que isso representa? Representa muito mais de 100 mil contos. E essa parte nunca lhes será ressarcida, nem está em causa neste momento. Mas é o grande contributo que eles estão dando em estar a persistir,

em acreditar no sector cooperativo, porque ele é essencial para o desenvolvimento desta Região. E tanto é essencial, que nós estamos aqui a reconhecer que é necessário fazer com que ele não vá à falência.

E o facto desse processo ter vindo à Assembleia Regional, é extremamente importante, porque o sector cooperativo tem dificuldades não só nestas duas unidades. E se não se tiver atenção para o sector cooperativo, a responsabilidade e a dificuldade vão ser acrescidas dentro de pouco tempo.

Por isso, julgo que nós devemos ter também uma atitude pedagógica, no sentido de que hoje já não se pode confiar tanto.

Finalmente, gostaria de dizer que receio que o excesso de confiança leve a que esta Região e respectivo desenvolvimento económico, seja posto em perigo. E por outro lado, acho que é fundamental que seja definido, muito claramente, em que termos deve ser feito o investimento, porque o que disse o Sr. Secretário e que foi levantado, é que há investimentos paralelos a essas duas unidades e ao sector lácteo que não só podem pôr a questão da inviabilidade desse mesmo investimento, como também - e aí é que está o grande problema - pode inviabilizar o resto.

Assim, é preciso estabelecer-se regras gerais do jogo, a que todos têm que se submeter, para que o interesse geral seja salvaguardado e o desenvolvimento não seja posto em causa.

**Presidente:** O Sr. Deputado José Gabriel Lopes faz-me sinal, pedindo a palavra. Só que o Sr. Deputado já usou da palavra duas vezes. No entanto, talvez possa usar a figura regimental do pedido de esclarecimento.

**Deputado José Gabriel Lopes (PS):** E para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para prestar um esclarecimento.

**Deputado José Gabriel Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria apenas fazer algumas considerações em relação à intervenção do Sr. Deputado Borges de Carvalho, ou seja, em relação à participação dos lavradores.

A lavoura da Terceira, além dos 500 mil contos que tem tido em atraso durante vários meses, há cerca de 6 anos a esta parte, recebe por litro de leite menos cerca de 2\$00 do que o montante recebido pela lavoura de S. Miguel. Fazendo as contas,

mesmo por alto, deve andar pelos 400 mil contos.

Portanto, nesta matéria, a lavoura terceirense participou mais do que ninguém.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

**Deputado Francisco José Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra apenas para dizer que, quando fiz a minha intervenção, não tive o poder de me explicar, mas gostaria de dizer ao Sr. Deputado Borges de Carvalho que não há nenhum agricultor nesta Região que não subscreva tudo aquilo que eu aqui disse, porque tudo aquilo é verdade.

Obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções sobre a matéria deste relatório, vamos fazer um intervalo de 15 minutos, durante o qual eu pediria aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, ao Sr. Deputado Paulo Valadão e ao Sr. Deputado Independente que nos reuníssemos na Sala da Mesa.

(Eram 18.30 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 19.15 horas)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Relator da Comissão dos Assuntos Sociais para ler o respectivo relatório.

**Deputado Luís Filipe Cabral (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais a que se refere o artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

Ante-período legislativo  
de Janeiro de 1992

### Capítulo I

#### Introdução

1. A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais é composta pelos seguintes Deputados:

a) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Adelaide Teles
- António Varão
- Borges de Carvalho
- José Carlos Simas

b) Do Partido Socialista (PS)

- Fernando Fonte
- Luís Filipe Cabral
- Lisete Silveira

c) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo Valadão

2. A Comissão reuniu nos dias 14 e 15 de Janeiro de 1992, na Delegação de Angra do Heroísmo da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para eleição da Mesa que ficou assim constituída:

**Presidente:** Fernando Fonte

**Relator:** Luís Filipe Cabral

**Secretário:** Adelaide Teles

### Capítulo II

#### Exercício de competência

A Comissão emitiu parecer sobre:

- Projecto de Decreto-Lei que aprova o regime de contratos administrativos de fornecimento e transpõe para a ordem jurídica interna as directivas nºs. 77/62/CEE e 88/295/CEE Regº nº 455/89.

### Capítulo III

#### Trabalhos pendentes

A Comissão não tem trabalhos pendentes.

### Capítulo IV

#### Programação de trabalhos

Dando sequência à metodologia até agora seguida, no sentido de efectuar visitas a todas as ilhas da Região, a Comissão aprovou o seguinte programa de actividades:

- 4, 5 e 6 de Março: visita à Ilha de S. Miguel (Empreendimento do Hospital de Ponta Delgada).

- 13, 14 e 15 de Maio: visita à Ilha do Pico.

- 2ª semana de Junho: visita à ilha do Faial e Corvo.

- 1ª semana de Setembro: visita à Ilha Terceira.

Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Angra do Heroísmo, 15 de Janeiro de 1992.

O Relator, Luís Filipe Cabral.

Aprovado por unanimidade.

O Presidente, Fernando Fonte.

**Presidente:** Não havendo intervenções sobre este relatório, passárfamos ao Relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais.

Tem a palavra o Sr. Relator.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão Especializada Permanente dos Assuntos Internacionais ao abrigo do artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

Ante-período legislativo  
de Janeiro de 1992

## I

A Comissão Permanente dos Assuntos Internacionais, reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Angra do Heroísmo, nos dias 13, 14 e 15 do mês de Janeiro de 1992.

A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados:

Pelo **Partido Social Democrata (PSD)**

- Deputado Borges de Carvalho
- Deputado Manuel Valadão
- Deputado Luís Bastos
- Deputado José Carlos Simas

Pelo **Partido Socialista (PS)**

- Deputado Dionísio de Sousa
- Deputado Rogério Serpa
- Deputado Hélio Pombo

Pelo **Centro Democrático Social (CDS)**

- Deputado Alvarino Pinheiro

A Comissão dos Assuntos Internacionais iniciou a sua reunião no dia 13 de Janeiro pelas 15 horas tendo estabelecido a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa.
2. POSEIMA e sua regulamentação.
3. Análise da situação laboral dos trabalhadores das FEUSAÇÕES.

## II

Quanto ao primeiro ponto da agenda de trabalhos, procedeu-se à eleição da nova Mesa da Comissão tendo esta ficado assim constituída:

Presidente: Deputado Borges de Carvalho (PSD)

Relator: Deputado José Carlos Simas Raposo (PSD)

Secretário: Deputado Hélio Pombo (PS)

No que concerne ao segundo ponto da agenda dos trabalhos programados, entendeu a Comissão ouvir o Secretário Regional da Agricultura e Pescas tendo este feito uma exposição sobre os trabalhos em curso de regulamentação do Programa POSEIMA.

Sobre esta matéria o Secretário Regional da Agricultura e Pescas informou a Comissão dos Assuntos Internacionais que a Comissão das Comunidades assumiu o compromisso de fazer a regulamentação técnica no que respeita às medidas agrícolas, para Julho do corrente ano, o que trará significativos apoios para a economia regional, nomeadamente, nas áreas da produção pecuária.

A atribuição de um subsídio aos agriculto-

res está neste momento a ser discutida em Comissão Técnica prevendo-se que, em Fevereiro, haja um documento final a ser apresentado para decisão na Comissão da Comunidade.

Foi também salientado pelo Secretário Regional da Agricultura e Pescas o facto de, no caso concreto dos cereais, designadamente, a cevada e trigos panificáveis e em antecipação das medidas preconizadas no POSEIMA, já terem preços na Região Autónoma dos Açores inferiores aos do Continente em cerca de 11\$00 por kg., a praticar em igualdade de circunstâncias em todas as ilhas.

Relativamente ao subsídio a atribuir aos produtores, será igualmente do mesmo valor em todo o arquipélago, sendo certo, que o subsídio é ponderado pela situação mais desfavorecida dentro da Região.

Por último o Secretário Regional da Agricultura e Pescas informou esta Comissão que, no próximo dia 24 de Janeiro, haverá em Bruxelas uma reunião que terá por objectivo discutir todas as medidas deste dossier.

## III

Finalmente, em referência ao último ponto da agenda de trabalhos, a Comissão dos Assuntos Internacionais ouviu uma exposição da Comissão de Trabalhadores das FEUSAÇORES (C.R.T.), a qual deu conta da situação que actualmente se vive, relacionada com o processo de despedimento de 95 trabalhadores.

Os membros da C.R.T. procederam a uma exposição concreta da situação actual, tendo realçado o facto de neste momento dos 95 trabalhadores despedidos 15 já se encontram de novo a trabalhar por conta das FEUSAÇORES, prevendo-se para breve a solução de mais 15 casos.

De realçar ainda que 10 trabalhadores acordaram a rescisão do contrato pelo que ficarão por solucionar 45.

O Presidente da C.R.T. informou a Comissão das diligências efectuadas em Lisboa, tendo realçado a actuação do Ministro da República e Centrais Sindicais. Referiu ainda que, em opinião da C.R.T., deveria ter havido maior empenhamento por parte de algumas entidades regionais.

Referiu a C.R.T. o facto de ter sido pedido ao Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos apoio financeiro para fazer face aos pagamentos dos salários aos trabalhadores despedidos.

Foi também informada a Comissão de que neste momento existem 282 trabalhadores civis norte-americanos a prestarem serviço na BA 4, sendo os vencimentos auferidos por estes duas a três vezes superiores dos que são pagos aos trabalhadores portugueses.

A situação de alguns daqueles trabalhadores civis norte-americanos, além de constituir um desrespeito pelo acordo laboral, viola a lei do emprego de estrangeiros em Portugal.

Nesta conformidade a Comissão dos Assuntos Internacionais é de parecer que o Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores deveria tomar as seguintes medidas:

1 - Recomendar ao Governo Regional que, através da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, atribuisse um subsídio reembolsável à C.R.T e Sindicatos que estão adiantando verbas por conta dos ordenados que os trabalhadores envolvidos em processo de despedimento têm direito.

2 - Recomendar que o Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores tome uma posição no sentido de chamar à atenção da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos para que em colaboração com o Comando Aéreo dos Açores fiscalize e tome medidas adequadas para que seja regularizada a situação de trabalho de civis norte-americanos na BA 4 em consonância com a legislação em vigor.

3 - Recomendar que o Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores manifeste o seu desagrado pelo facto dos trabalhadores das FEUSAÇORES não terem recebido o aumento salarial referente ao ano de 1991 e, que sejam encetadas as diligências necessárias para que os trabalhadores recebam de imediato o referido aumento.

4 - Recomendar que o Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores manifeste o seu profundo desagrado pelo facto do Comando Americano desrespeitar sistematicamente as decisões da Comissão Arbitral.

5 - Recomendar, finalmente ao Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores que delibere manifestar a sua discordância quanto ao processo de despedimento dos trabalhadores da Base Aérea das Lajes por parte do COMUSFORAZ, dado que tal processo constitui violação do acordo laboral em vigor e um grave desrespeito pelo Estado Português.

Angra do Heroísmo, 15 de Janeiro de 1992.

**O Relator, José Carlos Simas.**

Aprovado por unanimidade.

**O Presidente, José Adriano Borges de Carvalho.**

**Presidente:** Relativamente à matéria deste documento que acabámos de ler, deu entrada na Mesa um requerimento que é subscrito pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PSD bem como pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PS e que diz o seguinte:

"Os Grupos Parlamentares do PSD e PS tendo em atenção as sugestões da Comissão Especializada de Assuntos Internacionais no que respeita à situação laboral dos trabalhadores da Base das Lajes, atenta a sua relevância, expressa nos pontos 1 a 5 do relatório a que reporta o artigo 123º, do Regimento, requerem a Vossa Excelência que as referidas recomendações sejam submetidas à apreciação e votação do Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores".

Nos termos regimentais, eu ponho este requerimento à vossa consideração e vamos passar a votá-lo.

Os Srs. Deputados que concordam com o teor deste requerimento, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O requerimento foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS votou, naturalmente de forma favorável, o requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PS, porque além de subscritores da proposta de recomendação apresentada pela Comissão dos Assuntos Internacionais, como é do conhecimento desta Assembleia e do conhecimento público, o CDS, inclusivamente em relação a duas delas tinha e tem propostas de resolução pendentes nesta Assembleia, para serem votadas ainda hoje. Exactamente porque, desde logo, deu especial relevo a essa matéria e colocou-as sob a forma regimental.

Queria até salientar que esta Assembleia votou num destes dias um voto de protesto apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, que trazia uma das recomendações que constavam do Relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais.

Portanto, quero com isto dizer que este voto, mais ou menos secreto, que os Grupos Parlamentares do PSD e do PS mantiveram agora até aos últimos segundos com grande sigilo, para assumirem as recomendações da Comissão, foi tão precipitado e tão mal avaliado que nem teve em conta que uma das recomendações já estava aprovada por esta Assembleia. Ou seja, aprovaram duas vezes uma matéria que já constava do respectivo relatório.

Queríamos lamentar - com toda a sinceridade e com toda a frontalidade que essas coisas envolvem - junto das Direcções dos Grupos Parlamentares do PSD e do PS que consideramos no mínimo deselegante e nada conforme com as regras de prática corrente de bom relacionamento entre os grupos parlamentares desta Assembleia, que apresentem requerimentos sobre uma matéria em relação à qual estávamos plenamente de acordo, aliás, tínhamos trocado impressões com o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD numa conversa que tivemos no Grupo Parlamentar do CDS, em que o Sr. Presidente pôs essa hipótese e nós, desde logo, considerámos que se fosse intenção da Assembleia assumir as recomendações da Comissão, nós estaríamos abertos a subscrever essa recomendação tal como, eventualmente, o PCP e o Sr. Deputado Independente que completam o leque do conjunto desta Casa.

Lamentamos, portanto e vamos retirar as nossas propostas de resolução, porque estão prejudicadas com esta votação e fazêmo-lo com satisfação, porque o que nos interessa - e ainda bem que aconteceu - é o facto de a Assembleia ter assumido aquelas recomendações.

Mas não podemos deixar (e pedimos desculpa por isso) de traduzir a mágoa a um comportamento que consideramos menos correcto, por parte, sobretudo, do Grupo Parlamentar do PSD, que já tinha falado connosco sobre essa matéria, e também o nosso protesto relativamente à atitude do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD, em relação ao requerimento que subscreveu conjuntamente com o Grupo Parlamentar do PS, votou favoravelmente e fê-lo por duas

ordens de razões.

Em primeiro lugar disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que teria havido uma situação pouco elegante por parte do meu partido quando era do meu conhecimento - e era - que havia duas propostas de resolução que o Sr. Deputado Alvarino aqui quis fazer aprovar ou que ainda pode fazer querer aprovar neste Plenário.

Evidentemente, que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro vem agora dizer que considera deselegante isso da nossa parte, envolvendo também o Partido Socialista.

Eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que o círculo vicioso das suas palavras é que o torna deselegante, porque o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que aqui reconheceu que ao fim e ao cabo o nosso requerimento conjunto mais não era do que aquilo que já estava aprovado pela Comissão, entre elas o próprio Sr. Deputado que faz parte dessa Comissão, que a sua atitude é que foi deselegante. Porque sabendo que ele próprio aprovou na Comissão cinco recomendações, vem subrepticamente trazer a este Plenário, duas propostas de resolução em que numa delas traz um dos cinco pontos, na outra traz o segundo ponto das cinco recomendações.

Quer dizer, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, com a subtileza que pensa que tem mas por vezes não tem, vinha apresentar-se não como uma espécie de "gato com o rabo de fora", mas sim como "lobo com o rabo de fora". Porque, efectivamente, quando eu tomei a liberdade de me dirigir ao gabinete do Sr. Deputado do CDS, para tratar deste assunto - e ele tem razão, e é por isso que eu não estou a ser deselegante porque eu não costumo sê-lo - eu chamei-lhe a atenção de que estes dois pontos das propostas de resolução não eram nem mais nem menos do que duas das cinco propostas que já estavam aprovadas pela Comissão. E o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro não me disse que retirava as propostas. Pois se ele me tivesse dito isso, eu tinha-lhe levado o requerimento para ele assinar.

Portanto, se alguém usou de forma sub-reptícia nessa sua atitude, foi V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Deputado, em relação a outra das suas propostas é que me disse que ia obviar ao voto da dispensa de exame em Comissão e fazê-la baixar à Comissão, em relação a uma delas. Em relação a estas o Sr. Deputado disse que as mantinha.

*(Aparte inaudível do Deputado Alvarino Pinheiro)*

**O Orador:** Sr. Deputado, desculpe, mas eu então devo ser muito surdo. E olhe que eu estive um bocado a falar consigo.

De qualquer maneira, não me parece que se possa sentir ofendido porque se a sua ideia era a de levar esta Assembleia a pronunciar-se sobre os direitos dos trabalhadores, nós fomos além daquilo que o Sr. Deputado queria. Fomos a cinco pontos e não a dois.

Portanto, penso que se o Sr. Deputado queria proteger os interesses desses trabalhadores, esses ficaram muito mais garantidos e protegidos desta maneira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e apenas para esclarecer a questão da deselegância.

O que aconteceu, efectivamente, foi que nós fomos abordados sobre a matéria que esteve aqui quase em discussão nestas declarações de voto, em relação a uma iniciativa que era do PSD e portanto de sua autoria.

Não nos compete a nós fazer embarcar quem quer que seja em iniciativas que não são nossas. Essa iniciativa podia ser tomada por quem quer que fosse, menos pelo PS.

Como ela dizia respeito a questões que tinham sido aprovadas, por unanimidade, na Comissão, sentimos que como não era nossa a iniciativa, não era também nossa a responsabilidade de dar conhecimento a alguém, porque não servimos de porta-voz de ninguém junto de quem quer que seja.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP regozija-se pelo facto de, unanimemente, termos aprovado este requerimento.

No entanto, tenho que lamentar, de facto, o modo como ele foi feito. E em primeiro lugar, tínhamos já propostas do

CDS versando esta matéria as quais nós votaríamos favoravelmente, se bem que agora elas irão ser retiradas como é óbvio.

Por outro lado, entendemos que estando esta matéria agendada, poder-se-ia ter esperado mais algumas horas e o efeito teria sido o mesmo na prática. Além disso, temos que recordar o voto que apresentámos no primeiro dia de trabalhos deste período legislativo o qual foi aprovado. O que na prática, como disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, já indicava a consagração de um dos aspectos que aqui acabámos de votar todos.

Por outro lado, ainda, poderá ter para a comunicação social algum impacto este entendimento entre o PSD e o PS e poderá passar lá fora algum pseudo-impacto, mas ficamos por aí.

Porque, de facto, e na prática, a realidade é a mesma. Ou seja, todos nós sabemos que esta Assembleia, por várias e diversas vezes, tem manifestado a sua solidariedade para com os trabalhadores da Base das Lajes.

Apenas houve um pormenor, isto é, o Partido Socialista enredou-se nas teias do PSD.

*(Risos da bancada do PS)*

**O Orador:** Será, por isso mesmo, julgado. Disse.

**Presidente:** Srs. Deputados, em consequência do requerimento que acabámos de aprovar, têm que ficar submetidos à Assembleia para apreciação e posterior votação, os cinco pontos do Relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais para que sejam assumidos pelo Plenário da Assembleia.

Fica, portanto, aberta a discussão sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era apenas para deixar registado um aparte que fiz durante a declaração do Sr. Deputado Victor Evaristo, que é um pequeno pormenor, mas que é importante.

O Sr. Deputado não percebeu, lamento, pode ter-lhe falhado, a nós não porque já andamos nisso há muito tempo. Mas se houvesse na altura, vontade política e nós nem sabíamos se o PSD estaria disponível para subscrever todos os pontos da recomendação da Comissão por uma razão muito simples: é que há aqui pontos que

são críticas explícitas e implícitas à acção de Membros do Governo e portanto, como não é costume o PSD subscrever essas matérias, nós receávamos que o PSD não subscrevesse essa matéria.

Portanto, nós estaríamos abertos logo que houvesse consenso para assumir globalmente as propostas da Comissão. E uma vez que o objectivo era que sáísse o maior consenso possível desta Casa, é evidente que nós retiraríamos as nossas duas propostas.

É bom que isto fique claro, aqui, o que de resto, é óbvio e é lógico.

Relativamente à proposta que está em apreciação, eu queria pedir ao Sr. Presidente da Assembleia que me esclarecesse sobre o seguinte: uma vez que uma das recomendações já foi aprovada por esta Assembleia, por unanimidade, vejo alguma dificuldade em aprovar novamente a mesma matéria.

Portanto, era neste sentido que eu pedia o esclarecimento, ao Sr. Presidente da Mesa, ou seja, se efectivamente dispensa a inclusão desse ponto na recomendação ou se justifica que a recomendação torne a exercer uma votação sobre essa matéria.

**Presidente:** Sr. Deputado, sobre esta matéria, o entendimento que a Mesa faz é o seguinte:

Uma situação é o voto que a Assembleia propôs que é um instrumento ao alcance de qualquer Sr. Deputado para submeter à apreciação desta Câmara e futura aprovação e que não encaminhe eventualmente a sua transmissão a outras entidades, de imediato, como forma de dar publicidade àquilo que a Assembleia aprova; outra coisa, são estes cinco pontos em que pelo teor do requerimento aprovado aqui, por toda a lógica que vem do relatório e das próprias recomendações, terá como consequência imediata que a Mesa, uma vez aprovados estes cinco pontos, tenha que os encaminhar para as entidades que terão a responsabilidade de os executar e de os fazer concretizar.

Portanto, a Mesa não vê que haja incompatibilidades nesta situação relativamente ao voto que aqui foi aprovado ontem.

Continua à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para uma intervenção.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma vez a minha intervenção cifra-se em três palavras e que é o seguinte: o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro procurou

agora como uma espécie de "romeno de última hora" tentar dizer-nos que se subes-se, tinha logo assumido as propostas da Comissão.

É evidente que se o Sr. Deputado tivesse a intenção de fazer aquilo que não fez, dos cinco pontos que a Comissão aprovou, não ia escolher exactamente aqueles dois que mais "ostensivamente" visa só o próprio Governo Regional.

É claro que estas duas propostas que nem foram postas - reparem bem, Srs. Deputados - em conjunto, e podiam ser, foram postas em separado (propositadamente). Porque o Sr. Deputado tem muita experiência parlamentar, ao que eu dou-lhe os meus parabéns, eu tenho uma experiência profissional que não fica atrás da sua experiência parlamentar - fique já com essa ideia para seu governo. E portanto, ficamos claramente entendidos que isto foi feito de propósito. E se o Sr. Deputado tivesse posto aqui as cinco recomendações, pode ter a certeza que nós hoje tínhamos aprovado.

Eu ter-lhe-ia dito que não valia a pena pois isso já está assumido pelas próprias Comissões. Agora o que o Sr. Deputado fez foi ir buscar aquelas duas propostas que lhe interessava para vir aqui "fazer figura".

Peço muita desculpa, mas a verdade é esta! Não há dúvidas nenhuma que é exactamente isso!

Por último, devo dizer-lhe que lhe fica muito bem os seus sentimentos de procurar a defesa dos trabalhadores da Base das Lajes.

Mas a verdade é que o Governo Regional tem assumido e continuará a assumi-la, porque é da sua responsabilidade, nomeadamente através do seu departamento competente.

Portanto, as recomendações da própria Comissão foram assim entendidas, assim estão a ser cumpridas. E também devo esclarecer o Sr. Deputado que quando foi trazido aqui o requerimento pelos dois partidos, PSD e PS, e as recomendações do relatório, não infringiram nenhuma figura regimental. Porque, na realidade, aquilo que a Comissão aprovou, fê-lo em Comissão, o que não tem a ver com a aprovação em Plenário. E realmente o próprio Regimento prevê que se possa trazer à votação estas conclusões e foi isso que se fez à simples aprovação em Comissão, ficaria aprovada em Comissão e não passaria disso.

Trazidas a Plenário, elas são do conhecimento de todos os Srs. Deputados e não são apenas só os cinco ou seis deputados da Comissão que assumiram esta responsabilidade. É que nós, ao darmos por unanimidade o nosso voto para estes cinco pontos, tem muito mais valor do que os cinco ou seis deputados, não retirando, como é óbvio, o valor aos mesmos. Simplesmente tem outro valor, tanto na parte formal como na parte substancial.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e apenas para dizer, mais uma vez, que é importante que a Assembleia manifeste a sua solidariedade com os trabalhadores da Base das Lajes. É importante que se façam esforços no sentido de que os seus problemas sejam resolvidos. Também é importante que se critique o Governo Regional pela sua actuação em relação a todo este processo. Aliás, muito mais criticável ainda pudesse ser, na medida em que diversos órgãos de comunicação social divulgaram que esta situação teria sido do conhecimento do Governo Regional muito antes de o ser da opinião pública e dos próprios trabalhadores.

Por outro lado, em nosso entender, esta pequena manobra - e desculpem se assim a classifico - de trazer aqui deste modo esta proposta, não terá contribuído em nada para a resolução dos problemas dos trabalhadores da Base das Lajes.

Efectivamente, Srs. Deputados, por muito que custe ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, esta pequena manobra não veio beneficiar nada os trabalhadores daquela base.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** E mais, Sr. Deputado: eu falo apenas sob o aspecto ético, porque quer V. Ex<sup>a</sup> queira quer não, isso a mim não me diz respeito uma vez que eu até nem participei nos trabalhos da Comissão.

Mas por exemplo, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, de acordo com aquilo que está no próprio relatório, até participou nesses trabalhos e daí, o facto destes aspectos éticos dizerem-nos muito.

No entanto, e apesar de tudo, e ainda tendo em conta os interesses dos trabalhadores da Base das Lajes - porque a nós, PCP, é isso que nos preocupa - estaremos de

acordo com tudo aquilo que seja discutido aqui e seja aprovado e, sobretudo, que vá ao encontro dos interesses desses trabalhadores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**Deputado Borges de Carvalho (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira questão que deve ficar aqui esclarecida, é que a Comissão dos Assuntos Internacionais não fez nenhuma recomendação à Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

A Comissão dos Assuntos Internacionais emitiu um parecer no sentido de sugerir a esta Assembleia que tomasse uma medida global que estava subdividida em cinco pontos, dois dos quais dirigir-se-iam directamente ao Governo Regional porque recaem sobre a área da sua competência; e três dos quais, recaem na área da competência desta Assembleia e esta é que teria que assumir essas mesmas responsabilidades.

Portanto, parece-me que numa solução global, esta Casa está a assumir directamente as questões que lhe dizem respeito e duas das quais, também lhe diz respeito indirectamente, porquanto tem a competência de acompanhar os actos do Governo, por conseguinte está a assumi-los e, em simultâneo, a dizer ao Governo que deve prosseguir a sua acção neste processo. Por isso julgo que esta Assembleia só sai dignificada em assumir aquilo que globalmente foi reflectido numa determinada Comissão e que neste momento parece corresponder ao sentir unânime desta Assembleia.

Mas, fundamentalmente, eu gostaria de dizer que nós não fizemos recomendações à Assembleia porque parece-nos que não o podemos fazer. Nós apresentamos sugestões.

Como membro e responsável desta Comissão, sinto satisfação em haver um reconhecimento por parte desta Assembleia, primeiro porque os problemas que nós abordamos são dignos de ser transformados em resolução de toda a Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, submeto à votação da Assembleia estes cinco pontos constantes do Relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os cinco pontos constantes



do relatório foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As razões pelas quais o CDS votou favoravelmente a matéria em análise parecem já explicitadas. Porém, não podemos deixar de manifestar a nossa apreensão pelo facto de o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos ter estado presente e não ter dado a esta Câmara qualquer esclarecimento sobre matérias que dizem respeito à sua Secretaria, que traduzem críticas históricas apresentadas aqui, em relação a uma grande lacuna da Administração Regional e que diz respeito, por exemplo, à fiscalização dum trabalho prestado por serviços norte-americanos às FEUSAÇORES.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** Nós votámos favoravelmente este requerimento, porque entendíamos que a Secretaria Regional tinha perfeita obrigação de, ao longo destes anos, ter exercido uma fiscalização activa e eficiente junto dos trabalhadores civis americanos que prestam trabalhos para as FEUSAÇORES e em conjunto com o Comando Aéreo já devia ter posto cobro a essa situação que é imoral e injusta e afecta, inclusivamente, os trabalhadores nacionais porque vêem alguns dos seus locais de trabalho ocupados por cidadãos estrangeiros.

E a Secretaria e o Governo Regional nada, que seja do domínio público e do nosso conhecimento, têm feito para pôr cobro a essa matéria.

Relativamente ao outro ponto que envolve a necessidade do subsídio, nós votámos favoravelmente a matéria em apreciação, porque entendemos que já houve tempo bastante, por parte da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos para ter dado esclarecimento público nesse âmbito dado que a Comissão de Trabalhadores e Sindicatos envolvidos já o solicitaram várias vezes e só a ausência de política...

**Presidente:** Sr. Deputado, eu não queria interrompê-lo, mas como tem sido hábito na Assembleia, as declarações de voto explicam de maneira sucinta e breve a razão do voto que se realizou.

Agradecia ao Sr. Deputado Alvarino

Pinheiro que respeitasse esta nossa tradição.

**O Orador:** Obrigado, Sr. Presidente. Acabo já.

Em resumo, nós votámos favoravelmente estas recomendações, porque sobretudo na parte que diz respeito à falta de acção do Governo Regional nós entendemos que era preciso que esta Assembleia tomasse uma posição.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para uma declaração de voto.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente as cinco propostas, porque era um dos proponentes.

Desnecessário será salientar, aqui, toda a validade dos cinco pontos recomendados pela Comissão dos Assuntos Internacionais. E porque considerámos todos igualmente válidos e porque considerámos que esta Câmara, aprovando-os por unanimidade, lhe dava outra força e outro valor, a bancada do PSD votou a favor.

Não posso deixar de lamentar que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tendo visto durante este tempo todo, aqui, o Sr. Secretário, nunca o tivesse interpelado. E só depois da sua declaração de voto final, quando o Sr. Secretário não pode usar da palavra, é que vem referir estas coisas.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*  
*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, vamos interromper os nossos trabalhos para jantar e retomá-los-emos às 22.00 horas.

Muito obrigado e até logo.

*(Eram 20.00 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para podermos recomeçar os nossos trabalhos.

*(Eram 22.00 horas)*

**Presidente:** Continuamos com a ordem do dia e, assim, passamos à apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Alteração do Decreto-Lei Nº 35/88, de 4 de Fevereiro, que Regulamenta os Concursos para o Pessoal Docente do Ensino Primário e Pré-Primário".

Esta aberta a discussão, na generalidade, deste documento.

Daria a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, na qualidade de

autor da Proposta, para uma primeira intervenção.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O documento que apreciaremos, pretende adequar os normativos em vigor à actual situação do processo de ensino/aprendizagem e surge na sequência de alterações que já foram introduzidas no ano anterior e que, face à não regulamentação a nível nacional que se esperava que ocorresse até ao final de 91, nos levou a introduzir as modificações que aqui estarão presentes no sentido de se ir ao encontro, nomeadamente, de determinados aspectos que de há muito nos eram solicitados como, e só a título de exemplo, o disponibilizar-se vagas que, pertencendo a docentes que estão em situações de mobilidade, não entravam na altura mais adequada nos concursos passando a estar à disposição daqueles professores que se encontram em exercício de funções docentes.

Era este o aspecto que gostava de ressaltar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Uma vez mais vai esta Assembleia analisar uma proposta de alteração e de adaptação ao Decreto-Lei Nº 35/88, que trata dos concursos dos professores agora designados do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educadores de Infância que, como se vê no próprio título, a designação de diploma ainda está de acordo com legislação anterior, ou seja, ainda se designam por professores do ensino primário e da educação pré-escolar.

Esta é uma das questões que se tem posto à volta deste diploma que assim se encontra desactualizado, não inserido, da lei de bases do sistema educativo e, muito mais ainda, depois da publicação do estatuto de carreira que foi publicado em 28 de Abril de 1990.

Para nós são extremamente importantes as alterações que - julgamos - iremos todos aprovar, porque existem largas dezenas de professores, em exercício de funções fundamentais para o sistema educativo nesta Região e que até ao presente ano retinham vagas no sistema, não sendo possível pelos mecanismos do concurso consagrados

no diploma nacional, serem recuperadas.

Com as alterações que agora vamos analisar e votar, permite-se que se mantenham, de facto - e refiro-me essencialmente aos colegas que estão na educação permanente, na educação física, nas questões relativas à reforma - no exercício dessas funções lectivas permanentes, os colegas que possam ocupar esses lugares sem que haja qualquer prejuízo para o sistema e, muito menos, para os próprios professores.

É importante realçar que temos umas largas dezenas de docentes que estão na situação de requisitados e destacados, que até à publicação deste diploma, retinham vagas que deviam e poderiam ser ocupadas por outros colegas.

Também é importante que se diga que só após a publicação do estatuto de carreira se criou a figura do professor supra-numerário que permite, de facto, atribuir-lhe alguns direitos e alguns deveres que podem ter contrapartidas para quem se encontra no sistema.

Também pela primeira vez, se torna bem claro o que é que acontece aos professores que são titulares de lugares suspensos ou lugares extintos, bem como aos professores que não aceitando os lugares onde são colocados, que penalizações têm e que figuras podem vir a usufruir no futuro.

Outra questão que queríamos relevar é o processo de audição aos parceiros sociais. Tal como sempre afirmámos, nesta Casa, consideramos que é fundamental a participação dos parceiros sociais nestes diplomas. E se tivermos o cuidado de analisar os parceiros das estruturas sindicais e os relatórios da Comissão, verificamos que esta Assembleia, cada vez mais, deve menos aprovar pedidos de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Pode-se provar por este relatório da Comissão e pelas propostas que a mesma propõe ao Plenário, que o trabalho conjunto - Comissão/parceiros sociais - pode conduzir a uma melhoria permanente e constante da legislação que se possa produzir nesta Casa.

Estou à vontade para dizê-lo, porque sempre o disse e defendi e ainda na última vez que sobre este diploma se aprovou um pedido de urgência, fui bem claro porque também nesse dia, dizia, dêem tempo aos parceiros sociais para se pronunciarem. Foi o que de facto foi feito e uma vez mais, podemos verificar que a Comissão se debruçou, afinadamente, sobre este

diploma tendo a participação que era necessária e devida, pela Secretaria e foi possível chegar-se a um entendimento na Comissão que nos permitirá rapidamente, aprovar o diploma para bem do sistema dos professores e alunos desta Região.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois daquilo que disse aqui o Sr. Deputado Francisco Sousa, na análise deste documento e apontando as razões de fundo que este mesmo documento tem, há pouco a acrescentar.

De qualquer forma, eu queria realçar, sobretudo, a conjugação de esforços dos parceiros sociais e a Secretaria Regional da Educação e Cultura, o diálogo existente entre as duas partes e a forma como ele foi conduzido de modo a que os dois vendo a mesma matéria, embora sob perspectivas diferentes, conseguiram arranjar uma plataforma comum e chegar a este acordo.

Há outro aspecto que eu também desejava aqui realçar, ou seja, este diploma adapta e é um bom exemplo de adaptação às especificidades regionais dum diploma nacional. Tudo isto conjugado, fez com que realmente este diploma fosse aprovado em sede de Comissão, por unanimidade, e da qual nós fazemos parte e, portanto, estamos plenamente de acordo com aquilo que aqui se diz e vamos votá-lo favoravelmente, não só na generalidade como na especialidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Mais uma vez encontramos-nos a dar alguns "retoques" de adaptação às especificidades da Região ao Decreto-Lei Nº 35/88 e estamos convencidos que será esta a última vez que serão efectuadas as alterações que se irão fazer.

Gostaria de fazer, porém, algumas breves considerações, aliás, já em parte referidas pelos Srs. Deputados que me antecederam e que se referem ao entendimento perfeito que houve, a nível da Comissão, quer entre os partidos representados, aceitando sugestões vindas das entidades sindicais, quer como o titular, isto é, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura. E com a conjugação de todos os esforços foi possível apresentar um trabalho

que poderá ser, certamente aprovado e que irá ser positivo em relação aos concursos para os professores do ensino primário e pré-primário.

De qualquer modo, salientamos que entendemos ser muito positivo que, em determinados casos devidamente contemplados, haja professores em determinadas condições a exercer funções dentro da área que possam participar nos concursos, por um lado, e por outro lado, possam ficar na situação de supra-numerários em outras condições.

De modo que pensamos que foram aspectos positivos que se vêm juntar ao diploma que vamos aprovar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero congratular-me, como todas as outras bancadas, pelo esforço feito por todos, incluindo parceiros sociais e Governo, na procura de soluções para melhorar sempre o regulamento dos concursos.

Nós tivemos o contributo - e eu como coordenador da Comissão - de todos os partidos para que se desse mais um passo na busca de soluções para responder aos problemas dos docentes. Aqui, nós, PSD, consideramos que foi dado mais um passo, embora não se tenha resolvido todos os problemas que existem e, se calhar, para o ano teremos necessidade de voltar a debruçarmo-nos sobre esta matéria. De qualquer modo, estamos conscientes de que se avançou, seguramente, e se avançou de encontro aos direitos, às regalias e aos deveres de todos os docentes.

Por isso este não é um processo concluído, globalmente, mas foi um capítulo que se ultrapassou.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, na generalidade, vamos votar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com a mesma, façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade, na generalidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos à apreciação na especialidade e informo que os Grupos Parlamentares do PSD e do PS assumem as alterações propostas pela Comissão.

Nesta conformidade e se não houvesse

posição em contrário, faríamos primeiro a apreciação global dos artigos não alterados bem como a respectiva votação e, posteriormente, apreciaríamos os artigos sobre os quais recaem propostas de alteração.

Portanto, apreciaríamos em primeiro lugar os artigos 34º, 36º, 43º, 51º, 62º, 65º, 73º, 75º, 81º e o 84º, que ponho à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com estes artigos que acabei de citar e sobre os quais não recaem alterações propostas pela Comissão, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos 34º, 36º, 43º, 51º, 62º, 65º, 73º, 75º, 81º e 84º, foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à apreciação do artigo 11º.

**Secretário:** "Artigo 11º - 3. Não poderão ser opositores ao concurso referido no nº 1 do artigo 5º, os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico que se encontram na situação de supra-numerários na sequência da aplicação do nº 3 do artigo 69º do Estatuto de Carreira Docente.

4. O disposto no número anterior não se aplica aos professores que, à data de candidatura, apresentem declarações com assinatura legalmente reconhecida de opção pela colocação na escola, se a ela adquirirem direito com o concomitante pedido de cessação da situação de mobilidade em que se encontram".

**Presidente:** Para este artigo 11º, a Comissão propõe a seguinte redacção para o nº 3:

"Poderão ainda ser opositores ao concurso referido no nº 1 do artigo 5º os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico que se encontrem na situação de supra-numerários na sequência da aplicação do nº 3 do artigo 69º do Estatuto de Carreira Docente, desde que, obedeçam a uma das seguintes condições:

- a) Apresentem declaração de opção pela colocação na escola, com o concomitante pedido de cessação da situação de mobilidade em que se encontram, se a ela adquirirem direito;
- b) Apresentem declaração de opção pela manutenção da situação de mobilidade em que se encontram.
- c) Apresentem declaração de que não aceitarão nova situação de mobilidade, para o ano escolar a que respeita

o concurso, caso se encontrem no segundo ano da respectiva figura de mobilidade.

4. Os professores que violarem a declaração das alíneas a) e c) não poderão concorrer ao concurso do Quadro Geral durante dois anos.

5. Os professores mencionados na alínea b) do nº 3 deste artigo que optarem pela permanência na situação de supra-numerários e adquirirem direito a colocação em nova escola, sê-lo-ão na situação de supra-numerários, efectuando-se a recuperação automática da vaga".

Está à discussão este artigo e a sua alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para fazer um pedido à Mesa. Dado que o relatório foi aprovado por unanimidade na Comissão; dado que julgo que todos os partidos subscrevem a proposta, eu sugeria que pudessemos suprir a leitura e trabalhar apenas com o relatório.

**Presidente:** Sim, Sr. Deputado, procederemos dessa forma e, portanto, está à discussão este artigo 11º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo 11º, conforme a redacção proposta pela Comissão, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo 11º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Seguindo a sugestão do Sr. Deputado Francisco Sousa e se não houver nenhum inconveniente, vamos pôr à discussão os artigos 17º, 22º, 38º e 67º conforme a proposta da Comissão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos acima referidos, conforme a proposta da Comissão, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos 17º, 22º, 38º e 67º, foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente, apenas para confirmar aquilo que disse no princípio. Quando o trabalho é bem feito, até aqui é feito rapidamente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado

Rui Melo para uma declaração de voto.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente, porque esta Proposta vem colmatar algumas das lacunas que o Decreto Legislativo Regional nº 17/88/A, de 19 de Abril, que adaptou à Região o Decreto-Lei Nº 35/88, de 4 de Fevereiro, não conseguiu ultrapassar e que a sua aplicação prática fosse constatando problemas para os quais a lei era omissa ou as soluções não se mostraram as mais adequadas.

Com este Decreto Legislativo Regional se enquadra a situação dos docentes que se encontram como supra-numerários. Também, entendemos que as funções a que esses estão adestrados devem ser desempenhadas por docentes, pois consideramos aquelas importantes para o sistema educativo.

Assim, é justo permitir a continuidade, sempre que se justifique permitindo, contudo, a estes profissionais a recuperação automática das vagas. Acresce ainda, que com este Decreto Legislativo Regional se atinge o equilíbrio entre os interesses desses profissionais e os da Administração Regional.

Em nossa opinião, consegue-se dar mais um passo no aperfeiçoamento das normas que regulamentam os concursos para o pessoal docente do ensino primário.

Disse.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, globalmente, com este Decreto Legislativo Regional, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Este diploma baixa à Comissão para redacção final.

Passamos ao ponto nº 3 da nossa ordem de trabalhos que diz respeito à apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Regulamento Geral da Higiene e Segurança no Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais".

Vamos abrir a discussão na generalidade.

Daria a palavra ao Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, como autor da proposta, se quiser fazer uma primeira intervenção.

**Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (Manuel Arruda):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A problemática da higiene e segurança nos locais de trabalho reveste-se cada vez mais da maior importância. A dinâmica do mundo moderno, particularmente nas sociedades industrializadas, provoca, diria inevitavelmente, um risco acrescido que se vem reflectindo no aumento da sinistralidade laboral.

Esta é uma realidade crua, mas verdadeira que, de algum modo, envolve a própria Região Autónoma dos Açores. O número de acidentes de trabalho sem ser assustador - direi que é um dos mais baixos do País - merece-nos, contudo, permanente atenção, especialmente no sector da construção civil onde acontecem cerca de 38% dos sinistros laborais da Região. Por isso, a nossa postura não deve ser acomodaticia, como que convencida do fatalismo do problema. Isso nunca. Assim, na parte que nos toca, tudo faremos para o combater com o melhor das nossas forças.

Debate-se hoje nesta Câmara a aplicação do Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritório e Serviços a todos os organismos e serviços da Administração Regional Pública.

Aprovado pelo Decreto-Lei nº 243/86, de 20 de Agosto, o referido Regulamento verteu para a ordem jurídica interna os princípios consignados na Convenção nº 120 da Organização Internacional do Trabalho e aplica-se já, na Região Autónoma dos Açores, aos estabelecimentos, instituições e organismos públicos, privados ou cooperativos.

Não se vislumbram razões plausíveis para isentar a Administração Pública Regional do cumprimento das obrigações impostas no normativo em análise nem sequer impedir os respectivos trabalhadores de usufruírem dos benefícios emergentes das novas condições de trabalho aplicáveis aos demais trabalhadores. Esta é uma questão que julgamos pacífica.

Porém, considerando as inquestionáveis particularidades que envolvem os serviços da Administração Pública Regional, aconselha o bom senso e a coerência legislativa que o regime estabelecido seja aplicado faseadamente aos diversos departamentos do Governo, uma vez ponderada e tomadas as medidas ajustadas ao efectivo cumprimento das novas disposições sobre higiene e segurança do trabalho. Esta é, na nossa óptica, a solução mais rigorosa, justa e eficaz, pelo que a aprovação do presente diploma por

esta Assembleia irá permitir a adopção de medidas adequadas à melhoria das condições e ambiente de trabalho que, reflectindo-se na saúde e comodidade dos trabalhadores da função pública, poderá significar um melhor rendimento do trabalho e, por isso mesmo, uma maior produtividade. Faço ardentes votos para que assim venha a acontecer.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Pela proposta que estamos a apreciar, vamos adaptar à nossa Região o Decreto-Lei 243/86, de 20 de Agosto, do qual faz parte o Regulamento da Higiene e Segurança no Trabalho. Este Decreto e respectivo regulamento já são aplicados na nossa Região de acordo com aquilo que está legislado desde Julho de 1986.

Entendeu, porém, o Governo Regional - e nós estamos de acordo - que fossem adaptados os órgãos usados no Continente à orgânica do Governo Regional e, efectivamente, em relação aos artigos 51º, 52º e 53º, onde se refere os organismos do Continente, propõe-se que figurem, na adaptação à Região, os organismos dos Açores. De modo que nós estamos de acordo com as vontades manifestadas pelo Sr. Secretário Regional há pouco. No entanto, pensamos que não é com este Decreto que agora estamos aprovando que atingimos esse objectivo. Nós consideramos que este Decreto e este Regulamento poderão contribuir.

Dada a simplicidade desta matéria e esta adaptação às nossas especificidades, nós vamos votar favoravelmente este diploma.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vai, naturalmente, votar a favor desta proposta apresentada pela Secretária Regional da Juventude e Recursos Humanos e sem fazer qualquer comentário, porque julgo que tudo já foi dito nas intervenções anteriores. Falta, apenas, referir um pequeno pormenor.

É uma solicitação que faço em nome do meu Grupo Parlamentar à Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, ou seja, que nas suas propostas procure

dar a redacção que é costume e habitual dar-se nesta Casa. Porque, de facto, todas as vezes temos que fazer uma pequena adaptação, temos que conseguir sempre uma forma jurídica que é habitual dar-se nesta Casa.

Que não se leve isto a mal, mas é preciso dizer a quem de direito que basta ler os documentos que saem desta Casa, para se ver qual a forma processual que nós temos dado aos mesmos.

Julgo que os responsáveis pela Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos terão a sua opinião, mas esta Casa faz e sempre tem feito assim.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

Com a eventual aprovação desta Proposta, vai-se conseguir que haja uma maior sistematização das normas bem como dar-se continuidade e aplicação à Região o que já se aplica ao Estado desde 1986, de normas que vêm beneficiar a qualidade de trabalho na Região Autónoma dos Açores, com as orientações que advêm da Organização Internacional do Trabalho.

Assim, nós consideramos que este fundamento material deste programa, bem como a prevenção dos riscos profissionais, contribuem para o aumento da competitividade diminuindo, assim, a sinistralidade.

Assim, consideramos de grande importância para a melhoria e para a qualidade dos serviços prestados aos açorianos, a aprovação deste Regulamento.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos votar na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Deu entrada na Mesa uma comunicação do PSD que assume as propostas de alteração sugeridas pela Comissão de Juventude e Recursos Humanos, bem como o Partido Socialista.

Assim sendo e conforme procedemos anteriormente, poderíamos votar em bloco este conjunto de artigos conforme são apresentadas pelo Comissão.

O Sr. Deputado Rui Melo pediu a palavra para?

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente,

é apenas para informar a Mesa que, por lapso de redacção, no artigo 5º aparece "regime de execução" mas que deve ler-se "regime de excepção".

**Presidente:** A Mesa já tomou devida nota do facto, Sr. Deputado.

Obrigado.

Portanto, está aberta a discussão sobre este conjunto de artigos conforme apresentados pela Comissão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Votamos os artigos conforme a proposta da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam mantêm-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que, globalmente, concordam com este Decreto Legislativo Regional, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** O documento baixa à Comissão para redacção final.

Passamos agora à apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Requisição de Funcionários do Estado e Trabalhadores por Conta de Outrém para Participação em Actividades Associativas".

Daria a palavra ao Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos para uma primeira intervenção como autor da proposta.

**Secretário Regional da Juventude Recursos Humanos (Manuel Arruda):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este diploma pretende ser uma resposta aos anseios das Associações, diagnostica no diálogo horizontal e profícuo que a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos tem mantido com as mesmas.

Conscientes de tal necessidade e após audição do Conselho Consultivo Regional da Juventude que unanimemente aprovou este diploma, eis, que neste momento, sinto que falo em nome das Associações Juvenis.

Este Decreto Legislativo Regional tem como objectivo a preparação e aperfeiçoamento dos quadros associativos das associações inscritas no Registo Regional das Associações Juvenis.

E o que é certo, é que nos planos de actividades anuais muitas associações apontam como actividade prioritária cursos de formação de dirigentes.

Estes cursos, até a este momento, têm sido feitos com prejuízo das vidas profissionais e particulares dos formandos e formadores, com prejuízo das suas férias e tantas outras vezes recorrendo aos atestados, com manifesta desvantagem material, uma vez que estas actividades são imbuídas de puro espírito associativo.

As associações juvenis só poderão ter dinamismo e vida própria se lhes forem cometidas responsabilidades e se dispuserem dos meios necessários.

Além do apoio em meios técnicos e na formação dos recursos humanos que o Governo tem vindo a promover, esperamos também aumentar, com este diploma, um quadro legal para requisição e destacamento dos funcionários do Estado e das empresas para a possibilidade da execução das actividades de formação que é feito com espírito de sacrifício, de doação e disponibilidade à causa da formação e educação da juventude.

É no associativismo que a democracia se expressa e se reforça.

Entre os limites da utopia do querer de uns e os limites do aceitável para outros, o associativismo funciona como elemento de coesão, como elemento exigente de justiça social e constitui ainda factor de esperança mobilizadora das pessoas para resolução dos seus problemas.

É de justiça a aprovação deste diploma, uma vez que os formadores (alguns deles já com provas dadas na formação de juventude) o têm feito ao longo dos tempos com total espírito de doação à causa do associativismo.

As necessidades de participação dos jovens na vida política, económica, social e cultural não se esgotam no sistema vertical, antes, tendem a processar-se horizontalmente.

A especificidade dos problemas que afectam os jovens, as novas questões culturais e sociais com que são confrontados e a tendência que se tem verificado para manter os jovens fora do sistema, impõem, a criação de mecanismos legais com vista à mobilizar os jovens, através do associativismo, gerando novos espaços de participação e criando condições para que participem nos processos de tomadas de decisão.

**Presidente:** Continua a discussão.

Não havendo mais intervenções, podemos votar este diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regio-

nal, na generalidade, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à apreciação na especialidade.

Entraram na Mesa duas propostas de alteração, uma do Partido Social Democrata que assume o texto da Comissão e também uma proposta da Representação Parlamentar do PCP que assume as alíneas a) e b) do artigo 1º da proposta da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Em relação ao artigo 1º da proposta em apreciação, nós propomos uma alteração ao texto de substituição apresentado pela Comissão que consideramos importante.

Assim, nós pensamos que em relação aos trabalhadores a serem destacados, esse pedido de destacamento deveria ser feito pelas associações juvenis. E a origem desta nossa proposta reside no facto de que a entidade oficial, seja o Estado, a Região ou as Autarquias Locais, terem na sua hierarquia o responsável que irá ou não autorizar o destacamento.

Daf, nós defendermos que é desnecessário e demasiado burocrático se, para além desse superior hierárquico que terá poderes para autorizar o pedido, ainda por acréscimo se exige, legalmente, que esse pedido seja feito pelo Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Entendemos que em nada irá alterar a função desse destacamento, em nada irá beneficiar o desenrolar do processo. Antes, porém, pensamos que é mais uma entidade que interferirá no processo e que virá por acréscimo.

E por esta razão que propusemos esta proposta de alteração mantendo as alíneas a) e b) do artigo 1º.

Fundamentalmente, a nossa ideia seria diminuir uma das entidades que autorizam o destacamento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

**Deputado Victor Ramos (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para lembrar que o Grupo Parlamentar do PS entregou à Mesa uma declaração em que assume o texto da Comissão, relativamente ao diploma em apreciação e aproveitar, desde já, para

dizer que o meu Grupo Parlamentar aceita as alterações propostas pelo Grupo Parlamentar do PSD, uma vez que são alterações de ordem técnica, por um lado, e alargam a abrangência do projecto do próprio diploma, por outro.

**Presidente:** Srs. Deputados, eu tenho que referir que o Sr. Deputado Victor Ramos fez a entrega desta declaração do Partido Socialista, assumindo as propostas da Comissão, ainda ontem, razão por que eu guardei muito bem guardado e agora esqueci-me. Mas, efectivamente, foi a primeira proposta a entrar na Mesa com respeito a este diploma.

O Partido Social Democrata assume o texto apresentado pela Comissão e para a alínea b) do nº 1 tem uma proposta de aditamento que passo a ler:

"Artigo 1º - b) Não superiores a 30 dias por ano, seguidos ou interpolados, a fim de participarem em actividades associativas de interesse público, considerando-se como tal os assim declarados pelos Secretários Regionais da Administração Interna e da Juventude e Recursos Humanos".

Portanto, trata-se de, na alínea b) do artigo 1º, proposto pela Comissão, suprimir a palavra "regional" a seguir a "interesse público" e que a declaração do interesse seja feita pelos Secretários Regionais da Administração Interna e da Juventude e Recursos Humanos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

**Deputado Renato Moura (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu ia pedir que me dessem uma cópia para eu poder entender o que se estava a passar. Todavia, já o Sr. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, fez aqui chegar uma cópia e agora, sim, estou em condições de poder ter uma opinião sobre o assunto.

Portanto, peço desculpa e muito obrigado.

**Presidente:** Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As alterações apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD têm os seguintes objectivos e apresentam as seguintes fundamentações:

O que se pretende com a eliminação da expressão "regional" e onde se diz "interesse público" é abrir o leque de hipóteses para as associações juvenis e que estas



têm de ver aplicado à alínea b), na medida em que nos parece que o requisito "interesse público" é suficiente sob o ponto de vista de exigência que deve estar na base da aplicação desta alínea, é mais abrangente do que o texto que nos está presente. De resto, afigura-se-nos mais fácil recortar o que seja o interesse público e mais complexo recortar o que seja o interesse público regional.

A segunda alteração que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta ao texto de substituição da Comissão, vai no sentido de que o interesse público seja declarado para os efeitos de aplicação deste artigo, não só pelo Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos que está no seio do Governo em especiais condições de avaliar a actividade das associações juvenis, mas também pelo Secretário Regional da Administração Interna, pelas competências que lhe estão cometidas.

Esta alteração prende-se com o facto de sendo as propostas fundamentadas nas associações juvenis, dirigidas ao Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, e sendo este responsável do Governo por quem emite o pedido de destacamento e por quem é responsável pela requisição, não deve ser apenas da sua responsabilidade a declaração do interesse público das actividades associativas juvenis.

Quanto à proposta de eliminação do artigo 2º, prende-se com o facto de que o que se diz nesse artigo já decorrer do regime próprio da figura jurídica do destacamento e, portanto, afigura-se-nos de boa técnica legislativa uma vez que é dispensável eliminar este artigo 2º.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, podemos votar. Votamos em primeiro lugar a proposta de alteração para o corpo do artigo 1º conforme a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 24 votos contra do PSD, 22 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS e registou 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr.

Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Votei favoravelmente esta proposta de alteração porque considero absolutamente desnecessário que por exemplo, uma organização qualquer levar a cabo um curso de formadores nesta área e num concelho qualquer se houver a necessidade dum funcionário da Câmara Municipal durante dois ou três ou quinze dias, para assistir a esse curso, nesta situação, acho absolutamente desnecessário que seja obrigatório o pedido fazer-se por qualquer entidade que não seja o próprio organismo que necessita do formador.

Por outro lado, acho ainda mais desnecessário e supérfluo que uma qualquer acção, considerada de interesse público pelo Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos - e agora segundo a proposta do PSD também pelo Sr. Secretário Regional da Administração Interna - tenha que, para além disto e para que o funcionário seja destacado, vir a ser pedido esse destacamento pelo Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Dá-me a impressão que se está a laborar num exagero em relação à burocratização deste fenómeno; dá-me a impressão que se está a "emperrar" situações que em nada vão facilitar todos estes processos.

Pensamos que não podemos transformar a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos num comissariado de qualquer coisa. Nem podemos considerar a juventude dos Açores, uma mocidade qualquer e nos termos em que nos faz lembrar isso mesmo.

Daf, a nossa proposta que, infelizmente não passou, mas que era justa em nosso entender.

Logo o nosso voto favorável.

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos à votação da alteração proposta pelo PSD para a alínea b) que é uma proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam com a alínea b) desta proposta de aditamento do PSD, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PSD, 20 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do Deputado Independente e registou 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Passaríamos agora à votação do corpo deste artigo 1º e da alínea a), conforme a proposta da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam com o corpo do artigo 1º e da alínea a), conforme a proposta da Comissão, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 24 votos a favor do PSD, 20 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS e registou 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A razão da nossa abstenção relativamente a esta matéria, deve-se ao facto de considerarmos, por um lado, que há aspectos com os quais não estamos de acordo e em relação aos quais não nos referimos.

De qualquer modo pensamos que é importante que existam os destacamentos em relação aos organismos juvenis e daí a nossa abstenção pensando que é importante a existência destes destacamentos, se bem que discordemos do modo como eles estão apresentados nesta proposta.

**Presidente:** Passamos agora ao artigo 2º.

Para este artigo há uma proposta de eliminação do mesmo, conforme o texto da Comissão, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções podemos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Não recaem quaisquer propostas sobre os artigos 3º e 4º do texto da Comissão. Portanto, vamos pôr estes artigos em conjunto, à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente estes artigos e nisto não há nenhuma contradição, porque quem paga tem o direito de ter uma acção directa em relação aos pedidos.

Aqui, em relação ao artigo 3º, há a

requisição dos trabalhadores e daí, a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos ter o encargo económico aos mesmos. Por isso mesmo, entendemos que neste caso concreto, que é completamente diferente do anterior, deverá haver a intervenção do Secretário da tutela.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos votar estes artigos 3º e 4º conforme o texto da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 3º e 4º, conforme o texto da Comissão, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos 3º e 4º foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Este Decreto Legislativo Regional baixa à Comissão para redacção final.

Passamos ao ponto 5 da nossa ordem de trabalhos que se refere à apreciação duma Ante-Proposta de Lei sobre "Empréstimos Externos".

Daria a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para fazer uma intervenção na generalidade como autor da proposta.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta Ante-proposta de Lei surge no seguimento da aprovação do Orçamento Geral do Estado e da necessidade que a Região Autónoma dos Açores tem de contrair alguns empréstimos externos para fazer face às necessidades de financiamento dos investimentos que tem vindo a realizar nesta Região.

É evidente que pedir empréstimos é sempre uma tarefa difícil e pagá-los ainda é pior. De qualquer modo esses empréstimos são necessários para financiar investimentos no domínio das estruturas rodoviária, portuária e na área social como sejam alguns equipamentos ao nível das universidades e das unidades hospitalares.

É evidente que o BEI só empresta dinheiro para empréstimos especialmente reprodutivos, mas nós temos que recorrer a alguns empréstimos em virtude da construção do Hospital de Ponta Delgada e de alguns centros de saúde.

Como é sabido, a dívida pública regional,

nos últimos anos, tem vindo a ter um ritmo que nós não gostamos, isto em termos líquidos. De qualquer modo, ela tem vindo a ser indispensável.

Por outro lado, quero realçar que temos vindo a fazer um esforço no sentido de que, de ano para ano, essa dívida venha a ser menor em termos líquidos.

Devo lembrar que no ano de 1989 o endividamento líquido da Região teve um acréscimo da ordem dos 7,6 milhões de contos. Em 1990 o acréscimo foi de 7 milhões 145 mil contos. Em 1991 foi de cerca de 6,6 milhões de contos. Em 1992 nós vamos fazer tudo por tudo para que não ultrapasse os 6 milhões de contos. Em 1993 estão criadas as condições para se chegar abaixo da barreira dos 5 milhões de contos.

Com a normalização contabilística da Região e financeira, é possível reduzir. E como o novo quadro comunitário de apoio que a Região Autónoma dos Açores neste momento já prepara, e quero ver se até ao 1º semestre tem um primeiro grande esboço da nova candidatura ao quadro comunitário de apoio, com a perspectiva de duplicação dos fundos estruturais, é possível que o nível do endividamento venha a baixar numa forma segura a partir de 1993.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A política financeira do 4º Governo Regional é filha directa e "legítima" da política de conflitualidade entre a Região e a República que o Governo Regional manteve durante anos e que serviu de pano de fundo para a confirmação de procedimentos centralistas da parte do actual Governo da República.

Falar da política financeira é falar, necessariamente, da capacidade própria de gerar receita, é falar no relacionamento financeiro com o Estado, é falar na capacidade de captação de fundos comunitários.

A gestão da Secretaria das Finanças é, porventura, um pouco mais aberta do que antes pois há mais informação, embora por vezes ela continue insuficiente e há mais explicações sobre os problemas do que anteriormente.

Mas essa postura em nada modifica a realidade.

A realidade é marcada pelo facto das despesas regionais não terem sido acompa-

nhadas pelo crescimento adequado das receitas.

Mas a realidade é ainda um pouco mais pesada, porque o Governo Regional sempre se recusou a admiti-la tão frontalmente quanto seria necessário e nunca realizou uma verdadeira política sistemática de contenção de despesas correntes, que teria sido obrigatório no começo desta legislatura.

Os procedimentos políticos efectivados pelo Governo Regional impediram que pudesse ter progredido a indispensável adopção de um novo esquema de relacionamento financeiro com o Estado.

Hoje já se sorri de satisfação quando a proposta do Governo da República para o Orçamento de Estado prevê um aumento de 14,5% na comparticipação do Estado para o Orçamento Regional, mas procura-se esconder que está aquém daquilo que a Região pretendia.

Diz-se que o aumento do IVA (abolição da taxa zero) compensará eventualmente a diferença, mas é preocupante verificar que a previsão do IVA para os Açores, incluída no Orçamento de Estado, é bem inferior àquela que o Governo colocou no Orçamento Regional.

Como não houve um procedimento político adequado à realidade o Governo acabou por optar por um recurso sistemático ao indevidamento directo e indirecto.

Mas é também bom lembrar que, enquanto dispôs de maioria absoluta, o Governo Regional e o PSD pouparam-se demasiadamente a explicações, não quiseram ouvir as vozes que reclamaram por uma maior maleabilidade no tratamento da questão do relacionamento financeiro com o Estado, esperaram sempre que a evolução política nacional lhe traria um quadro menos desfavorável.

Nessa ocasião, quando havia tempo, quando a dívida era pequena, quando a defesa do interesse regional aconselhava ponderação, cautela e medidas internas efectivas, o PSD e o seu Governo optaram pelo inverso.

O PCP/Açores não partilha em nada da paternidade desta política, por isso nem a aprova, nem lhe é indiferente. Desaprova.

Nunca aprovámos autorizações genéricas de endividamento com elevados montantes, como tem sido feito.

Quando entendemos, uma única vez, contribuir com o nosso voto e corresponsabilidade para um empréstimo moderado, aprovando na generalidade um proposta de

lei deste tipo, o PSD e o Governo, com a arrogância dos demasiado fortes (que eram na altura), alteraram, na especialidade o montante do pedido para um valor muito mais alto.

Procedimentos destes e políticas destas, determinam da nossa parte uma postura permanente que é a seguinte:

Aprovar pedidos de empréstimo deste Governo só com valores muito baixos, só com muitas explicações e só num quadro bem diferente do actual.

Quem criou a situação que assuma a responsabilidade.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria antes de mais solicitar a palavra para dirigir dois esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento e isto de acordo com a apresentação feita por V. Ex<sup>a</sup> em relação ao diploma.

Em primeiro lugar gostaria de saber se há consignação dos empréstimos a determinados investimentos?

E outra pergunta correlacionada com esta, mas que pode ter resposta própria, é se a transferência dos financiamentos irá ser feita à medida que decorrem os investimentos?

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para fazer uma pergunta ao Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Para a contracção destes empréstimos são contempladas, também, infraestruturas portuárias e aeroportuárias, entre as quais se destacam por exemplo, as zonas envolventes do porto da Horta.

Eu gostaria que o Sr. Secretário fizesse o favor de me explicar o que são estas "zonas envolventes" dado que já foi anunciada a abertura do concurso público para toda a revalorização do porto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por lapso de língua ou não, o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento ao iniciar a sua intervenção, falou na aprovação do Orçamento Geral do Estado. Possivelmente foi mesmo um lapso, possivelmente pretendeu (inconscientemente?) atirar esta situação para aquela que deveria existir, efectivamente, ou seja, uma articulação entre o Orçamento do Estado e o Orçamento da Região, que não existe ao nível do financiamento e que neste momento também não pode existir, por aquilo que se conhece, ao nível do endividamento.

Como é evidente, o recurso para os empréstimos situa-se num terceiro patamar das receitas da Região, as receitas próprias, as que são transferências do Estado e depois na insuficiência dessas duas parcelas, a terceira parcela dos empréstimos.

Ora o que acontece neste momento é que há incerteza total, em relação a qualquer das anteriores parcelas. Não há - ao contrário do que referiu o Sr. Secretário, talvez por lapso - aprovação do Orçamento Geral do Estado. Mas há a necessidade (e não se sabe se ela será satisfeita ou não) de conciliar esta autorização de empréstimo de 5 milhões e 500 mil contos, pedido a esta Assembleia, por um lado com o limite aprovado no Orçamento Regional de 10 milhões de contos e com aquele que consta da proposta do Orçamento Geral do Estado de endividamento líquido de 7 milhões de contos.

Gostaríamos de conhecer em pormenor como é que se faz essa conciliação, para não acontecer como aconteceu em 89. Ou seja, em que com empréstimos excessivos que foram sendo feitos, excedeu-se os limites de empréstimo que tinham sido autorizados por esta Assembleia. Portanto, gostaríamos de saber, claramente, se este é o único empréstimo que o Governo Regional prevê para o corrente ano, ou se é apenas uma primeira parte dos 10 milhões de endividamento que é possível e que já está implicitamente autorizado por esta Assembleia.

Em relação a outras limitações do Orçamento do Estado que permitam avaliar rigorosamente as necessidades de financiamento mediante empréstimo externo, elas já foram referidas aqui, isto é, a diferença entre aquilo que o Orçamento Regional prevê se suponha articulado na nova filosofia política (relacionamento entre o Governo Regional e o Governo da República) os 13 milhões previstos de transferências e os 21 milhões e 400 mil previstos do

IVA, que também são chamadas transferências. E que nós já sabemos, pelo que está escrito, não beneficiarão do enriquecimento do Estado previsto para a harmonização fiscal, porque não lhe será aplicada a capitação prevista num despacho normativo, e perderá qualquer coisa como 5 milhões de contos. Portanto, não beneficiará em nada dos 200 e tal milhões de contos e do acréscimo de 48% que advirá às receitas do IVA do Estado e que não chegarão à Região.

Em relação ao Orçamento Regional, basta saber por exemplo que a verba prevista para a Base das Lajes, de 92, está cativa para 91. E nós não sabemos se em 93 virá verba para cativar para 92. Na hipótese mais optimista das transferências do Orçamento do Estado, segundo o que está escrito no Orçamento, não teremos capitação. Segundo o que diz o Ministro das Finanças na televisão, também não teremos a atribuição de IVA por capitação. Mas, segundo o que diz o Sr. Ministro da República e não sei se mais algum outro membro do Governo da República, teremos capitação.

Portanto, o contexto é de total incerteza para poderemos estar a votar com consciência, com segurança, este endividamento.

Em contraste com toda esta incerteza, temos da parte do Governo Regional a habitual parcimónia de informação, isto é, o texto que aí temos sobre a consignação desses investimentos a determinados empreendimentos é tão incerto que nem para cada um dos investimentos se aponta as verbas que são dispendidas em cada um deles, nem para o conjunto deles, nem para nenhum deles. Inclusivamente, fala-se noutros investimentos que não se sabe quais são e que verbas envolverão. Além disso, como é habitual também nestas listas de investimentos que surgem a acompanhar esses investimentos, alguns já vêm aqui pela segunda, pela terceira e não sei se pela quarta vez.

E neste contexto que o PS não pode votar este empréstimo e a autorização pedida pelo Governo Regional a esta Assembleia.

A hora política é inoportuna e a hora de articulação entre Orçamento Regional e Orçamento do Estado, sobre o qual não existem mais do que informações contra informações, e logo, não havendo terreno seguro para pisar, não há razão nenhuma para votar. A não ser que sejam demonstradas como não tendo fundamento todos esses

aspectos que foram referidos, para nós darmos mais do que a benevolente abstenção a esta Ante-proposta de Lei de 5 milhões e 500 mil contos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Realmente esta é uma discussão anual sobre um acto meramente burocrático que por imposição estatutária, nos leva a uma discussão destas. E lamento que o Partido Socialista não consiga entender até hoje o que é que está a fazer nesta Câmara. E não sabe o que é que está a fazer porque o Partido Socialista - contrariamente ao que tem vindo a fazer nos outros anos - absteve-se em relação ao Orçamento e esta Assembleia ao aprovar o Orçamento de 1992, autorizava o Governo a contrair empréstimos até ao montante de 10 milhões de contos.

Por conseguinte, este Governo está já autorizado a contrair estes empréstimos.

Lamento que todos os anos tenha de repetir isto. Mas é caso para se dizer que "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". E pode ser que os Srs. alguma vez venham a perceber o que é que estão a fazer.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Água e outros líquidos também.

**O Orador:** O Sr. Deputado preste atenção a ver se aprende alguma coisa.

*(Risos da bancada do PS)*

**O Orador:** Como eu ia dizendo, o Governo está autorizado, por esta Assembleia, a contrair empréstimos até 10 milhões de contos. Para obter esses 10 milhões de contos, o Governo tem necessidade de vir a esta Assembleia pedir autorização, porque só ela pode apresentar à Assembleia da República, através de ante-proposta de lei. E é isso que está a fazer.

Estou totalmente de acordo com algumas opiniões de que o Governo não tinha nada que apresentar a esta Assembleia, pelos termos que certos Srs. Deputados entendem, as obras a que se destinam esses empréstimos. E não tinha porque não há receitas cativas, em termos orçamentais! Não pode haver em termos de legislação! Logo, todos os empréstimos são para fazer face ao défice orçamental.

Externamente e burocraticamente, é natural que as entidades financiadoras queiram saber a que se destinam esses

empréstimos. Mas isso é outra questão.

Quanto às outras questões que foram levantadas, aqui, entre o Orçamento Regional e o Orçamento do Estado, eu devo dizer que o segundo não nos compete. E nós aprovámos aqui um Orçamento que tem uma parte de receitas e uma parte de despesas. Em relação ao crescimento das receitas foram aquelas percentagens que nós já observámos aqui e isto em relação ao Sr. Deputado do PCP, a quem eu perguntaria o seguinte:

Se fez as contas, qual é o crescimento em termos do imposto indirecto do IVA, no OGE e qual é o seu crescimento em relação ao Orçamento da Região Autónoma? E depois, então, vamos ver se aquele quadro que apresenta o OGE está de acordo com o mapa geral desse mesmo Orçamento. E se não está, alguma coisa está mal, mas com certeza que não será o Orçamento Regional. Porque essa receita é por capitação e até agora, não há nada que nos diga que não é. E se não é temos que ter em conta esses números.

Portanto, não há dúvida que em relação a essa discussão ela está a ser o reflexo de três dias de debates inócuos e irresponsáveis por parte da oposição.

Nós tivemos aqui três dias para poder entrar na ordem de trabalhos. Estiveram a discutir o "sexo dos anjos" e não sei que mais o quê. E nada de positivo para esta Região.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** E agora, em relação a uma coisa que é um acto meramente burocrático, a oposição está a tentar utilizar o mesmo método.

Francamente, Srs. Deputados, eu não sei o que é que os Srs. Deputados estão a fazer aqui!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Os Srs. é que não sabem o que é que querem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito brevemente e começando pelo Sr. Deputado do PCP, eu gostaria de referir que o Orçamento aqui aprovado no mês de Dezembro - volto a repeti-lo - era um Orçamento com cabeça, tronco e membros. Nós sabíamos o que estávamos a fazer, o Orçamento não previa crescimentos irrea-

listas, basta comparar com o que agora se passa entre o OGE e o OR, em que as rubricas mais significativas têm o seguinte comportamento:

- Por exemplo o OGE prevê um crescimento das despesas do pessoal da ordem dos 16.3% e OR prevê 15.03%.

- Quanto à aquisição de bens e serviços, no OGE prevê-se um crescimento da ordem dos 12%. No Orçamento Regional previa-se, na altura, um crescimento **negativo** em termos nominais de menos de 5,5%.

- Em relação às outras despesas correntes no OGE tinham um crescimento previsto da ordem de 209%. A Região Autónoma dos Açores prevê um crescimento, relativamente ao Orçamento corrigido já no fim do ano (quando as outras despesas estão todas esgotadas) de cerca de 103%.

Por conseguinte, o nosso Orçamento era feito com uma certa perspectiva e depois daquele debate (Dezembro) as consequências hão-de vir ao de cima.

Em relação aos empréstimos, estes são feitos tendo por base as necessidades de financiamento; os empréstimos são, especialmente, para investimentos reprodutivos nos quais se inclui a cabeça do molhe e reforço do porto da Horta como também toda a parte de acesso (envolvente). É um projecto que se encontra no REGIS; nós queremos que ele tenha um bom encaminhamento, como acontece com o aeroporto das Flores. Este aeroporto foi apresentado no âmbito do REGIS, já foi aprovado pela Comissão Europeia, pela Comissão de Candidaturas com 750 mil contos para o FEDER.

Quanto ao aeroporto da Região Autónoma da Madeira, a sua candidatura a projecto também já está aprovada e já com uma participação de 140 mil contos, o que significa que quer a Madeira, quer os Açores, já estão apresentando os seus projectos e já estão tendo acesso aos fundos comunitários.

Relativamente à articulação dos dois orçamentos, eu gostaria de deixar bem claro, aqui, que nas minhas contas - e isto são estimativas por isso eu admito que possa haver algum erro nisso - o desvio fiscal que vai existir este ano para a Região Autónoma dos Açores, em relação ao que se estimou neste Orçamento, não ultrapassa o desvio de 1%. O que é que isso quer dizer?

Quer dizer que os dados que foram apresentados no anexo ao relatório à Assembleia da República são meros valores indicativos. Mais uma vez, alguém informou

mal o Partido Socialista. Aqueles quadros, volto a repetir, são meros valores indicativos. Não são valores definitivos, não levam em linha de conta as receitas directamente arrecadadas pela Região Autónoma dos Açores. Aqueles quadros são valores feitos com base em taxas de crescimento muito modestas e, felizmente para a nossa Região, vão ser ultrapassadas. Isto significa que os desvios que existem agora e que o PS calculou bem, vão ser anulados pelo comportamento das outras variáveis fiscais, sobretudo, quer em sede de IRS, quer em sede de IVA.

Quanto às declarações do Sr. Ministro da República, nós temos informações da Secretaria de Estado do Orçamento de que a metodologia aplicada até agora, vai continuar a ser aplicada para os Açores. De facto, aquela célebre folha que deu tanto que falar, que já deu origens a tantos faxes, que já me fez perder três dias e às pessoas que estão lá na Assembleia da República, nós estamos convencidos de que aquela interpretação feita da página 71 do relatório que foi entregue na Assembleia da República, não se devia verificar e que a metodologia vai ser a mesma.

Se assim não fosse teria, da nossa parte, a mesma resposta que teve em 89 e como teve nas outras alturas independentemente do ano em que nos encontramos. De modo que estamos convictos de que o andamento do IVA será bom para as receitas da Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Pela nossa parte, não temos ilusões em relação à política deste Governo no que se refere ao endividamento directo e indirecto - é uma realidade.

Em relação aos aspectos do IVA referidos pelo Sr. Secretário, neste momento há uma proposta concreta no Orçamento do Estado e essa proposta da previsão do IVA para os Açores é inferior àquela que existe no Orçamento, por um lado. Por outro lado, veremos se efectivamente a capitação é respeitada. Seria muito positivo que o fosse. Mas aguardemos pela aprovação do OGE. Devo dizer que se for, efectivamente, o PCP gozizar-se-á com isso.

**Presidente:** Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que nós acentuámos foi o clima de incerteza em que essas coisas são tomadas. Aliás, a falha fundamental está na altura da aprovação do Orçamento.

Talvez o Sr. Deputado Carlos Teixeira tenha razão e isso seja puramente burocrático. Mas a classificação que ele dá de burocrático não corresponde à circunstância que rodeia a aprovação. Corresponde à concepção que ele tem desta Assembleia.

Se assim é, isto é, se ele tem feito tanto esforço para convencer esta Assembleia desta burocracia, por que é que não convenceu ainda o seu Governo a apresentar simultaneamente as duas coisas: a tal autorização dos 10 milhões e, na mesma altura, o montante exacto.

Portanto, devia fazer esse esforço nesta Assembleia, que já leva vários anos de actuação catedrática ineficaz, junto do seu Governo.

Relativamente à problemática do IVA, efectivamente, é o "preto no branco" contra o dito e o segredo do gabinete.

Nós, neste momento, temos é o "preto no branco", é o que está escrito. No Orçamento é a teoria que lá está escrita, ou seja, o crescimento onde a Região é tratada ao lado das autarquias. Aquilo que virá para as Regiões Autónomas não beneficiará do aumento do IVA, isso está lá escrito "ipsis verbis".

Em relação às autarquias já levou alteração da lei de distribuição das verbas. E uma vez que elas são levadas a par, isso leva à conclusão de que acontecerá o mesmo às Regiões Autónomas. Mas nós encarregar-nos-emos, na Assembleia da República, de fazer esse teste, ou seja, de fazer passar o conteúdo do simples despacho normativo sujeito aos caprichos dum Governo que faz política entre dois Governos - o Governo Regional e o Governo da República - e por isso, dentro de poucos dias, nós faremos um teste para saber se essa capitação será aplicada ou não na própria lei do Orçamento. E então, acabarão as dúvidas.

Mas esse Governo e a burocracia da maioria, que entende que tudo o que não seja aprovado por via directa, em auto-estrada e que vem do Governo, é sempre perdido, entre a qual se balança o Sr. Deputado Carlos Teixeira; essa concepção nós já a conhecemos por muitos anos de prática.

Por isso, não foram necessários esses

três dias para o sabermos, dias esses que não foram perdidos ou foram perdidos tal como o restante tempo que passamos nesta Assembleia.

Mas não há qualquer razão, para que fossem arredadas as dúvidas justificadas que nós temos e que voltam a consagrar a situação e a persistir naquela que se viveu durante esses anos todos, quando se aprovam as verbas de empréstimos, de receitas do Estado, transferências, etc., nunca sabemos o que é que estamos a aprovar.

Portanto, não vemos qualquer razão para excepcionar a nossa posição em relação a esta situação. Mantemos, por isso, a nossa atitude de abstenção.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fizemos duas perguntas, mas o Sr. Secretário esqueceu-se de responder. É natural que se tenha esquecido - acontece.

O Sr. Deputado Carlos Teixeira avançou com a sua leitura e a sua interpretação da matéria. E na verdade, parece-nos que uma vez que não há consignação de verbas e uma vez que parece que esses financiamentos não serão feitos em função do ritmo e do andamento das próprias obras - são financiamentos normais sob o ponto de vista de relacionamento entre a banca e o utente, embora em condições especiais, nomeadamente quando vêm através do BEI - mas como ia dizendo, julgamos que a apresentação, a forma e a intenção que se pretende fazer corresponder esse montante (no caso, 5 milhões de contos) a determinados empreendimentos, é inadequada.

Julgamos ser uma forma de iludir, eventualmente, alguém menos prevenido, ou alguém que sinta a satisfação de dizer que esse empréstimo é para as coisas melhores que o Plano tem.

Na nossa opinião o que está em causa é o financiamento do défice do Orçamento Regional. E não podemos cair na tentação - e nós repetimos isso com frequência - de fazer como o tal indivíduo que contrai os empréstimos para o leite, para o pão e para os remédios; nunca contrai os empréstimos para a cerveja, para as "patuscadas" e para os gastos com os devaneios inaceitáveis.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos fazendo alguma pedagogia, sobretudo

para aqueles que têm dificuldades em lá chegar. Com isso nós percebemos a intenção do Governo em indicar que sim, que vai investir naquelas áreas, pois claro, isso consta do Plano.

O Governo vai investir nessas e noutras áreas que não estão aqui contempladas. E julgo que ninguém pode garantir que esses financiamentos que vêm do BEI vão para essas áreas ou para as outras que fazem parte do programa do Plano Regional. E, se assim é, e felizmente na bancada do PSD há alguém que sabe do que se está tratando, parece-nos perfeitamente desnecessário fazer algum "ilusionismo" revelando as coisas nobres, ou as coisas melhores que o Governo tem. Isto vai servir para as boas e para as más. E esta Assembleia sabe, tal como o povo dos Açores, que no caso concreto do Grupo Parlamentar do CDS, não está de acordo com a política financeira e com a política em geral desencadeada pelo Governo Regional.

Assim, tal como no passado, o CDS vai abster-se porque trata-se, em geral, da própria execução do Orçamento. É o nosso ponto de vista sobre a situação.

Coisa diferente foi aqui já levantada por alguns Srs. Deputados, talvez com mais insistência pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa e que nós também queríamos salientar aqui. Ou seja, nós nem temos Orçamento na Região neste momento. Portanto, o nosso Orçamento não está em vigor.

*(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** A Região neste momento ainda não tem esse importante instrumento. Logo, tem perfeito cabimento algumas das questões que foram aqui colocadas pelo Grupo Parlamentar do PS. Como também temos de registar algumas das respostas fundamentadas que o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento aqui apresentou a respeito dos contactos que tem com a Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado.

Porém, a nossa preocupação continua, porque entre aquilo que foi presente a esta Câmara e o que vai ser a realidade das relações financeiras entre o Estado e a Região, há ainda um vazio, graças à circunstância de ser um ano eleitoral de âmbito nacional, obviamente, mas também algumas das questões contempladas no Orçamento já nos deixam preocupados, e que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa



muito bem aqui aplicou.

Quanto à questão dos números, nós estamos convencidos que o Governo Regional vai ter alguma sorte. E vai ter a sorte do aumento da carga fiscal ser tão grande a nível nacional, para mal dos portugueses, que o Governo vai beneficiar com isso e a Região vai beneficiar com isso, em termos do aumento das receitas previsíveis, infelizmente para o contribuinte. Pese o esforço, por parte do Sr. Ministro das Finanças em demonstrar e provar o contrário, o facto é que se aguarda que os cofres do Estado (e na Região também há Estado) venham a crescer, segundo as previsões, de forma muito acelerada. E isto pode ser, de facto, um bom sonho - não um pesadelo - para o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento que certamente terá pesadelos noutras áreas.

Ainda em relação aos números, queríamos mostrar alguma discordância com a interpretação política feita pelo Sr. Secretário, em relação à verba que vem no Orçamento do Estado pela transferência.

Como todos sabemos, estão lá consignados os 12 milhões de contos. E a Região tem no seu Orçamento 13,85. O Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, para tranquilizar as "hostes"...

*(Aparte inaudível do Deputado António Silveira)*

**O Orador:** O Sr. Deputado António Silveira está com uma inquietação; há alguma coisa que está mal. Desde que eu comecei a falar o Sr. não tem parado. É uma coisa séria.

*(Risos da bancada do PS)*

**O Orador:** Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu vou continuar a ignorar e vamos chegar lá. E portanto, o Sr. Secretário Regional tentou dizer ao povo dos Açores que o facto de o Orçamento do Estado ter ficado aquém do que estava orçamentado ao nível da Região, em cerca de 3,35 milhões de contos, não era preocupante, na medida em que tinha conseguido 90% do seu pedido. Ou seja, o Sr. Secretário considera que pedindo 13,85 milhões de contos o Governo da República satisfaz 90%. Isto num pedido informal, quem consegue 90% do que pede, parece que está satisfeito. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, isso tem que ser visto nesta Câmara de forma diferente.

No ano passado a Região teve 10,5 milhões de contos e pretendia 13,85. O

Sr. Secretário pediu mais 3,35. Se o Estado só lhe contempla um acréscimo de 1,5 é 40% do acréscimo que lhe é satisfeito. Portanto, eu queria felicitar o Sr. Secretário porque aquele rasgo para responder ao jornalista que o interrogou desarmou-o, mas não pode desarmar esta Assembleia! Esta Câmara tem perfeita consciência do total do acréscimo pretendido pela Região e sabe que ele foi satisfeito em 40%, o que não é grave, pois todos nós esperávamos que fosse além desse valor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós vamo-nos abster, com perfeita noção de que o quadro político-financeiro da Região mantém-se muito obscuro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvimos com alguma atenção as questões levantadas pelo Sr. Deputado do CDS em relação às quais ficamos com alguma admiração, porque o que está em discussão aqui, não é a possibilidade do Governo contrair um empréstimo de 5 milhões e meio de contos - porque isso já está autorizado - mas sim, a possibilidade destes 10 milhões já autorizados por esta Assembleia, o Governo contrair um empréstimo externo. E assim, esta Assembleia, como única entidade que pode fazê-lo, terá de apresentar à Assembleia da República uma ante-proposta de lei neste sentido. E toda essa discussão leva a que quem está a assistir a este debate, venha a não compreender o que é que se passa aqui dentro. E portanto, é importante que se frise essa questão.

Esta Assembleia já mandatou o Governo e já o autorizou a contrair esse empréstimo e por isso, não faria sentido não deixar, a não ser que a Assembleia entendesse que o Governo deveria contrair 5 milhões e meio de contos internamente. Simplesmente, nós estamos a fazer com que dos 10 milhões autorizados, cinco milhões e meio sejam externos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito brevemente e para dizer que ouvi com atenção as contas do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro com as quais eu não concordo. E gostaria de dizer-lhe o seguinte:

Não estará o Sr. Deputado atrasado no tempo? E que os 44,5% talvez tivessem algum sentido em 1988. Talvez fosse bom V. Ex<sup>a</sup> pegar no Orçamento de 88 e ver se essa relação dos 44,5% não se encaixava lá melhor.

Muito obrigado.

**Presidente:** Continua à discussão.

Não havendo mais intervenções, passamos à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que, na generalidade, concordam com esta Ante-proposta de Lei, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Ante-proposta de Lei foi aprovada com 24 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PCP e 24 abstenções, sendo 21 do PS, 2 do CDS e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos à apreciação na especialidade.

Para o artigo 1º há uma proposta de alteração para o nº 1 que é assumida pelo Grupo Parlamentar do PSD. Esta proposta de alteração tem a ver com a supressão da expressão "mediante autorização da Assembleia Legislativa Regional" e a introdução do seguinte: "O Governo da Região Autónoma dos Açores poderá, devidamente autorizado".

Por outro lado, os Srs. Deputados deverão ter recebido uma substituição da folha do relatório da Comissão, rectificando a parte onde se lia "550 mil" por "5 milhões e 500 mil".

Está à discussão este nº 1 do artigo 1º e esta proposta de alteração conforme a redacção da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como se pode verificar, a proposta de alteração da Comissão, assumida pelo Grupo Parlamentar do PSD, é de mera redacção. Não tem outros efeitos.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos votar começando pela proposta de alteração conforme o texto da Comissão, para o nº 1 do artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração apresentada pela Comissão, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Votaríamos, em seguida, o nº 2, alíneas a) e b) do artigo 1º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o nº 2, alíneas a) e b) do artigo 1º, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 1º, nº 2, alíneas a) e b) foi aprovado com 24 votos a favor do PSD, 21 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do Deputado Independente Renato Moura e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao artigo 2º

Está à discussão.

Se não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 2º, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 2º foi aprovado com 24 votos a favor do PSD, 21 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do Deputado Independente Renato Moura e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Ante-proposta de Lei foi aprovada com 24 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PCP e registou 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** O presente diploma baixa à Comissão para redacção final.

Passamos ao ponto nº 6 da nossa ordem de trabalhos e que se refere a uma Proposta de Resolução sobre "Limite Máximo dos Avals a Conceder pela Região Autónoma dos Açores".

Vamos discutir esta proposta na generalidade.

Eu daria a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento se quisesse fazer uma primeira intervenção.

**Secretário Regional das Finanças e**

**Planeamento (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós temos tido alguma preocupação no sentido de que ao nível do endividamento indirecto, por responsabilidade directa do Governo Regional dos Açores, para que as autorizações concedidas, em termos de limites de avales, por esta ilustre Câmara não sejam atingidas e isso tem sido conseguido.

No ano de 89 foi possível diminuir a dívida pública indirecta por avales em 326 mil contos. Em 90 foi-nos concedido um limite de avales de 5 milhões e meio de contos, nós conseguimos agravar, em termos líquidos, apenas 1 milhão e 700 mil contos. Em 1991, isso anda à volta dos 2 milhões de contos.

Por conseguinte, mesmo quando se concedem os avales, tem-se tido o cuidado de que esses avales sejam concedidos com alguns cruzamentos e responsabilidades indirectas por forma a que se um dia a Região Autónoma dos Açores vier a ser chamada a assumir as suas responsabilidades, outros as assumam em primeiro lugar. Por outras palavras, que alguns avales que são concedidos, sejam feitos por forma a que quando a Região for chamada a assumir responsabilidades, haja já alguém que primeiro assumia essas mesmas responsabilidades.

Nesse sentido, este ano voltamos novamente e pedimos que uma parte desses avales seja para a empresa pública EDA, uma outra parte vá para o Fundo Regional de Abastecimentos - e vou explicar porquê - e uma outra parte seja consignada a projectos de interesse relevante para a nossa Região.

Temos procurado seguir o que diz a legislação dos avales e, por conseguinte, vimos este ano pedir que nos concedam este limite, porque pensamos que é razoável, sobretudo em relação às necessidades de investimento que algumas empresas públicas têm e a utilidade que isso representa.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário.

No documento que nos é presente e que veio anexo ao relatório da Comissão, diz-se "1.750 mil contos para garantia de outros investimentos de projectos relevantes para a Região".

O Sr. Secretário na sua intervenção

volta a referir como investimentos de interesse relevante. Eu pergunto o seguinte:

Não seria possível uma melhor concretização, relativamente a estes investimentos de interesse relevante?

Para esta Câmara teria todo o interesse que se fizesse alguma concretização desses investimentos, na medida em que nós verificamos que, por exemplo em relação à EDA, diz-se distribuição de energia; em relação ao Fundo Regional de Abastecimentos refere-se colocação de produtos nos mercados externos, etc.... e daí, esta solicitação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Talvez tudo isto seja mais uma questão burocrática. No entanto, vamos tentar elucidar algumas coisas.

Confessamos, para já, que algumas características deste "Limite Máximo dos Avales" nos preocupam e surpreendem-nos. E dá-nos a impressão, pela leitura que podemos fazer dos números e do contexto em que eles surgem, que se tende para uma alteração da política do Governo Regional - pelo menos alguns aspectos - em relação a essa problemática dos avales.

A política foi salientada pelo Sr. Secretário, no sentido de nunca se aproximar sequer, nem de perto nem de longe, do "plafond" máximo pedido a esta Assembleia. Mas acontece que em relação a este ano de 92, ao contrário do que aconteceu em relação a anos anteriores em que se indicava o destino concreto duma parte do montante solicitado, mas ficava sempre um remanescente bastante grande que, de facto, na prática, não era atingido. Este ano isso não acontece, prevê-se a aplicação total, embora se fale de forma genérica em outros investimentos, mas parece propôr-se que esses avales serão efectivamente atingidos.

Depois, em relação a algumas das empresas, nomeadamente em relação à EDA, e se conferirmos a lista dos anos anteriores, há realmente um acréscimo bastante acentuado dos avales que se pretendiam aplicar naquela empresa. E a seguir, surge pela primeira vez uma entidade em relação à qual nós nutrimos particular antipatia, ou seja, o Fundo Regional de Abastecimentos que tem receitas de impostos indirectos. E por aquilo que nós podemos saber do mapa que acompanha o Orçamento da Região, tem receitas de 4 milhões de contos já

previstos em impostos indirectos. Mais precisamente 3 milhões e 700 mil contos.

Os impostos indirectos vão aumentar, graças à harmonização fiscal, mas pela primeira vez nos últimos anos e eu tive o cuidado de confrontar genericamente aquilo que se passou em anos anteriores em relação ao Fundo Regional de Abastecimentos e, por exemplo a última verba que lhe foi atribuída foi em 84, 50 mil contos, em 85 não aparece nenhuma atribuição a este Fundo, em 86, 50 mil contos e em 90 não é o Fundo Regional de Abastecimentos que recebe dinheiro do Orçamento Regional, mas sim que dá dinheiro ao IIPA (400 mil contos). Agora tudo isso parece inverter-se para uma entidade sobre a qual nós nada sabemos.

Em relação a alguns dos outros fundos regionais, existe uma informação no anexo ao Plano, salvo erro, em que são indicadas as funções de cada um desses fundos e a aplicação dessas verbas. Em relação ao Fundo Regional de Abastecimentos isso não acontece.

É verdade que apesar de haver mútuas entidades a funcionar nessa área do comércio e indústria e também da exportação, vai-se recuperar para essa actividade (de exportação) atribuições do Fundo Regional de Abastecimentos que datam de 78 e para esse mesmo Fundo, além das receitas previstas, calcula-se estas que aqui são atribuídas por empréstimos contraídos e que serão avalizados pelo Orçamento Regional.

Este contexto traz-nos algumas preocupações que aqui deixamos explícitas e que gostaríamos de ver esclarecidas para, em função do esclarecimento, decidir definitivamente o nosso voto sobre esse assunto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento:

Ficou-nos a ideia de que do conjunto da verba pedida como limite, que o que é fundamental para a política do Governo, são os 2 milhões e meio de contos para dar garantia ao continuado endividamento da Empresa de Electricidade dos Açores esperando que também esteja contemplado aqui parte do seu próprio saneamento financeiro e para que ela reduza os seus financiamentos de curto prazo.

Como dizia, fica-nos a ideia de que os outros 2 milhões e meio de contos pedidos pelo Governo se traduzem numa certa

margem de segurança, com algumas indicações.

Permita-me o Sr. Secretário dizer-lhe que em nada nos sensibiliza esses 750 mil contos para o Fundo Regional de Abastecimentos. É uma área com a qual o Governo não pode contar, minimamente, com o apoio do Grupo Parlamentar do CDS. Nem pensar.

Quanto ao outro montante, isto é, 1 milhão e 750 mil contos, que julgo irá para o sector público, pelo menos de acordo com o relatório da Comissão, é pena não vir referido qual a empresa do sector público. Elas não são tantas como isso. Para a EDA não é; para a SATA também não é, porque não se prevê a queda de nenhum avião até lá; para a Fábrica de Tabaco... não sei.

O Grupo Parlamentar do CDS não concorda com os 750 mil contos para o Fundo Regional de Abastecimentos, não considera minimamente aceitável. E, portanto, das duas uma: ou o Sr. Secretário dá a esta Assembleia uma justificação razoável para o montante que eu acabei de referir, e se assim for nós propormos uma proposta de alteração no sentido de que o limite de avales seja de 4 milhões e 250 mil contos (é uma proposta que o Presidente do Grupo Parlamentar do CDS formaliza desde já à Mesa) e caso o Sr. Secretário não fundamente o milhão e 750 mil contos, nós estamos na disposição de fazer uma outra proposta de alteração em cima desta para baixar esse montante.

Para já, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do CDS propõe que o limite máximo seja de 4 milhões e 250 mil contos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente ao Fundo Regional de Abastecimentos, de facto, nos últimos tempos não tem sido necessário conceder nenhum aval, embora em 90/91 o Fundo tenha sido chamado a intervir num valor de quase 2 milhões de contos. Mas essa verba já está liquidada e foi para intervir no escoamento do leite em pó, pois como os Srs. Deputados sabem, nessa altura houve uma grande crise e um grande excedente de produção desse produto, foi preciso o Fundo intervir junto das cooperativas, nomeadamente junto da UNILEITE, da

UNICOL e da LACTO-AÇOREANA e outras, por conseguinte foi o próprio Fundo que o foi entregar à intervenção, vendeu-lhe e depois foi receber.

O Fundo fez um empréstimo de cerca de 1 milhão e meio de contos, isso já está liquidado e está tudo pronto.

Se nós pegarmos nas contas do Fundo Regional de Abastecimentos, nós verificamos que o total das despesas que dão um total de 3 milhões e 323 mil contos; desse montante, 2 milhões são com despesas de pessoal e 112.500 contos com encargos correntes da dívida que é a amortização do pagamento dos juros deste último empréstimo. Depois há uns subsídios no valor de 3 milhões e 113 mil contos.

Existem também as transferências de capital e tudo isso anda à volta de 3 milhões e 600 mil contos. Destes 3 milhões e 600 mil contos, 3 milhões e 113 mil contos são subsídios que são concedidos. Ou seja, todas as despesas do Fundo neste momento, estão consignadas e as quais eu posso referir: 20 mil contos para a distribuição da electricidade; 2 milhões de contos para a intervenção ou restituição do ISP às empresas petrolíferas, como é o caso da PETROGAL, da SHELL e da MOBIL; 262 mil contos de subsídio à farinha; 268 mil contos de intervenção no mercado do leite UHT; 396 mil contos (este ano vai ser um pouco maior) de intervenção no mercado dos adubos, isto é, transporte e nivelamento do adubo; 153 mil contos nos açúcares e cerca de 13 mil contos na distribuição, etc., etc.. Isto é uma factura constante da factura de preço único e logo, é uma factura da manutenção dos preços.

Portanto, todas as despesas do Fundo estão consignadas. Como vêm são 3 milhões e 113 mil contos e isso representa, grosso modo, 80 e tal por cento daquilo que são as despesas do Fundo.

É evidente que não se prevê crise, no entanto não estamos fora de ter alguma no ano em curso. Ou seja, em termos de algum produto específico que tenham aquelas características dos avals - que contribuem para aumentar as exportações e diminuir as importações, tem um efeito cambial, etc. - o Fundo pode ficar sujeito a intervir nalgum produto específico de exportação como é o caso da manteiga, ou o queijo, ou o leite em pó ou outro. O facto é que neste momento o mercado apresenta-se com boas características, mas não quer dizer que de hoje para amanhã, não possa

haver alguma crise. Por isso, esses 750 mil contos vão servir para conceder um aval, se for necessário ao Fundo, para intervir no escoamento de algum produto e na produção regional.

Quanto à quantia de 1 milhão e 750 mil contos, efectivamente, a EDA tem neste momento um projecto de investimentos - e que foi distribuído aqui na altura - da ordem dos 7 milhões de contos, algumas ilhas têm a necessidade urgente de substituir a rede e aumento da produção de energia eléctrica e, por conseguinte não nos custa a crer que os consumos industriais e os consumos domésticos estão a ter um crescimento bastante assinalável. A empresa tem algumas redes que já estão sobreutilizadas, nós vamos ter que substituir um motor, rapidamente, na Central do Caldeirão e todos estes instrumentos envolvem muito dinheiro e é provável que por causa desses 2 milhões de contos, a Região seja chamada a intervir.

No entanto, eu não queria aqui ignorar - até porque essa não é a minha maneira de ser e de agir - que esses outros projectos relevantes podem estar no domínio das energias alternativas, ao nível de algumas empresas do outro sector público concluindo a aquisição de alguns equipamentos para dotação dos próprios aeroportos.

Ainda há pouco, dizia o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, com o seu jeito brincalhão que oxalá não caia nenhum avião, mas tem caído alguns por esse mundo fora e desses avals que aqui estão, o endividamento líquido desde que a gente chegou aqui, isto é, desde 89, foi exactamente por causa dos três "Avros". Aqueles três aviões custaram 3 milhões e 315 mil contos. E se fizermos as contas entre os 8 milhões e qualquer coisa que nós tínhamos de avals, em termos líquidos, e agora, dá os 12 milhões de contos exactos. Por isso é que se diz que o milhão 750 mil contos serve, exactamente, para alguns investimentos nessa área, na área de energia que podem ser necessários e que, neste momento, não podem ser quantificáveis porque estão a ser trabalhados.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento:

Muito rapidamente, para agradecer a explicação e o esforço de V. Ex<sup>a</sup> nc sentido de informar a Assembleia de algumas preocupações na área das empresas públicas que

possam vir a beneficiar desses avales.

Feito o agradecimento, gostaríamos de chamar a atenção da Câmara para o facto de que, na verdade, em 91 o capital inicial que veio a ser objecto de responsabilidade em avales por parte da Região, chegou praticamente aos 2 milhões de contos e em 90 ainda foi menor, isto é, foi da ordem dos 260 mil contos. Portanto, parece-nos que seria já "folga" bastante, face àquilo que tem sido a acção do Governo nesse domínio, o que o Grupo Parlamentar do CDS propõe, ou seja, um montante na ordem dos 4,25 milhões de contos, porque dá para cobrir com margem suficiente.

Seja como for, Sr. Secretário, no caso de qualquer emergência ou de qualquer situação grave, como V. Ex<sup>a</sup> referiu, esta Assembleia nunca deixaria o Governo sem um instrumento financeiro que tem a sua razão de ser.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para dizer duas coisas muito simples.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro vem propôr a redução dos limites de avales e apenas para que fique registado em acta - porque se for preciso pedir-se depois a gravação - e se no caso de se verificar a necessidade duma intervenção súbita e inesperada do Governo Regional e depois esta Assembleia não reunir, porque tem os seus períodos marcados, nessas alturas se for preciso intervir, é bom que se saiba que foi o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, e todos aqueles que com ele votaram este limite de avales, que são responsáveis perante a lavoura, perante as indústrias desta Região, perante as empresas que não podem prever os seus investimentos.

Isto tem que ficar muito claramente registado em acta.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

**Deputado Renato Moura (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu não estava pensando em intervir neste debate e só posso entender esta intervenção do Sr. Deputado Victor Evaristo como uma tentativa de nos animar, devido à hora, dando um certo sentimento de catástrofe. Porque o que acaba de dizer, obviamen-

te, não tem cabimento. E não tem cabimento, porque toda a gente sabe que para se reunir a Assembleia Legislativa Regional, basta convocar-se um período extraordinário, porque não é forçoso reunir-se só em períodos ordinários. E lá está o problema da lei e dos estatutos que, pelos vistos, ainda está por ler.

De modo que não se cria de um momento para o outro uma necessidade inultrapassável com um limite que já vimos que, de acordo com a proposta do CDS, não vai criar nenhuma desgraça com a eminência com que o Sr. Deputado Victor Evaristo está colocando.

Isto apenas para dizer que julgo que nestas matérias todos os assuntos têm discussão e portanto não haveria uma grave crise em votar-se os 5 milhões, como também não vejo que haja uma grave crise em votar os 4 milhões e 250 mil contos. Ou seja, não me parece que se deva pôr uma questão tão curta e numa diferença que não é tão significativa como isso, um ar de desgraça como aquele que o Sr. Deputado está agora a pôr.

Era apenas isto que eu queria aqui registar, também para que ficasse registado no Diário das Sessões.

Eu estava analisando e ponderando em qual das hipóteses me parecia melhor votar, mas depois da intervenção do Sr. Deputado Victor Evaristo, fico realmente convencido a votar a proposta do CDS, relativamente à qual tinha algumas dúvidas e vinha fazendo alguma ponderação.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, pedia aos Srs. Deputados que retomassem os seus lugares para podermos proceder à votação.

Votaremos em primeiro lugar a proposta do CDS que consiste em alterar o montante da resolução para 4 milhões e 250 mil contos.

O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para uma interpelação à Mesa, não é?

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Efectivamente, Sr. Presidente.

Eu penso que qualquer proposta tem que ser votada primeiro na generalidade e depois passar-se-á à especialidade.

**Presidente:** Sr. Deputado, o que estamos aqui a discutir é uma resolução. Portanto, não creio que haja nesta situação uma discussão na especialidade.

Portanto, nesta condição, ponho à votação

a proposta de alteração apresentada pelo CDS, no sentido de que o montante global de avales seja de 4 milhões e 250 mil contos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 24 votos contra do PSD, registou 4 votos a favor sendo 2 do CDS, 1 do PCP, 1 do Deputado Independente Renato Moura e ainda 21 abstenções do PS.

**Presidente:** Votamos então a proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta inicial, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta inicial foi aprovada por 24 votos a favor do PSD e registou 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do Deputado Independente, Renato Moura.

**Presidente:** Esta proposta baixa à Comissão para redacção final.

Passamos ao ponto 7 da nossa ordem de trabalhos que se trata de um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão duma Proposta de Resolução apresentada pelo CDS sobre uma recomendação ao Governo no sentido da exoneração do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Pergunto a um dos subscritores desta proposta se quer fazer uma primeira intervenção.

*(Resposta negativa do Deputado Alvarino Pinheiro)*

**Presidente:** Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está perante nós este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão relativo a uma resolução apresentada pelo CDS.

Vamo-nos apenas pronunciar sobre o pedido de urgência e para dizer que este abrange uma matéria delicada, a qual exige ponderação.

Nós vamos votar apenas essa urgência,

porque consideramos que a decisão sobre a matéria terá que ser devidamente ponderada e da nossa parte será tomada com responsabilidade.

Queremos, portanto, fazer a diferenciação exacta entre a urgência e a matéria.

Nós consideramos que os proponentes pedem urgência, porque pensam que essa matéria assim o exige, por um lado e por outro lado, estamos convencidos que na altura da discussão da matéria irão ter maior número de elementos do que aqueles que apresentam na sua proposta de resolução. E daí, nós votarmos favoravelmente esta urgência, e só ela, porque em relação ao conteúdo, ver-se-á.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria não podemos separar a urgência e a outra situação que lhe é inerente, ou seja, a dispensa de exame em Comissão.

Em primeiro lugar, trata-se dum facto de acusação provisória sobre irregularidades cometidas pelo arguido, Américo Natalino Viveiros, e trata-se - na nossa opinião - de algo que se situa na área política e não apenas na área judicial, primeiro porque a pessoa envolvida desempenha uma actividade política.

Exactamente como uma galante aventura do Gary Art apesar de ser isso, foi também uma situação política. Um fax do Melancia, Governador de Macau, antes das provas, em tribunal foi um facto que, para além disso mesmo, foi um acto político.

As situações conhecidas e relacionadas com os casos Costa Freire, Leonor Beleza e todos os outros que ocorreram no anterior Governo de Cavaco, antes da decisão do tribunal, pelas pessoas envolvidas, foram factos políticos, levaram a comentários de ordem política, levaram a actuações de carácter político, tomadas por essas entidades e por outras entidades, tomadas pelos jornalistas, pela opinião pública, tomadas por deputados e por partidos, tomadas por assembleias representativas a cada um dos seus níveis.

Portanto, em relação a este caso em concreto, também estamos perante um facto político, não só por esta razão que foi referida, mas também porque a própria pessoa, isto é, o próprio arguido nesta situação, ao fazer chegar à opinião pública

declarações sobre essa matéria, situou também num contexto político, deliberadamente.

Referiu que estes factos de que ele vem arguido, tinham de ser compreendidos numa situação política concreta, e sem pretender citar com rigor a nota informativa sobre essa matéria, dizia-se que essa questão situava-se numa zona de conflito de competências entre a Região e o Governo da República. E seria essa actuação, essa situação política - ela também - que teria levado a uma determinada aceitação.

Portanto, todo esse contexto da pessoa e da argumentação do próprio arguido situa, irrecusavelmente, esta situação no domínio político. E assim, as entidades que eu referi há pouco, podem pronunciar-se.

Um partido pode reunir os seus 6 ou 10 membros numa comissão política e pedir a demissão desta pessoa ou pedir a actuação política em relação a esta pessoa. Pode pedir que ela própria tome a iniciativa da demissão, situação que aconteceu em muitas outras situações. E estas e outras entidades - um deputado - a seguir, pode também fazê-lo.

Esta Assembleia também o pode fazer, mas actuando na área política. Esta Assembleia tem que fazê-lo com responsabilidade que não é apenas a do deputado, não é apenas a do partido político, mas que é aquela que é característica numa Assembleia. E por isso, tem que preencher, pelo menos, duas condições: tem que ter acesso, não em segunda ou terceira mão, aos factos de que a pessoa é arguida, portanto não se pode contentar como se pode contentar o jornalista, possivelmente o partido ou o deputado, em receber a informação e sobre a mesma, que não colheu directamente na fonte e tomar uma posição política.

Esta Assembleia, pela responsabilidade que tem e de que está investida, não pode fazê-lo com base na informação em segunda mão. Tem que usar os meios de que dispõe para chegar a essa informação. E também não pode fazê-lo correndo o risco de, não sabendo no momento em que toma a decisão política de pedir ou a exoneração do próprio ou pedir a sua demissão voluntária ou ainda que o Presidente do Governo o demita, pronunciar-se sobre o facto, reclamando por exemplo a exoneração e o tribunal, um dia ou uma semana depois, vir comprovar que o arguido afinal estava inocente.

Todo este conjunto de considerações levam a uma conclusão inevitável, ou seja,

esta Assembleia pode agir politicamente, mas só pode agir depois de preencher pelo menos essas duas condições: saber em que fase é que se encontra o processo e ter acesso directo a estes elementos de informação que aqui vêm referidos no texto cuja urgência e dispensa de exame em Comissão está a ser discutida.

Por este conjunto de razões, não podemos concordar com a urgência e dispensa de exame em Comissão. Ou seja, a posição do PS não recusa a análise política desta situação, entende que esta Assembleia tem pleno direito de o fazer, mas só deve fazer com as cautelas com que analisa e se pronuncia sobre os temas e os assuntos que aqui lhe são submetidos.

Portanto, em face daquilo que fica dito, e espero ter sido suficientemente claro, nós votaremos contra o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão; no fundo, votaremos no sentido de que, como inicialmente esta proposta de resolução vinha chancelada, isto é, para uma baixa à Comissão de Política Geral.

**Presidente:** Continua à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde já, quero cumprimentar o Sr. Deputado Dionísio de Sousa pela verticalidade da sua posição, face a esta proposta de resolução.

É evidente que cumprimentando o Sr. Deputado, cumprimento os seus colegas de bancada uma vez que ele é o líder. E quero felicitá-lo, porque o Sr. Deputado conseguiu fazer o discernimento claro entre aquilo que é sério e aquilo que é prematuro, inconsequente e demagógico.

O proponente desta proposta não ponderou sequer as consequências políticas que V. Ex<sup>a</sup>, e muito bem, frisou e outras que se podiam aqui aduzir.

Isto era para já e agora e na senha dos protestos com que nos brinda a toda a hora, e com mais outras propostas de resolução, o Sr. Deputado do CDS faz-me lembrar - sem qualquer depreciação - uma espécie de Peter Pan que, na realidade, resolveu exhibir nesta Câmara, um penacho, para que 50 ou 48 pessoas, estejam dispostas a vê-lo "penachear".

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** É evidente que estas coisas



são muito sérias e não se pode brincar com elas.

V. Ex<sup>a</sup> disse - Sr. Deputado Dionísio de Sousa - que esta Câmara pode e deve, politicamente, apreciar o comportamento dum figura pública, que por acaso é membro do Governo e que o era, embora titular dum outra Secretaria, à data em que a indicição dos factos corre em tribunal.

Eu permitir-me-ia, com todo o respeito que lhe devo, dizer que V. Ex<sup>a</sup> - como não é jurista - utilizou uma expressão um pouco desajustada processualmente. É que neste momento não estamos perante a figura de arguido, na medida em que há apenas um indiciado. Significa que este processo, embora tenha conduzido a uma acusação por parte do Ministério Público, esta acusação nem sequer foi recebida pelo juiz, porque entretanto foi requerida, atempadamente, pelo indiciado, a instrução contraditória que, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, faz voltar o processo à sua fase inicial de instrução.

Mais uma vez o saúdo pela sua precaução.

V. Ex<sup>a</sup> disse esta frase: "Pode esta Câmara vir a condenar, politicamente, alguém que, amanhã, o tribunal poderá declarar inocente".

Realmente, isto é de alguém que anda com os pés no chão e é de alguém que anda precavido.

E por isso o saúdo.

Na realidade, com a abertura da instrução contraditória, foram chamados ao processo, além de novas testemunhas, novos elementos de prova que se espera poder vir a conduzir ao afastamento do processo, ou seja, ao arquivar do processo, pelo menos em relação a este indiciado.

De qualquer maneira, não obsta a que realmente esta Câmara possa fazer uma apreciação política dos actos, o que não se coaduna com este pedido de urgência ter um voto favorável.

A baixa à Comissão parece-me que é a única atitude ponderada que esta Câmara poderia assumir e dando possibilidade a que a Comissão de Política Geral possa munir-se de alguns elementos indispensáveis que, depois de trazidos aqui, serão debatidos.

Nesta medida, será esta a posição da minha bancada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS antes

de dar alguns contributos para os fundamentos da urgência e, sobretudo, da dispensa de exame em Comissão, da proposta de resolução aqui apresentada, queria registar que ao contrário do fundamento que o Grupo Parlamentar do PS apresentou, relativamente, à sua posição de não aprovar a dispensa de exame em Comissão e, portanto, fazer baixar a matéria em sede de Comissão, e que nos pareceu ser fundamentação séria - não quer dizer que se concorde com ela - já que a tomada de posição do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, de facto, não foi séria, o que de resto já nos vem habituando nesta Casa.

Eu, Sr. Presidente, faço questão de não permitir, nesta matéria, que o assunto seja tratado com interrupções. Acho que estamos todos empenhados em intervir com muita serenidade.

Como ia dizendo, nós não consideramos séria a forma de intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, desde logo por algumas insinuações politiquieiras e que só demonstram o estado geral de inquietação, de perturbação, que tem caracterizado a postura do PSD nesta Assembleia e nesta sessão.

Queria esclarecer, directamente, o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD de que o primeiro Deputado proponente não se vem exhibir para esta Casa, nem precisa de penacho. Estou aqui há 16 anos - Sr. Deputado Victor Evaristo - e não sei onde é que o Sr. andava nessa altura, nem talvez ninguém dos Açores soubesse onde é que andava. E talvez o Sr. tenha vergonha de dizer por onde é que andava!

Portanto, se alguém precisa de uma passagem transitória e em circunstâncias que todos conhecemos pela liderança do Grupo Parlamentar do PSD, para querer exhibir-se e sim, com um penacho, talvez seja V. Ex<sup>a</sup>.

Terminado este esclarecimento, passemos à parte da defesa que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD aqui apresentou.

Quanto à sua posição de querer fazer baixar este documento à Comissão, eu queria chamar a atenção para algumas incoerências.

Primeiro, tentou desvalorizar a iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS, quase dando a entender que ele não tinha razão de ser. Depois reconhece que há fortes razões políticas para que esta Assembleia possa pronunciar-se sobre a situação.

Uma outra questão que surge é que,

apesar do Sr. Deputado Victor Evaristo estar à vontade nesta matéria, porque faz apelos a situações da barra dos tribunais e porque o nosso objectivo e o que nos leva a pedir a dispensa de exame em Comissão, é só de ordem política e ético-moral, fazemos votos que o Sr. reserve esses seus conhecimentos técnico-jurídicos para, no caso do visado precisar, pô-los ao serviço do mesmo.

Aqui, estranhamos que fossem defendidos, veladamente, princípios como "o que aconteceria a esta Assembleia, se vier a tomar uma posição e se o membro do Governo, que é objecto do respectivo processo, amanhã vier a ser considerado inocente"?

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quem é que quer fazer de tribunal, nesta Casa?

Está claro na nossa proposta que nós não nos queremos fazer substituir ao tribunal.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não podemos aceitar o argumento base do PSD. Assim, quase que diríamos: "então, enquanto um membro do Governo não for condenado em tribunal esta Assembleia não pode tomar uma posição"?! Só quando um membro do Governo ou outro qualquer for condenado, é que se constata que ele não pode ou não deve continuar, politicamente, a ser membro do Governo?

Por outras palavras, não obriguem a levar o raciocínio ao ridículo. O raciocínio no ridículo seria: "só depois dum político estar preso, é que tem que sair do lugar"! - convenhamos que o argumento é muito fraco.

Não é necessário um cidadão ser condenado, e os Srs. é que trouxeram essa matéria para o debate, porque a nossa postura foi, até, de silêncio, e que queríamos, tão só, discutir a urgência. E é isso que pretendemos. Mas, efectivamente, não podemos permitir que veladamente se lance, aqui, algumas dúvidas, como se alguém quisesse antecipar decisões judiciais.

*(Aparte inaudível do Deputado Victor Evaristo)*

**O Orador:** O que se pretende é o juízo político e ético-moral, sobre um membro do Governo que está a ser alvo dum processo da natureza que está aqui apontada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Parece-nos clara a fundamentação. Está claramente demonstrado o artifício aqui apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Finalmente, em relação às questões apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queria fazer um voto de que haja possibilidade, ao nível duma Comissão, de se obter mais elementos do que aqueles que já são do conhecimento público. E como já foi muito bem dito nesta Assembleia, ainda há pouco, o próprio visado já o reconheceu publicamente. Portanto, isto para nós, foi um elemento muito importante, o que não houve foi um esclarecimento político do Presidente do Governo Regional, sobre esta situação!

Demos três meses para que o esclarecimento fosse dado, mas ele não foi dado. Logo, na óptica do Grupo Parlamentar do CDS, há condições para esta Assembleia decidir e já! Porque é uma decisão política.

Se entendem que o assunto deve ir a Comissão, pois que vá! Nós receamos, porém, que não se adianta nada àquilo que já é do conhecimento público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

**Deputado Renato Moura (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Algumas das coisas que foram ditas na parte final da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eventualmente, justificariam que não houvesse necessidade de eu intervir. Todavia, há um ou dois elementos mais, que ainda se mantêm com actualidade e que eu desejaria aqui deixar em consciência.

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, elogiou a serenidade com que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS tratou esta matéria. É realidade que ele não foi tratado com a mesma serenidade por parte do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, mas isso também não é de estranhar.

Porém, gostaria de dizer a esta Câmara que a proposta que é feita pelo PS não serve os interesses do PSD, nem respeita a dignidade do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, no seu aspecto humano. Ou seja, o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas não ganhará, rigorosamente nada, em que este assunto vá para a discussão na Comissão de Política Geral desta Assembleia. E com esta atitude que foi despoletada pela proposta do Sr. Deputado do CDS e com a tramitação de processo de urgência, só havia a ganhar, para o prestígio das instituições políticas,

sejam elas o Governo Regional ou a Assembleia Legislativa Regional.

O que é proposto pelo PS e que já tem a adesão do PSD, não é a melhor solução para este assunto.

Queria dizer isto em consciência e vou votar de acordo com aquilo que, em consciência, entendo ser a melhor solução.

Julgo que os Srs. Deputados do Partido Social Democrata, ao longo dos próximos meses em que este assunto se arrastar, vão ter ocasião de ver o prejuízo que tem o tratamento do assunto nos termos em que os Srs. agora acham tão agradável embarcar.

E o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, que de modo algum é alheio a esta matéria, na medida em que o assunto foi endossado pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, pelas funções que ao tempo desempenhava como Secretário Regional do Comércio e Indústria, para a responsabilidade de todo o Governo, e que não teve da parte do Presidente do Executivo perante quem - nos termos do Estatuto Político-Administrativo - os Secretários e Subsecretários Regionais são nomeados e exonerados sob proposta do Presidente do Governo Regional, logo esta matéria depende, exclusivamente, dele e também nada ganhará nesta matéria. Nem tão pouco este estilo tem algo a ver com o que era a prática dos órgãos de Governo próprio da Região, noutras alturas, como é sabido.

Esta é uma intervenção muito serena e uma opinião que gostaria de deixar registada e que - me parece - teria exigido uma ponderação noutros termos, que tivesse mais a ver com o objectivo final do que o que está indiciado, pois, em termos de intenções de voto, julgo que não vai consagrar e é pena que isso não aconteça.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado pelo Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 25 votos contra do PSD, 21 votos contra do PS e registou 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Deputado Independente, Renato Moura.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para uma declaração de voto.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma vez salientamos nesta Assembleia o propósito de que o Partido Socialista não votou a urgência da discussão desta matéria, particularmente porque não se encontrava em condições de votar o conteúdo subsequente à votação deste pedido de urgência.

Em segundo lugar, porque a conduta parlamentar do PS ao longo de muitos e muitos anos, foi sempre a de considerar que o PSD, enquanto maioria nesta Assembleia, usou e abusou dos pedidos de urgência e dispensa de exame em Comissão, roubando à instituição parlamentar e às suas Comissões Especializadas um espaço nobre e privilegiado de debate e de diálogo sobre matérias que são de interesse serem submetidas a esse debate tão intenso quanto possível.

O Grupo Parlamentar do PS votou assim, também, porque não reage, do ponto de vista de votação, às propostas conforme a natureza do seu autor.

Não reage às propostas só porque elas vêm numa área parlamentar que vive em "pecado". Não reage às propostas só porque elas possam vir numa área parlamentar que dele se tenha redimido. Nem sequer, também, reage às propostas por, eventualmente, elas virem de outra área que se tenha libertado desse pecado, há muito pouco tempo, mas que vive em tentação, não obstante o elogio proffcuo que agora se faz de certa beatitude e labor parlamentar.

Gostaria ainda de dizer que o Grupo Parlamentar do PS não reage às propostas que lhe são alheias, com a adversidade com que certas pessoas no passado reagiam, com contrariedade, à simples existência do fenómeno democrático. E tenho que confessar também que na expressão que foi usada do debate parlamentar, a este propósito, também estou de acordo que a expressão geral que caracterizou a intervenção do líder parlamentar sobre esta matéria, foi mais contra o fenómeno de ser possível alguém propor tal coisa, do que julgou a coisa que tinha sido proposta.

Finalmente, o PS votou pela continuidade dum debate político sobre essa matéria, por considerar que a personalidade em causa, está envolvida em três situações que são deveras criticáveis no plano político-parlamentar.

A primeira é que é dever de qualquer deputado nesta Casa, estar atento àquele

que é considerado no nosso panorama político, a personalidade com maior cadastro, em matéria de prevaricação política.

Em segundo lugar, porque a pessoa em causa não é jurista e anda demasiado tempo nos tribunais.

Em terceiro lugar, porque a pessoa em causa não é deputado e esteve demasiado tempo envolvido em comissões de inquérito.

Muito obrigado.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para uma declaração de voto.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PSD votou, desfavoravelmente, esta proposta como votaria qualquer outra de dispensa de exame em Comissão, independentemente, de se tratar ou não dum membro do Governo que este partido suporta.

Eu queria que ficasse muito claro, nesta Câmara, que se condições idênticas ao teor desta proposta visassem alguém que não estivesse ligado ao PSD, que poderia ser um deputado da oposição que estivesse incriminado judicialmente, nós tomaríamos - em circunstâncias destas - a mesma posição.

Portanto, a nossa posição não se prende com motivos de ordem religiosa, de mais ou menos beatitude ou de menor conversão, como pretende fazer ver o Sr. Deputado Carlos César, porque embora esta Sala tenha a forma de cúpula, não é uma capela.

Portanto, nós baseamo-nos única e exclusivamente, nos factos. E aqueles que estão aqui, em nosso entender, não justificariam a inconsciência que nós votássemos esta urgência.

O Sr. Deputado Renato Moura deixou quase entender que o arrastamento desta situação lesaria muito o PSD. Nós agradecemos-lhe essa sua preocupação que com certeza ele e outros, tentarão fazer disto habitual "roupa suja" com que, ultimamente, se têm deslavado em certos jornais. Mas uma coisa é certa: o povo dos Açores vai compreendendo que, na realidade, já há "roupa suja" a mais por parte de tanta pouca gente a sujar tanta roupa.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** E já vai começando a discernir que não é em lavandarias que se resolve a situação do povo dos Açores.

Portanto, e para terminar, nós votámos

isto, porque votaríamos qualquer outra proposta nestes termos, ainda que aqui aparecesse qualquer outra pessoa que não fosse do Partido Social Democrata.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!  
(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma declaração de voto.

**Deputado Renato Moura (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Deputado Independente votou, conscientemente, e de acordo com a argumentação que aqui produziu. Não o fez para se dispensar dos trabalhos da Comissão que irá apreciar este assunto e da qual é membro efectivo. E há-de procurar comparecer às reuniões dentro do labor que habitualmente põe nas questões, para constatar - que mais não seja - a ausência daqueles que se ofendem quando ouvem falar de trabalho parlamentar e de labor.

O PSD, ao não entender as palavras que eu proferi com muita serenidade, em relação a esta matéria, dá-me a entender que, a cada dia que for passando no funcionamento da Comissão de Política Geral na apreciação deste assunto, hão-de entender a razão daquilo que eu hoje aqui disse. E nessa matéria, o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, que já fez parte duma comissão eventual de inquérito na qual eu também participei...

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Infelizmente!

**O Orador:** Infelizmente para mim - bem o diz.

Como eu ia dizendo, o Sr. Deputado teve ocasião de ver o resultado que estas coisas dão. Mas a lição não terá servido e agora hão-de ir percebendo aos poucos o presente "envenenado" que, afinal de contas, vos ofereceram e que os Srs., tão abertamente, aceitaram.

É pena que não tenham querido votar, no sentido que eu aqui fiz, pois parece-me que era bem mais útil. E o julgamento do povo dos Açores, sobre todas as matérias, há-de ser feito.

Eu estou na disposição de aceitar o meu, certamente que todos os outros hão-de aceitar o seu.

**Presidente:** Srs. Deputados, por força desta votação, este documento baixa à Comissão de Política Geral para apreciação, conforme estava originalmente destinado.

Passamos ao ponto 8 da nossa ordem

de trabalhos que se refere a um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre a "Transmissão pela RTP/A do Noticiário Nacional da RTP".

Está aberta a discussão.

Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao contrário do pedido de urgência da proposta anterior, o Partido Socialista vai aprovar esta proposta de resolução, porque a matéria da proposta em questão já foi - cremos - suficientemente debatida há quase seis anos e, por isso, não achamos que seja necessário arrastar mais este assunto dado que a discussão se avizinha fácil, porque os argumentos que hoje podemos aduzir, serão em tudo idênticos aos que aduzimos aquando da discussão de matéria idêntica.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A proposta apresentada pelo CDS não colide com o que o Partido Social Democrata possa entender sobre o direito à informação, cada vez maior, que devem ter os açorianos. A única questão que se nos levanta, não é uma questão de princípio, mas sim de forma. E é quase uma questão que se nos afigura um pouco intransponível legalmente. E digo isto pelo seguinte:

Tendo sido já aprovado por esta Câmara que fosse recomendada a instalação de um outro canal de televisão e estando a decorrer diligências nesse sentido, torna-se processualmente difícil solicitar-se, agora, ao Governo que paralelamente aos trâmites que está a fazer para a rápida instalação do outro canal, venha também recomendar que em relação ao já existente, passe a haver alterações na programação.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu queria lembrar-lhe que estamos apenas a discutir o carácter de urgência e dispensa de exame em comissão. Não estamos a discutir a substância da resolução.

**O Orador:** Com certeza, Sr. Presidente. Eu peço desculpa!

De qualquer modo, já entendemos que processualmente, nós temos dificuldade em votar favoravelmente esta proposta de resolução.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** A gente já percebeu!

**O Orador:** Portanto, nós vamos reservar o nosso voto negativo em relação a este pedido de urgência.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tal como no caso anterior, vou procurar cingir-me apenas à discussão da matéria em questão. Considero que tudo tem o seu tempo nas lides parlamentares. Neste caso concreto, há o tempo da urgência e há o tempo da matéria.

Em relação ao que anteriormente se passou, da minha parte, dei o meu parecer em relação à urgência e limitei-me a ouvir durante o resto do debate, porque entendo que é preciso cumprir aquilo que regimentalmente está instituído. Daí que agora, limitar-me-ei também à urgência. E considero que depois de se ter analisado em profundidade estas matérias numa comissão permanente desta Assembleia, não há razão para o assunto baixar a qualquer comissão e, por isso, votamos favoravelmente esta urgência.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

**Deputado Renato Moura (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O mecanismo de baixa dos documentos às comissões, é para que elas com o seu carácter especializado habilitem o Plenário, tal como diz o Regimento "em extensão e profundidade", com elementos que permitam uma criteriosa apreciação do problema por parte do Plenário.

A matéria que está aqui em discussão é de tal forma clara que não exige qualquer trabalho por parte dum comissão para que se entenda a sua profundidade, a sua extensão, os fins que visa atingir, a forma como tudo se processará. É por isso que a ida a uma comissão, neste momento, não tem qualquer justificação. É exactamente por essa razão que estamos em condições de poder votar favoravelmente a dispensa de exame em comissão, exactamente porque ela é necessária, visto que em comissão não se traria, no caso, qualquer aportação útil à discussão desta matéria para a qual estamos todos, obviamente, habilitados.

Outra coisa é o conteúdo que, como é óbvio, será discutido na altura própria.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do Deputado Independente, Renato Moura, e registou 24 votos contra do PSD.

**Presidente:** Passamos ao ponto nº 9 da nossa ordem de trabalhos que se refere a um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que visa a Constituição duma Comissão Eventual para Análise de Questões Pendentes entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores e que é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A circunstância de acabarmos de votar dois pedidos de urgência de características tão diferentes, suponho que nos deu treino suficiente para percebermos as justificações que poderiam ser aduzidas em relação à matéria em questão para o mesmo pedido. Portanto, não penso alongar-me e julgo que a Assembleia também não necessita disso, sobre aquilo que é pedido.

Pede-se, efectivamente, a constituição duma comissão eventual para a análise e elucidação de assuntos de relevante interesse para a Região e que têm um elemento comum, ou seja, dizem respeito às relações entre o Governo da República e Governo Regional. Assuntos importantes que, directa ou indirectamente, até acabaram por ser referidos em discussões anteriores, ainda hoje, e que vêm desde há anos como se comprova pelos textos que se citam e que se acrescentam ao texto da nossa proposta de resolução.

E, assim, parece-me que não faz sentido que seja uma comissão a informar o Plenário se deve ou não constituir uma comissão eventual de inquérito sobre uma determinada matéria.

Dáí o nosso pedido para dispensa de exame em comissão e a urgência sobre esta matéria.

**Presidente:** Continua à discussão.

Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência e de dispensa de exame em comissão, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado com 26 votos a favor sendo 22 do PS, 2 do CDS, 1 do PCP e do Deputado Independente, Renato Moura e registou 25 votos contra do PSD.

**Presidente:** Srs. Deputados, os pontos 10. e 11 da nossa ordem de trabalhos foram retirados a pedido dos proponentes e, portanto, chegámos ao termo da ordem do dia que tínhamos para hoje e já ultrapassámos um pouco, segundo vejo agora, a hora que tínhamos combinado para o término dos nossos trabalhos.

Amanhã vamos recomeçar às 10 horas da manhã com a seguinte ordem de trabalhos:

- Apreciação dos pedidos de urgência votados hoje.

- Ante-proposta de Lei sobre "Critérios para a Criação de Novas Freguesias na Região Autónoma dos Açores".

- Ante-proposta de Lei sobre "Participação Nacional dos Programas Comunitários".

- Proposta de Resolução sobre "Adjudicação da Empreitada de Construção do Núcleo de Pescas do Porto da Praia da Vitória e o Desbloqueio do Processo de Legislação para o Investimento Privado no Sistema de Armazenagem de Combustíveis naquele Porto".

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Regime Jurídico da Caça".

- Pedido de audição à Assembleia, dum documento vindo do Gabinete do Sr. Ministro da República, ou seja, o projecto de Decreto-Lei que aprova o "Regime de Contratos Administrativos de Fornecimento e transpõe para a ordem jurídica interna as directivas números 77/62/CEE e 88/295/CEE Regº nº 455/89".

- Pronúncia da Assembleia sobre a "Autorização de Comparência em Tribunal dos Srs. Deputados Albano Pimentel e Jorge Cabral".

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Recomeçamos amanhã, às 10.00 horas.

Boa noite Srs. Deputados e muito obrigado.

*(Eram 01.15 horas)*

*(Deputado que entrou durante a Sessão:  
PS - Carlos César).*

---

A Redactora de 2ª classe, Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré.